

Subsecretaria de Análise



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL

Seção II

ANO XXIX — Nº 41

TERÇA-FEIRA, 7 DE MAIO DE 1974

BRASÍLIA — DF

SENADO FEDERAL

Faço saber que o Senado Federal aprovou, nos termos do art. 42, inciso VI, da Constituição, e eu, Paulo Torres, Presidente, promulgo a seguinte

RESOLUÇÃO Nº 14, DE 1974

Suspende a proibição contida nas Resoluções nºs 58, de 1968, 79, de 1970, e 52, de 1972, para permitir que o Governo do Estado de São Paulo possa elevar o montante de sua dívida consolidada, mediante a emissão de Bônus Rotativos.

Art. 1º É suspensa a proibição constante do art. 1º da Resolução nº 58, de 1968, revigorada pelas de nºs 79, de 1970, e 52, de 1972, todas do Senado Federal, para permitir que o Governo do Estado de São Paulo possa elevar em Cr\$ 600.000.000,00 (seiscentos milhões de cruzeiros) o montante de sua dívida consolidada, mediante a emissão de Bônus (Rotativos, objetivando carrear os recursos necessários ao financiamento de seus programas de investimentos.

Art. 2º Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, em 06 de maio de 1974. — *Paulo Torres*, Presidente do Senado Federal.

SUMÁRIO

1 — ATA DA 55ª SESSÃO, EM 6 DE MAIO DE 1974

1.1 — ABERTURA

1.2 — EXPEDIENTE

1.2.1 — Mensagens do Sr. Presidente da República

— De agradecimento de remessa de autógrafos de Decreto Legislativo:

— Nº 163/74 (nº 212/74, na origem), referente ao Decreto Legislativo nº 29, de 1974, que aprova o texto do Decreto-lei nº 1.313, de 28 de fevereiro de 1974.

— Nº 164/74 (nº 213/74, na origem), referente ao Decreto Legislativo nº 28/74, que aprova o texto do Decreto-lei nº 1.312, de 15 de fevereiro de 1974.

— De agradecimento de comunicação referente a escolha de nome indicado para cargo cujo provimento depende de prévia autorização do Senado Federal:

— Nº 165/74 (nº 214/74, na origem), referente a escolha do Senhor Mário Gibson Barboza, Ministro de Primeira Classe, da Carreira de Diplomata, para exercer a função de Embaixador do Brasil junto à República Helênic.

— Submetendo ao Senado nome indicado para cargo cujo provimento depende de sua prévia aquiescência:

— Nº 166/74 (nº 215/74), referente a escolha do Senhor Geraldo de Heráclito Lima, Embaixador junto à Federação da Nigéria, para, cumulativamente, exercer a função de Embaixador do Brasil junto à República da Daomei.

1.2.2 — Ofício do Sr. 1º-Secretário da Câmara dos Deputados

— Nº 69/74, comunicando a sanção e enviando autógrafo do Projeto de Lei da câmara nº 89/73 (nº 1.579/73, na origem) que dispõe sobre o Regimento de Custas da Justiça Federal. (Projeto que se transformou na Lei nº 6.032, de 30-4-74).

1.2.3 — Parecer

Referente à seguinte matéria:

— Projeto de Lei do Senado nº 149/73, que isenta da multa estabelecida no art. 8º da Lei nº 4.737, de 15 de julho de 1965, o alfabetizado pelo MOBRL.

1.2.4 — Discursos do Expediente

SENADOR NELSON CARNEIRO — Participação do Sr. Paulo Egídio, como candidato indicado para o Governo do Esta-

EXPEDIENTE

CENTRO GRÁFICO DO SENADO FEDERAL

DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL

Seção II

EVANDRO MENDES VIANNA

Diretor-Geral do Senado Federal

Impresso sob a responsabilidade da Mesa do Senado Federal

ASSINATURAS

ARNALDO GOMES

Diretor-Executivo

Via Superfície:

Semestre Cr\$ 100,00

Ano Cr\$ 200,00

PAULO AURÉLIO QUINTELLA

Chefe da Divisão Administrativa

Via Aérea:

Semestre Cr\$ 200,00

Ano Cr\$ 400,00

ALCIDES JOSÉ KRONENBERGER

Chefe da Divisão Industrial

(O preço do exemplar atrasado será acrescido

de Cr\$ 0,30)

Tiragem: 3 500 exemplares

do de São Paulo, na campanha eleitoral de 15 de novembro próximo. Aspectos da fusão dos Estados da Guanabara-Rio de Janeiro e seu reflexo no pleito de 15 de novembro, com a nomeação de um interventor do futuro Estado. Considerações sobre a política econômico-financeira do Governo do Presidente Médici, face o índice inflacionário do primeiro trimestre do corrente ano. Relatório do Ministro Batista Ramos, quando da apreciação, pelo Tribunal de Contas da União, das contas do Governo Federal relativas ao exercício de 1973.

SENADOR VIRGÍLIO TÁVORA — Protestando refutar os itens constantes do parecer do Ministro Baptista Ramos, objeto de discurso de seu antecessor na tribuna.

1.2.5 — Comunicação da Presidência

Arquivamento da consulta formulada pela Presidência à Comissão de Constituição e Justiça sobre a viabilidade de realização concomitante de sessão do Congresso Nacional e extraordinária do Senado Federal.

1.2.6 — Leitura de projeto

Projeto de Lei do Senado nº 37, de 1974, de autoria do Senador Nelson Carneiro, que altera a redação do art. 96 do Código Penal.

1.2.7 — Requerimento

Nº 63/74, de autoria do Senador Virgílio Távora, de urgência para o Projeto de Lei da Câmara nº 37/74-Complementar, que estabelece prazo de desincompatibilização para as eleições fixadas na Emenda Constitucional nº 2 e altera dispositivos da Lei Complementar nº 5.

1.3 — ORDEM DO DIA

Projeto de Resolução nº 15/74, que autoriza o Governo do Estado do Amazonas a realizar operação financeira externa no valor de US\$ 5,000,000.00, para atender compromissos com construção de rodovia. **Aprovado**, à Comissão de Redação.

Requerimento nº 53/74, de autoria do Senador Luís de Barros, solicitando a transcrição nos Anais do Senado, da conferência proferida pelo então Ministro da Marinha, Almirante-de-Esquadra (RRm) Adalberto de Barros Nunes, na Escola de Guerra Naval, em 26 de outubro de 1973, sob o título "A Marinha no Governo Médici", publicado no jornal *O Poti*, de 14-4-74. **Aprovado**.

Requerimento nº 52/74, de autoria do Senador Ruy Carneiro, solicitando a transcrição, nos Anais do Senado, dos discursos pronunciados pelo Dr. Camilo Calazans de Magalhães, na solenidade de despedida como Diretor da 2ª Região do Banco do Brasil e na solenidade de sua posse como Presidente do Instituto Brasileiro do Café. **Aprovado**, após usarem da palavra no encaminamento da votação os Srs. Ruy Carneiro e Lourival Baptista.

Projeto de Lei do Senado nº 3/74, que altera a proporção estabelecida no artigo 132 da Consolidação das Leis do Trabalho, reconhecendo ao trabalhador o direito a férias de trinta dias, e dá outras providências. **Discussão adiada** para sessão de 5-6-74, nos termos do Requerimento nº 64/74.

1.4 — MATÉRIA APRECIADA APÓS A ORDEM DO DIA

Projeto de Lei da Câmara nº 37/74-Complementar, em regime de urgência nos termos do Requerimento nº 63/74, lido no expediente. **Aprovado**, após parecer da Comissão de Constituição e Justiça. À sanção.

1.5 — DISCURSOS APÓS A ORDEM DO DIA

SENADOR ADALBERTO SENA — Carta enviada ao Governador Elmo Serejo Farias, com sugestões de melhoramentos para o Setor Norte de Brasília.

SENADOR LOURIVAL BAPTISTA — Discursos pronunciados pelo Ministro Arnaldo Prieto e pelo Governador Paulo Barreto de Menezes nas comemorações do Dia 1º de Maio, em Aracaju-SE.

SENADOR FLÁVIO BRITTO — Perspectiva da ação do Governo Geisel no setor primário da economia, consubstanciada na Exposição de Motivos dos Ministros Mário Simonsen e João Paulo dos Reis Velloso.

1.6 — DESIGNAÇÃO DA ORDEM DO DIA DA PRÓXIMA SESSÃO. ENCERRAMENTO.

2 — TRANSCRIÇÕES

— Matérias constantes dos itens 2 e 3 da Ordem do Dia.

3 — MESA DIRETORA

4 — LÍDERES E VICE-LÍDERES DE PARTIDOS

5 — COMPOSIÇÃO DAS COMISSÕES PERMANENTES

ATA DA 55ª SESSÃO, EM 6 DE MAIO DE 1974

4ª Sessão Legislativa Ordinária, da 7ª Legislatura

PRESIDÊNCIA DO SR. ANTÔNIO CARLOS

Às 14 horas e 30 minutos, acham-se presentes os Srs. Senadores:

Adalberto Sena — Geraldo Mesquita — Flávio Britto — José Lindoso — Cattete Pinheiro — Jarbas Passarinho — Renato Franco — Alexandre Costa — José Sarney — Fausto Castelo-Branco — Petrólio Portella — Virgílio Távora — Waldemar Alcântara — Wilson Gonçalves — Dinarte Mariz — Ruy Carneiro — Luiz Cavalcante — Augusto Franco — Leandro Maciel — Lourival Baptista — Antônio Fernandes — Heitor Dias — Ruy Santos — Eurico Rezende — Amaral Peixoto — Nelson Carneiro — Gustavo Capanema — Emival Caiado — Osires Teixeira — Antônio Carlos — Guido Mondin.

O SR. PRESIDENTE (Antônio Carlos) — A lista de presença acusa o comparecimento de 31 Srs. Senadores. Havendo número regimental, declaro aberta a sessão.

O Sr. 1º-Secretário procederá à leitura do Expediente.

É lido o seguinte

EXPEDIENTE

MENSAGENS

DO PRESIDENTE DA REPÚBLICA

De agradecimento de remessa de autógrafos de Decreto Legislativo:

Nº 163/74 (nº 212/74, na origem), de 3 de maio de 1974, referente ao Decreto Legislativo nº 29, de 1974, que aprova o texto do Decreto-lei nº 1.313, de 28 de fevereiro de 1974;

Nº 164/74 (nº 213/74, na origem), de 3 de maio de 1974, referente ao Decreto Legislativo nº 28, de 1974, que aprova o texto do Decreto-lei nº 1.312, de 15 de fevereiro de 1974.

De agradecimento de comunicação referente à escolha de nome indicado para cargo cujo provimento depende de prévia autorização do Senado Federal:

Nº 165/74 (nº 214/74, na origem), de 3 de maio de 1974, referente à escolha do Senhor Mario Gibson Alves Barboza, Ministro de Primeira Classe, da Carreira de Diplomata, para exercer a função de Embaixador do Brasil junto à República Helêica.

Submetendo ao Senado nome indicado para cargo cujo provimento depende de sua prévia aquiescência:

MENSAGEM Nº 166, DE 1974

(Nº 215/74, na origem)

Excelentíssimos Senhores Membros do Senado Federal:

De conformidade com o artigo 42 (item III) da Constituição Federal, tenho a honra de submeter à aprovação de Vossas Excelências a escolha, que desejo fazer, do Diplomata Geraldo de Heráclito Lima, Embaixador junto à Federação da Nigéria, para, cumulativamente, exercer a função de Embaixador do Brasil junto à República do Daomei, nos termos do Decreto nº 56.908, de 29 de setembro de 1965.

2. Os méritos do Embaixador Geraldo de Heráclito Lima, que me induziram a escolhê-lo para o desempenho dessa elevada função, constam da anexa informação do Ministério das Relações Exteriores.

Brasília, em 3 de maio de 1974. — Ernesto Geisel.

INFORMAÇÃO

Curriculum Vitae:

Embaixador Geraldo de Heráclito Lima.

Nascido em Penedo, Alagoas, 26 de dezembro de 1928. Diplomado pelo Instituto Rio-Branco, no Curso de Aperfeiçoamento de Diplomatas. "Bachelor in Economics" pela Sophia University, Tóquio.

Cônsul de Terceira Classe, pelo Curso de Preparação à Carreira de Diplomata, do Instituto Rio-Branco, 1951.

À disposição do Ministro da Nicarágua, por ocasião da Visita do Presidente daquele país ao Brasil, 1963.

Vice-Cônsul em Londres, 1954 a 1956.

Terceiro Secretário da Embaixada em Tóquio, 1956 a 1957.

Promovido a Segundo-Secretário, por merecimento, 1957.

Segundo-Secretário da Embaixada em Tóquio, 1957 a 1959.

Representante do Brasil na Conferência Internacional de Geografia, 1957.

Representante do MRE na Comissão Nacional de Energia Nuclear, 1957.

Delegado do Brasil na Conferência de Bem-Estar Social, Tóquio, 1958.

Representante do Brasil na Conferência de Comércio Internacional, Iloilo, 1959.

Membro da Delegação do Brasil nas Negociações do novo Ajuste de Comércio e Pagamentos entre o Brasil e o Japão, 1960.

Encarregado de Negócios em Tóquio, 1958 e 1959.

Membro do Grupo de Trabalho de Revisão da Tabela de Emolumentos Consulares, 1961.

Chefe do Serviço Técnico de Análise e Planejamento (STAP), 1961.

Assistente do Presidente da Comissão Nacional de Energia Nuclear, para Assuntos Internacionais, 1961.

Representante do MRE no Grupo de Trabalho do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico (BNDE) para o estudo e exame de Projetos de Desenvolvimento Sócio-Econômico, 1961.

Membro da Delegação do Brasil à V Conferência Geral da Agência Internacional de Energia Atômica (AIEA), Viena, 1961.

Promovido a Primeiro-Secretário, por merecimento, 1961.

Primeiro-Secretário da Embaixada em Ottawa, 1962 a 1965.

Chefe do Serviço de Propaganda e Expansão Comercial (SEPRO) em Montreal, 1962 e 1963.

Coordenador-Geral do STAP, 1965.

Representante do MRE na Feira de Leipzig, 1966.

Representante do MRE no Conselho Nacional de Estatística, 1966.

Conselheiro, 1967.

Secretário-Executivo do Grupo de Coordenação do Comércio com os Países Socialistas da Europa Oriental (COLESTE), 1967 a 1968.

Chefe da Divisão da Europa Oriental, 1967 a 1968.

Secretário-Executivo do Grupo de Trabalho de estudo e exame do Contrato de Aquisição de Navios na Polônia, 1967.

Promovido a Ministro de Segunda Classe, por merecimento, 1967.

Chefe da Divisão de Programas para a Promoção Comercial, 1968 a 1969.

Chefe da Divisão das Nações Unidas, 1969 a 1971.

Membro da Delegação do Brasil à XLIX Sessão do Conselho Econômico e Social das Nações Unidas (ECOSOC), Nova Iorque, 1970.

Ministro-Conselheiro da Embaixada em Bonn, 1971 a 1973.

Encarregado de Negócios em Bonn, 1972.

Embaixador em Lagos, 1973 e 1974.

O Embaixador Geraldo de Heráclito Lima, nesta data, encontra-se no exercício de sua função de Chefe da Missão Diplomática do Brasil em Lagos.

Secretária de Estado das Relações Exteriores, em 23 de abril de 1974. — **Octávio Rainho Neves**, Chefe da Divisão do Pessoal.

(*A Comissão de Relações Exteriores.*)

OFÍCIO

DO SR. PRIMEIRO-SECRETÁRIO DA CÂMARA DOS DEPUTADOS

Nº 69/74, de 6 de maio de 1974, comunicando a sanção e enviando o autógrafo do Projeto de Lei da Câmara nº 89, de 1973 (nº 1.579, de 1973, na Casa de origem), que dispõe sobre o Regimento de Custas da Justiça Federal.

(Projeto que se transformou na Lei nº 6.032, de 30 de abril de 1974).

PARECER

PARECER Nº 129, DE 1974 Da Comissão de Redação

Redação final do Projeto de Lei do Senado nº 149, de 1973.

Relator: Senador José Lindoso

A Comissão apresenta a redação final do Projeto de Lei do Senado nº 149, de 1973, que isenta da multa estabelecida no art. 8º da Lei nº 4.737, de 15 de julho de 1965, o alfabetizado pelo MOBRL.

Sala das Comissões, em 6 de maio de 1974. — **Cattete Pinheiro**, Presidente — **José Lindoso**, Relator — **Ruy Carneiro** — **Wilson Gonçalves**.

ANEXO AO PARECER Nº 129, DE 1974

Redação final do Projeto de Lei do Senado nº 149, de 1973, que isenta da multa estabelecida no art. 8º da Lei nº 4.737, de 15 de julho de 1965, o alfabetizado pelo Mobral.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Ao brasileiro nato ou naturalizado que for alfabetizado pelo Movimento Brasileiro de Alfabetização — MOBRL, não se aplica a multa prevista no art. 8º da Lei nº 4.737, de 15 de julho de 1965, com a redação dada pela Lei nº 4.961, de 4 de maio de 1966.

Parágrafo único. O prazo para alistamento do alfabetizado será de seis meses, a contar da data em que, comprovadamente, concluiu o curso correspondente.

Art. 2º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

O SR. PRESIDENTE (Antônio Carlos) — O expediente que acaba de ser lido pelo Sr. 1º-Secretário vai à publicação.

Há oradores inscritos. Concedo a palavra ao nobre Sr. Senador Nelson Carneiro, como líder.

O SR. NELSON CARNEIRO (Guanabara) (Como líder, pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Srs. Senadores:

Após alguns dias de ausência, volto a esta tribuna e constato a inteira razão das críticas que formulei quando da votação da Emenda

da Constitucional que transforma em indiretas as eleições governamentais de 1974. Realmente, Sr. Presidente, há dois meses a Nação acompanha a peregrinação penosa do eminente Líder da Maioria, Senador Petrônio Portella, e, ao fim dessa peregrinação de dois meses, que se anuncia se estenderá por mais dois meses, apenas estão escolhidos quatro Governadores, melhor dito, estão nomeados quatro Governadores. E nomeados para que, Sr. Presidente? O primeiro deles foi o ilustre Sr. Paulo Egydio, de São Paulo. Era natural que se esperasse que as palavras iniciais de S. Exª fossem uma conclamação à união dos paulistas, traduzissem o propósito de reunir as forças vivas do Estado em favor do engrandecimento daquela unidade federativa. Mas, Sr. Presidente, o que se escolheu, até agora, foi um cabo eleitoral. Quem o diz não sou eu, é o próprio Sr. Paulo Egydio, em declarações publicadas no *O Globo* de domingo,

“O futuro Governador, que no próximo sábado estará em Campinas, para nova concentração, anunciou aos prefeitos de 36 municípios da região, que pretende percorrer todo o Estado “como cabo eleitoral dos candidatos do partido ao pleito parlamentar de novembro próximo”.

Ora, Sr. Presidente, não era necessário modificar-se a legislação constitucional do País, não era necessário transformar-se em indiretas as eleições diretas, para o maior Estado do Brasil escolher um cabo eleitoral, que, meses antes de ser ratificado pela Assembleia, já se dispõe a percorrer o Estado como um cabo eleitoral.

O Sr. Eurico Rezende (Espírito Santo) — Permite V. Exª um aparte?

O SR. NELSON CARNEIRO (Guanabara) — Pois não, com muito prazer.

O Sr. Eurico Rezende (Espírito Santo) — Tendo V. Exª chegado recentemente do exterior, não me surpreende o fato de o eminente colega procurar fazer a intriga em dois idiomas, pelo menos. V. Exª apanha uma frase isolada, estampada na imprensa e chega a conclusões ou de jocosidade ou de passionalismo, preferindo eu a primeira hipótese.

O SR. NELSON CARNEIRO (Guanabara) — Pois creia V. Exª que não há jocosidade alguma, há protesto.

O Sr. Eurico Rezende (Espírito Santo) — V. Exª sabe perfeitamente que, no processo de escolha dos Governadores, a maioria do órgão legalmente constituído para eleger, é de quem detém o comando da maioria e nesses Estados — V. Exª sabe, porque até eu sei e todos nós temos a certeza — a maioria é da Aliança Renovadora Nacional. O fato de o Sr. Paulo Egydio, homem dotado da melhor qualificação para a sua alta e futura investidura, ter usado — se usou — a expressão “cabo eleitoral”, V. Exª se não desejasse deturpar o conceito encararia essa expressão como um compromisso que S. Exª assume para obter a sustentação política para o seu futuro governo. Ao Governador em exercício cabe, nesta oportunidade, prestar contas ao povo do que fez, eis que está na antevéspera da sua decolagem do Governo. E, ao Governador que vai ingressar — V. Exª vai me permitir, serei rápido — e ao Governador que vai começar cabe, no plano administrativo, exibir o seu programa e, no plano político, cumprir um dos mais sagrados deveres do cidadão, que é a lealdade, que é o compromisso, que é o cumprimento da palavra empenhada. Somente, repito, a jocosidade de V. Exª — agora em língua nacional e em língua estrangeira, porque recém-egresso da Europa — pode tirar essa conclusão injusta e estapafúrdia.

O SR. NELSON CARNEIRO (Guanabara) — Sr. Presidente, quero louvar o espírito público do nobre Senador Eurico Rezende. Sei que S. Exª também é vítima dessa seleção, sei que S. Exª deixou de ser, quando todos nós esperávamos o contrário, o candidato ao Governo do seu Estado. De modo que, é muito nobre a atitude de S.

Ex^a, quando assume essa posição, que o engrandece. Pelo que se sabia, ao menos ao sair daqui, S. Ex^a era o nome escolhido para o Governo do Espírito Santo. Ao voltar, S. Ex^a já deixou de figurar na lista. É, pois, muito nobre a atitude de S. Ex^a.

O Sr. Eurico Rezende (Espírito Santo) — V. Ex^a vai permitir um novo aparte?

O SR. NELSON CARNEIRO (Guanabara) — Antes deixe-me concluir, Excelência.

O Sr. Eurico Rezende (Espírito Santo) — Mas eu fui citado nominalmente, Excelência.

O SR. NELSON CARNEIRO (Guanabara) — Deixe-me ao menos concluir.

O Sr. Eurico Rezende (Espírito Santo) — Eu serei muito rápido.

O SR. NELSON CARNEIRO (Guanabara) — É muito difícil a V. Ex^a ser rápido. Eu compreendo.

Sr. Presidente, se não se quer um cabo eleitoral, por que, então se vai escolher o futuro governador, ou futuro interventor do Estado do Rio, ou do Estado da Guanabara, no dia 3 de outubro? Por que os jornais anunciam que, no projeto que vai ser entregue ao senhor Presidente da República, figura, desde logo, a nomeação, a 3 de outubro, do futuro governador do novo Estado? Este não será eleito.

Se se compreende, hoje, a escolha para aqueles que serão eleitos no dia 3 de outubro, o mesmo não sucede com o que poderá ser nomeado a qualquer tempo, antes de 15 de março de 1975.

Por que, então, desde 3 de outubro o Governo Federal vai nomear o seu candidato, que certamente irá percorrer o Estado da Guanabara e o Estado do Rio, fazendo campanha eleitoral a favor dos candidatos de sua preferência, convertendo-se, desde logo, muito antes da posse, em cabo eleitoral? Por que, Sr. Presidente?

O Sr. Eurico Rezende (Espírito Santo) — Permite-me responder porquê?

O SR. NELSON CARNEIRO (Guanabara) — V. Ex^a é capaz de dar outras explicações, mas esta é muito difícil.

O Sr. Eurico Rezende (Espírito Santo) — Em primeiro lugar, devo salientar que fiz referência à jocosidade, depois a um possível passionismo de V. Ex^a, mas agora, quando menciona o meu nome em termos de candidatura, V. Ex^a passa à intriga rendilhada, que é muito do apetite de V. Ex^a. Quanto à nomeação, em outubro, do futuro governador provisório do Estado que surgirá em decorrência da fusão, é uma notícia que existe no jornal, porque, obviamente, ainda não temos conhecimento dos termos da mensagem. Mas, se a mensagem contiver esse dispositivo, há uma explicação razoável: é justo, é lógico que aquele que vai assumir, talvez, a tarefa mais complexa de administração estadual, neste País, em todos os tempos, deve ter a antecedência necessária para o estudo do problema, para elaboração do seu plano de obras e equipamentos e para resolver uma gama quase insondável de questões. A escolha, se fosse de afogadilho, isto é, debruçada imediatamente sobre a saída do outro governador, é que seria condenável, porque seria improvisação, contrária ao interesse público. V. Ex^a até aqui só tem feito jocosidade. Use a palha das palavras mas não exhibe o grão dos fatos.

O SR. NELSON CARNEIRO (Guanabara) — O que V. Ex^a chama de jocosidade é exatamente aquilo contra o que tantas vezes protestei, que se tornou realidade na palavra do Ministro Baptista Ramos. Quando eu fazia as mesmas acusações, desta tribuna, V. Ex^a achava que era jocosidade. Hoje, V. Ex^a vê que aquelas palavras eram verdadeiras, que o antigo Presidente da ARENA, hoje Ministro Baptista Ramos...

O Sr. Eurico Rezende (Espírito Santo) — V. Ex^a está numa diversificação de assuntos...

O SR. NELSON CARNEIRO (Guanabara) — Não; quero dizer que, para destruir as alegações que faço, nesta tribuna, V. Ex^a procura sempre levar para o lado da jocosidade. Mas eu faço aqui afirmações sérias, que exigem respostas sérias. Se o Governo quer, realmente, se antecipar no estudo dos problemas do novo Estado, então que nomeie o Governador depois do dia 15 de novembro, depois de realizadas as eleições, não antes, para que não se converta, como anuncia o Sr. Paulo Egydio, num novo cabo eleitoral, percorrendo os Estados do Rio e da Guanabara chocalhando e cantando, fazendo propaganda de seus candidatos, dos candidatos da ARENA.

Se o Presidente da República não tem — e justiça lhe faça, não tem — o propósito de excluir, com a fusão, o único Estado entregue ao Movimento Democrático Brasileiro, que não colabore ao menos para que seu Interventor, seu Governador, seu representante se converta num cabo eleitoral do Partido derrotado na Guanabara.

O Sr. Amaral Peixoto (Rio de Janeiro) — V. Ex^a me permite um aparte?

O SR. NELSON CARNEIRO (Guanabara) — Com muita honra.

O Sr. Amaral Peixoto (Rio de Janeiro) — Temos o exemplo das últimas eleições. No meu Estado e provavelmente no de V. Ex^a, os Governadores eleitos, os Governadores no exercício do cargo saem todos pelo interior do Estado, em grande propaganda eleitoral. O Sr. Paulo Egydio pode ter grandes qualidades como administrador, mas demonstrou, com essa declaração, que não está preparado, politicamente, para governar o Estado de São Paulo. Ainda digo mais: V. Ex^a deve saber perfeitamente que, se a ARENA de São Paulo pudesse deliberar livremente, ele não seria o candidato.

O Sr. Eurico Rezende (Espírito Santo) — V. Ex^a me permite agora, quando, em vez da companhia cativante mas singular, me encontro na companhia plúrima, porque adieru ao debate o Senador Amaral Peixoto, responder à intervenção?

O SR. NELSON CARNEIRO (Guanabara) — Tenho poucos minutos para fazer minha exposição; se V. Ex^a for rápido, terei prazer em ouvi-lo.

O Sr. Eurico Rezende (Espírito Santo) — Apenas perguntaria ao Senador Amaral Peixoto qual o dispositivo de lei que proíbe qualquer cidadão de fazer propaganda eleitoral, interessar-se pelos seus candidatos, principalmente quando esse cidadão vai necessitar, dentro de alguns meses, da sustentação política do seu Governo? Essa superposição, isto é, de um Governador em exercício e outro escolhido, está consentida por lei. O primeiro, o Governador atual, pode percorrer toda a geografia do seu Estado, dizer o que fez e pleitear votos para os seus candidatos. O Governador indicado, além de expor o seu programa de Governo, vai trabalhar em favor dos seus candidatos que defenderão a sua política e a sua administração, para manter aquela imantação de solidariedade necessária ao seu futuro Governo. Na Guanabara se fez isso. Houve um Governador em exercício e um escolhido e nunca, nem o Sr. Senador Nelson Carneiro, nem o Sr. Senador Benjamim Farah, nem o Sr. Senador Danton Jobim tacharam essa prática de censurável; agora, quando isso ocorre com relação à ARENA, surgem restrições partidas da Liderança do MDB.

O SR. NELSON CARNEIRO (Guanabara) — Explico a V. Ex^a: o Sr. Negrão de Lima não participou da campanha eleitoral e o Sr. Chagas Freitas não tinha atrás de si o peso do Governo Federal, ao contrário. O que V. Ex^a está fazendo é o "elogio" da Revolução. Este é o privilégio da Revolução, ter escolhido Governadores antes dos Deputados para que eles pudessem influir nas eleições e assim conseguir a maioria para o Partido de V. Ex^a.

O Sr. Eurico Rezende (Espírito Santo) — Mas é uma influência legítima, Excelência.

O SR. NELSON CARNEIRO (Guanabara) — Para V. Ex^a tudo é legítimo...

O Sr. Eurico Rezende (Espírito Santo) — Não é uma influência praticada por estrangeiros, é influência praticada por cidadãos brasileiros, perfeitamente legítima, porque no gozo dos seus direitos políticos.

O SR. NELSON CARNEIRO (Guanabara) — É legítima, Sr. Presidente, como a escolha dos candidatos que se está fazendo por esse Brasil afora. Apesar disso, no Rio Grande do Sul, houve protesto do Sr. Tarso Dutra, por que? Por que era legítima ou ilegítima a escolha dos Governadores? Então, vamos atribuir àquele nosso Colega a leviandade de se levantar contra alguma coisa legítima? Não! O que S. Ex^a protestou foi contra a ilegitimidade do processo de escolha. Se V. Ex^a quiser dar vazão a seu próprio sentimento, dentro de V. Ex^a há uma revolta contra o modo como se está escolhendo o Governador do seu Estado.

O Sr. Eurico Rezende (Espírito Santo) — Não se preocupe V. Ex^a com o Espírito Santo.

O SR. NELSON CARNEIRO (Guanabara) — Com o Espírito Santo ninguém se preocupará. (Risos) Se o Senhor Presidente da República quisesse resolver problemas de divisão territorial no País, teria começado resolvendo o velho conflito entre Minas e o Estado de V. Ex^a. Mas não, Sua Excelência preferiu unir o Estado da Guanabara ao Estado do Rio!

O Sr. Eurico Rezende (Espírito Santo) — Não se preocupe, em seu discurso "demoníaco", com o Espírito Santo, porque é heresia...

O SR. NELSON CARNEIRO (Guanabara) — Sr. Presidente, a questão de limites do Espírito Santo poderia ter sido resolvida, e certamente será, pelo Senhor Presidente da República. Mas, quero voltar às outras escolhas. Parece que, nesta Casa, de "barriga cheia", feliz, contente, só está o nobre Senador Jarbas Passarinho. Foi o único que conseguiu indicar um Governador, porque os outros todos, que eu saiba, estão sofrendo a amargura de não serem ouvidos, ou melhor, de serem ouvidos mas não serem escutados. Onde foi escolhido mais alguém?

Tudo é assim, Sr. Presidente, é o poder ditatorial escolhendo, é o poder ditatorial impondo, e agora impondo sobre todos os Estados, porque até sobre o Estado da Guanabara, antes confiado pelo povo à direção do Movimento Democrático Brasileiro, será nomeado no dia 3 de outubro um Governador para que ele faça a campanha eleitoral em favor dos candidatos da ARENA; para que influa na eleição do Senador pelo Estado da Guanabara, dos Deputados pelo Estado da Guanabara, para que promovam, portanto, o que foi o sonho dos que não compreendem a dualidade partidária...

O Sr. Eurico Rezende (Espírito Santo) — Permite V. Ex^a um aparte?

O SR. NELSON CARNEIRO (Guanabara) — ... para que o MDB seja apenas um Partido parlamentar, sem possibilidade de assumir as funções do Executivo. Esta a realidade a que não se pode fugir.

Sr. Presidente, essas críticas que tenho feito, e que sempre fiz desta Tribuna, encontraram eco, recentemente, no libelo que representa o parecer do nobre Ministro Baptista Ramos. Dir-se-á que S. Ex^a foi além do que devia — já vi escrito — Não, Srs. Senadores, nós é que ficamos aquém dos nossos deveres porque, desde há muito, devíamos ter regulamentado o art. 45 da Constituição, que dá ao Congresso Nacional o direito de examinar os atos administrativos e políticos do Estado.

Contentamo-nos, com o meu protesto, com o protesto da Minoria, em regulamentar os dispositivos referentes à Lei Orçamentária. Foi preciso que um homem, saído do Parlamento, com o sentimento da vida pública, lavrasse o protesto que todos conhecemos e acabas-

se com a mentiralhada, Sr. Presidente, com a ilusão que se espalhou por esse País, durante tanto tempo, com os aplausos daqueles que, em boa fé, neles acreditavam.

O Sr. Eurico Rezende (Espírito Santo) — Permite V. Ex^a o aparte?

O SR. NELSON CARNEIRO (Guanabara) — Com muita honra.

O Sr. Eurico Rezende (Espírito Santo) — Até mesmo para V. Ex^a descansar um pouco.

O SR. NELSON CARNEIRO (Guanabara) — Não precisa.

O Sr. Eurico Rezende (Espírito Santo) — V. Ex^a veio da Romênia e por isso está com esse rompante todo. Estou criando oportunidade para que V. Ex^a sossegue, tranquilize-se um pouquinho, pelo menos.

O SR. NELSON CARNEIRO (Guanabara) — Aí está a jocosidade de V. Ex^a.

O Sr. Eurico Rezende (Espírito Santo) — V. Ex^a, data venia, está

O SR. NELSON CARNEIRO (Guanabara) — Estou dizendo a verdade.

O Sr. Eurico Rezende (Espírito Santo) — ... com uma pulverização oratória. V. Ex^a não está sistematizando um discurso, como é da sua habitualidade. V. Ex^a vai a Taguatinga, vem a Sobradinho, chega ao centro urbano, trata de questão da Guanabara, processo de escolha de Governadores; agora, ingressa no episódio "Ministro Baptista Ramos". Essa matéria está sendo estudada na Câmara dos Deputados e, por certo, o nosso Vice-Líder, Senador Virgílio Távora, especializado em questões econômico-financeiras, dará a resposta oportunamente. Anuncia-se para a Câmara, amanhã, o discurso do Deputado Daniel Faraco e por certo o Senador Virgílio Távora enfocará, também, o assunto. Mas V. Ex^a precipita-se muito ao qualificar de "mentiralhada" o que ocorreu no Governo passado.

O SR. NELSON CARNEIRO (Guanabara) — Aqui não, no País.

O Sr. Eurico Rezende (Espírito Santo) — ... e os microfones da Oposição espalharam pelo País. A minoria, muito menos de um terço da opinião pública brasileira.

O SR. NELSON CARNEIRO (Guanabara) — Nós apenas dissemos a verdade.

O Sr. Eurico Rezende (Espírito Santo) — V. Ex^a desconhece, parece que não nota este progresso portentoso a que alcançou o País? V. Ex^a não teve tempo de ler ainda, sequer, o parecer do Sr. Baptista Ramos. De modo que, se V. Ex^a se dispuser a fazer um pronunciamento ordenado e com matéria conceitual, numa doutrina bem ordenada, então, criar-se-á oportunidade para o confronto, para o contraditório, para o debate. Mas V. Ex^a nesse varejo de palavras, de vocábulos, nessa pulverização de conceitos, põe a gente até em perplexidade...

O Sr. Nelson Carneiro (Guanabara) — V. Ex^a está perplexo há muito tempo.

O Sr. Eurico Rezende (Espírito Santo) — V. Ex^a está suficientemente fortalecido, porque descansou algum tempo na Romênia, para fazer um discurso mais substancial.

O SR. NELSON CARNEIRO (Guanabara) — Sr. Presidente, agradeço a jocosidade com que colabora nos meus discursos o nobre Senador do Espírito Santo.

O que eu disse, Sr. Presidente, é que, de há muito a Nação sabia que eram falsos os dados divulgados naquele tempo, que era pernicioso a política, então, seguida.

O Sr. Virgílio Távora (Ceará) — Permite V. Ex^a um aparte?

O SR. NELSON CARNEIRO (Guanabara) — Foi preciso, Sr. Presidente, que viesse do Tribunal de Contas, um órgão alheio à vida partidária, o pronunciamento daquela importância para que a Nação tomasse conhecimento de que tudo aquilo que se espalhava não era verdade. Que os 12% ou os 14% nunca existiram.

Há nos Anais do Senado, por mim trazidos, os dados das várias épocas para que se possa verificar que isso nunca existiu. Tenho, por acaso, em mãos, um recorte de *O Estado de S. Paulo*, do dia 19 de abril de 1973, em que uma pesquisa já provava que os alimentos haviam subido 23%. No entanto, se continuava a dizer que a inflação no Brasil, o custo de vida, aumentava apenas 12%.

Quero ouvir, agora, o nobre Senador Virgílio Távora. Antes, porém, desejo dizer, ainda, ao nobre Senador Eurico Rezende que não seguirei o método de S. Ex^a. S. Ex^a é Reitor. Reitor não tem, hoje, prestígio. É preciso ser ex-reitor. Quem for ex-reitor pode ter alguma influência neste País, mas quem for Reitor, como S. Ex^a, não pode influir. Certamente, não sigo o método de S. Ex^a, porque é um método obsoleto. É o método dos que são reitores, e não dos que foram reitores.

O Sr. Virgílio Távora (Ceará) — Permita-nos V. Ex^a. Conforme hoje declaramos à imprensa, vamos ter o ensino, nesta tribuna, tão logo regressemos de nossa terra, para a qual nos dirigimos, mercê do dever partidário, de respigar, ponto por ponto, as chamadas conclusões do relatório do Ministro Baptista Ramos. Mas, permitam-nos nobre Senador Nelson Carneiro, não pode passar em julgado, aqui em Plenário, que V. Ex^a afirma que os dados apresentados e por nós transmitidos — e os endossamos — são mentirinhas, porque os dados estão certos, absolutamente certos, como vamos provar. Podem-se discutir os parâmetros tomados pela Fundação Getúlio Vargas; pode-se discutir se o endividamento estava certo ou não. Nós pensamos provar o que esteja certo. V. Ex^a, infelizmente, esteve fora do País, quando, aliás em atitude de cortesia recíproca, não nos pronunciávamos aqui sobre política econômico-financeira, na ausência do principal debatedor da matéria neste Plenário, pela nobre Oposição, que era o representante maior de São Paulo, Senador Franco Montoro. E o que fizemos nós? Inicialmente, aqui em Plenário, propusemos apresentar dados. O Plenário está recordado. Dizíamos: esses dados, V. Ex^a submete à sua assessoria, a quem quiser, e verifica que dos 40, 50 ou 60 dados apresentados estará de acordo com 50. Esses 50 são matéria pacífica, e sobre elas discutiremos. Preliminarmente, verificaremos quem está com a razão sobre os outros dez. Portanto, aqui não foram apresentadas mentirinhas. Aqui foram apresentados dados e submetidos ao critério, à análise do nobre colega de V. Ex^a, Senador Franco Montoro. Agora, quanto às conclusões do Relatório Baptista Ramos, com a modéstia que deve caracterizar o pronunciamento de quem é engenheiro e não economista, fazemos a ressalva de que podemos, em algum ponto, ser contraditados. Mas, não temos a menor dúvida, esse Relatório e suas conclusões, é para ser, da sua primeira à última frase, analisado e refutado.

O SR. NELSON CARNEIRO (Guanabara) — Agradeço a V. Ex^a mas, o que eu disse é que se espalhou pelo País uma mentirinha; não disse que nesta Casa se fez uma mentirinha. Disse que isso se espalhou neste País, e V. Ex^a é testemunha de que realmente se espalhou uma euforia de ordem econômico-financeira, cujos números agora estão sendo contestados...

O Sr. Virgílio Távora (Ceará) — V. Ex^a está enganado. Uma euforia tão grande, que o primeiro trimestre deste ano, apesar de toda a inflação, apresentou um desenvolvimento que nunca este País

teve. O primeiro trimestre de 1974 apresenta — e desafia qualquer contestação — dados do crescimento deste País, os quais nós gostaríamos de ter visto há oito ou dez anos atrás.

O SR. NELSON CARNEIRO (Guanabara) — Eu gostaria de conhecer os dados que V. Ex^a possui, e que certamente serão trazidos...

O Sr. Virgílio Távora (Ceará) — Será feito, da mesma maneira com que até há pouco tempo — e lamentamos novamente a ausência de V. Ex^a — fazíamos nas discussões com o nobre Líder em exercício — digamos assim — Franco Montoro.

O SR. NELSON CARNEIRO (Guanabara) — Agradeço a V. Ex^a essa colaboração, mas lembro que V. Ex^a se deve recordar, também, que li desta tribuna uma declaração do Presidente da Fundação Getúlio Vargas, o Sr. Luiz Simões Lopes, que não se responsabilizava pelos dados que lhe eram enviados pelos órgãos competentes. O que aconteceu é que a Fundação tirava as conclusões pelos dados que lhe enviavam os órgãos ministeriais e administrativos. Ele não fazia, em regra, pesquisas; ele tirava conclusões. Está nos Anais a entrevista de S. Ex^a. De modo que é possível, portanto, que V. Ex^a tenha uma interpretação e outra, o Ministro...

O Sr. Virgílio Távora (Ceará) — Uma coisa são dados apresentados acerca dos preços tabelados, e outra a dos preços do mercado paralelo. Sobre isto já discutimos e vamos tornar a discutir. Mas, dizer que eram mentirinhas, que os dados eram falsos, há de concordar o nobre Senador, isto é uma diferença imensa. Não é possível; este País tem Governo! Não é possível que o Governo venha empulhar com dados falsos. V. Ex^a pode discutir a política econômico-financeira; pode discutir se é boa ou má; pode discutir as formas de execução dessa própria política, aceita ou não por V. Ex^a. Mas, dizer que o Governo trabalhou com dados falsos, tenha paciência, isso é um excesso de paixão e de calor.

O SR. NELSON CARNEIRO (Guanabara) — V. Ex^a, quantas vezes, até nesta tribuna, ouviu dito que a inflação no ano passado não passará de 12%. Quantas vezes se disse isso à Nação?

O Sr. Virgílio Távora (Ceará) — Perdão. O que sempre se disse à nação, foi que isso era objetivo a atingir. Desafiemos a V. Ex^a; veja nos Anais deste Plenário algo de declaração nossa — agora vamos discutir — que dissesse que a inflação era de 12%. Fizemos muita questão até de separar o que era inflação e o que era custo de vida, e sempre dissemos que aquela percentagem tinha sido uma meta a atingir. Mostramos na semana passada que se o Governo não tivesse posto mão de ferro no momento em que caiu, com toda brutalidade, sobre a nossa economia, a inflação importada, que veio principalmente do desarrastado aumento imposto pelos árabes ao petróleo, o que teria sido desta Nação?

O SR. NELSON CARNEIRO (Guanabara) — Nobre Senador Virgílio Távora, V. Ex^a não o disse, mas a Nação inteira ouviu isto pelo rádio, constantemente, pela televisão e por todos os órgãos de comunicação...

O Sr. José Lindoso (Amazonas) — Permite V. Ex^a um aparte?

O SR. NELSON CARNEIRO (Guanabara) — ... e tudo isso apontado por quem? Por aquele que era o próprio milagre brasileiro, o milagre brasileiro hoje proscrito.

O Sr. Virgílio Távora (Ceará) — Não, perdão. Oxalá outras nações tivessem, como nós, o milagre brasileiro. O modelo brasileiro existe e seus fundamentos estão certos. Se a inflação ultrapassou a meta apresentada pelo Governo, era uma meta que ele desejava em um ano. E meta significa objetivo a atingir, que será colimado ou não. E, no caso, não o foi por condições, mercê de circunstâncias absolutamente independentes da vontade do povo. Não podemos

dizer que o modelo brasileiro não funciona, que o modelo brasileiro não é persistente. É que é um milagre mesmo, porque nós saímos da estagnação, nós saímos da bancarrota. E, no dia de hoje, de 1967 para cá, principalmente, nós entramos no caminho do desenvolvimento. E, há pouco, citávamos a V. Exª: no primeiro trimestre deste ano, com a subida a um patamar, que a inflação deu, assim mesmo tivemos o maior desenvolvimento industrial que este País já registrou.

O SR. NELSON CARNEIRO (Guanabara) — Mas, quem primeiro contestou tudo isso que se espalhava pela Nação foi o Ministro Mário Simonsen, ao assumir a sua Pasta. Eu, aqui mesmo, exaltei a sua atitude, quando S. Exª acabou com toda essa ilusão nacional e deu os dados verdadeiros do aumento do custo de vida e da inflação nacional. Foi o próprio Ministro Mário Simonsen que acabou com todas as ilusões.

Apartes Simultâneos

O Sr. Virgílio Távora (Ceará) — S. Exª não disse que o modelo brasileiro estava em bancarrota. S. Exª não disse que nós não nos tínhamos desenvolvido. S. Exª fez conceituações a respeito das causas da inflação que subira um patamar.

O Sr. Amaral Peixoto (Rio de Janeiro) — V. Exª permite um aparte?

O SR. NELSON CARNEIRO (Guanabara) — Com muita honra.

O Sr. Amaral Peixoto (Rio de Janeiro) — Não negamos, também, que o País se tenha desenvolvido. O que perguntamos aqui, uma vez, à Maioria, era se ela ainda acreditava nos 12% anunciados, quer como inflação, quer como aumento do custo de vida.

O Sr. Virgílio Távora (Ceará) — Tinha sido anunciado como meta a atingir, e uma meta a atingir é a mesma coisa que V. Exª desejar que todos aqueles que lhe são ligados sentimentalmente vençam na vida. Mas, eles vencerão ou não. Foi uma meta a atingir. Foi um desejo expresso. Mas o Governo, aqui, nunca afirmou da tribuna, por nenhum dos seus representantes, que essa meta tinha sido atingida. Disse, sim, que tinha sido atingida uma meta muito maior: o desenvolvimento do País em termos incontestáveis, um desenvolvimento reconhecido por todo o mundo.

O Sr. Amaral Peixoto (Rio de Janeiro) — V. Exª encontrará nos jornais da época afirmações reiteradas, não feitas aqui dentro, mas reiteradas afirmações das mais altas e respeitadas autoridades do Governo de que a inflação não excederia os 12%. Era a meta, mas nunca dissemos que isso havia sucedido. Uma coisa é o que se deseja, outra coisa é a afirmativa como foi feita, aqui, pelo nobre Líder carioca — cujo discurso tanto nos encanta — nesse excessivo calor que o trouxe de um país frio como a Romênia, de vir aqui afirmar que é “mentiralhada”, que os dados estavam falsos...

O Sr. Virgílio Távora (Ceará) — Não vamos atribuir tudo isso à Dra. Aslan, que lhe deu vigor tão grande. Mas, aí, já há excesso, então, de rejuvenescimento, para dizer uma coisa assim.

O SR. NELSON CARNEIRO (Guanabara) — Vamos apagar o passado, Sr. Presidente. Ninguém, no passado, falou em 12%...

O Sr. Virgílio Távora (Ceará) — Falamos em meta a atingir!

O SR. NELSON CARNEIRO (Guanabara) ... apenas o Sr. Mário Henrique Simonsen, ao assumir o Ministério da Fazenda, destruiu essa meta, anunciando os verdadeiros índices de inflação e do custo de vida.

O Sr. Jarbas Passarinho (Pará) — Permite V. Exª um aparte, nobre Senador?

O SR. NELSON CARNEIRO (Guanabara) — É com alegria que vou conceder o aparte a V. Exª porque, neste Plenário, de gente tão triste e tão preocupada, V. Exª é o único sorridente, o único que já tem escolhido o seu Governador e a meta governamental já foi atingida.

O Sr. Jarbas Passarinho (Pará) — Declino do direito de colocar, ou não, aspas nas expressões de V. Exª e, em consequência, não me permitirei discuti-las. Prefiro ficar na primeira parte do seu discurso. Primeiro, para dizer a V. Exª, com muita tristeza que, nessa minha passagem pelo Senado Federal tivesse eu de ouvir, palavras que não traduzem, de modo algum, o retrato que sempre tive de V. Exª, de um opositor, sem dúvida nenhuma cercado de propósito honestos, mas que não ofendia, pelo simples prazer de ofender, ao adversário. Quidam V. Exª se dá o direito, que me parece discutível, de classificar de “mentiralhada” aquilo que era divulgado pelo Governo anterior, do Presidente Médici, talvez se tenha deixado trair por este ímpeto novo, que todos estão reconhecendo, e que eu estou conhecendo agora, porque privo com V. Exª. O meu primeiro protesto, se V. Exª me permite, seria exatamente contra essa qualificação. O segundo, seria aproveitar-me da citação reiterada de V. Exª, das palavras do ilustre Ministro Mário Henrique Simonsen, porque é nele mesmo que me quero louvar, como o faz V. Exª. Foi o Ministro Mário Henrique Simonsen que deu a publicar e, portanto, a conhecer a esta Nação, a evolução do índice de liquidez da dívida externa brasileira. É um quadro de S. Exª o Ministro Mário Henrique Simonsen, que V. Exª tanto cita e parece o seu aturo preferido, pelo menos por enquanto. O índice de liquidez da dívida externa brasileira nunca chegara aos resultados brilhantes que chegou em 1973.

O Sr. Virgílio Távora (Ceará) — E dificilmente chegará.

O Sr. Jarbas Passarinho (Pará) — Por muitos e muitos anos não chegará. Foi justamente isso que me fez perguntar se cabia uma crítica, desde logo, dita, não da tribuna do Parlamento, onde entendo que o diálogo deva ser necessariamente aberto, respeitado, mas sob a roupagem de um juiz, quando então se daria, realmente, sob uma forma definitiva de julgamento, e não sob uma dúvida, hipótese que V. Exª levanta com brilhantismo, e eu diria com volubilidade, no bom sentido da palavra, dada a rapidez com que V. Exª sai de um tema para o outro, fazendo com que a Maioria saia em sua perseguição com esta mesma flexibilidade mental. Então, encerrando esse meu longo aparte, já que V. Exª tão generosamente ouve, traduzo com tristeza o conhecimento desse aspecto do nobre Líder Nelson Carneiro que eu não conhecia, ou dessas palavras que, acredito, em momento oportuno V. Exª mesmo retirará dos Anais deste Congresso: “mentiralhada”, em relação aquilo que um Governo sério, probo, correto, divulgava como seus objetivos a serem alcançados e aqueles que realmente o foram. Mais tarde, se houver oportunidade, debaterei com V. Exª a respeito da Fundação Getúlio Vargas, sobretudo nos dados que, como Ministro do Trabalho e Previdência Social, que fui, sei que ela faz por pesquisa própria, e não por receber de terceiros, a respeito do custo de vida. Muito obrigado, nobre Senador.

O SR. NELSON CARNEIRO (Guanabara) — Sr. Presidente, até nas flores se nota a diferença da sorte. Enquanto eu decepção o nobre Senador Jarbas Passarinho, S. Exª se exalta aos meus olhos. Alegro-me ver que alguém, Sr. Presidente, vem em defesa do Governo a que serviu e que S. Exª traz a contribuição da sua experiência para o debate. Mas o que S. Exª não deve estranhar é o protesto da Oposição a que se nega tudo, à Oposição a que não se concede sequer o direito de pedir informações. Em 1971, apresentei um requerimento de informações ao Sr. Ministro da Fazenda que, até hoje, não foi respondido.

É assim que se trata a Oposição, nesta Casa.

Comissão de Inquérito, Sr. Presidente, não pode a Oposição fazer.

A Oposição apresentou um projeto de resolução, pedindo que lhe fosse dado o direito de pedir urgência para um projeto, — não de obter a urgência, mas, simplesmente, de requerer a urgência para qualquer projeto — e a Maioria derrotou esse projeto. O nobre Senador Jarbas Passarinho conhece o Congresso de 1967. Ele o viu hoje através do *Jornal do Brasil*. Por isso S. Ex^a estranha que a Oposição não tenha outros meios de se manifestar, senão protestando veementemente por esta tribuna.

O Governo não dá nenhuma informação à Oposição; apenas vota através da maioria maciça dos seus liderados.

Ainda hoje V. Ex^a vai assistir a esse espetáculo, e certamente contará com o seu voto contrário. Espero que V. Ex^a, neste momento, me acompanhe. O Senado, por duas de suas Comissões, votou unanimemente, dando parecer favorável e aprovando projeto de minha autoria, que concede as férias de 30 dias ao trabalhador. V. Ex^a verá o resultado. V. Ex^a votará com a Maioria, e votará derrotando o aprovado por suas Comissões Técnicas.

Por que? Em nome de quê? A serviço de quê?

A serviço de um governo invisível, que controla aqui os votos e não quer que a Maioria manifeste livremente suas opiniões. Já se sabe que a Maioria vai derrotar o projeto, e V. Ex^a o derrotará com ela. Então, verá V. Ex^a, realmente, que tinha razão quando, hoje, pelo *Jornal do Brasil*, disse que este Senado era diferente daquele que V. Ex^a conheceu, há alguns anos.

Por isso é que V. Ex^a estranha o vigor das minhas palavras. Não posso trazer aqui os dados de que V. Ex^a dispõe, senão aqueles que são divulgados pela imprensa e que são os únicos que chegam ao nosso conhecimento.

O Sr. Jarbas Passarinho (Pará) — Permite V. Ex^a ainda uma breve interrupção?

O SR. NELSON CARNEIRO (Guanabara) — Com muito prazer.

O Sr. Jarbas Passarinho (Pará) — Ilustre Senador, essa parte do discurso de V. Ex^a é perfeitamente compreensível para todos aqueles que querem um Congresso fortalecido e se deixem sensibilizar por ela. Em nenhum momento essas palavras de V. Ex^a chocariam a nós outros da Maioria. Apenas, o que tive o direito de registrar, foi a decepção — eu não usei esta palavra, mas V. Ex^a traduziu muito bem — a decepção que tive em verificar que um esgrimista da qualidade de V. Ex^a, com a experiência parlamentar admirável que possui, não se servira dos termos próprios que no vernáculo existem para, atê caudentemente, como acaba de fazer, executar as suas críticas, e preferir uma palavra que não honra a inteligência e a compostura de V. Ex^a.

O SR. NELSON CARNEIRO (Guanabara) — Agradeço a V. Ex^a, mas peço que retire a palavra "compostura", porque a expressão "mentiralhada" está nos dicionários e nos léxicos. Eu não aceito, e V. Ex^a me permita, ilustre mestre e reitor a lição.

O Sr. Jarbas Passarinho (Pará) — Longe de mim querer dar-lhe lições de léxico. Estou dizendo: a compostura do parlamentar, não a compostura verbal.

O SR. NELSON CARNEIRO (Guanabara) — Eu ainda agradeço a V. Ex^a as lições de compostura parlamentar, porque tenho procurado ser, também nesta Casa e ao longo de toda a minha vida parlamentar, um homem de compostura. Mas a expressão "mentiralhada", Sr. Presidente, não se dirigiu a nenhum dos nobres Srs. Senadores. O que eu disse foi que a Nação inteira, durante muitos anos, viveu sob esse ambiente. Tenho em mãos, ainda, o que se espalhou por este País inteiro, sobre a carteira de poupança do BNH, com que se procurou iludir a opinião pública deste País. V. Ex^{as}. se recordam: através de um salário de 700 cruzeiros, o cidadão ainda podia, folgadoamente, responder pelas despesas familiares, e contar

com 80 cruzeiros de poupança. Eram "mentiralhadas". Não foi o Sr. Senador Virgílio Távora quem as disse, nem o Senador Jarbas Passarinho, nem o Senador José Lindoso, mas a Nação inteira ouviu, através do rádio, da propaganda dos jornais, uma série de notícias que não eram verdadeiras, e isso está provado no relatório que acaba de ser feito pelo nobre Ministro Batista Ramos.

O Sr. José Lindoso (Amazonas) — Permite V. Ex^a um aparte?

O SR. NELSON CARNEIRO (Guanabara) — Pois não.

O Sr. José Lindoso (Amazonas) — Eu gostaria de dar um aparte, antes possibilitando a V. Ex^a que reconheça, realmente, com bastante força e vigor já contestado pelo nobre Senador Virgílio Távora e proclamado pelo Senador Eurico Rezende, depois de sua viagem à Europa, relativamente, a esse discurso de Oposição. Já que V. Ex^a se referiu ao meu nome, eu queria dizer a V. Ex^a, repondo as coisas nos devidos termos, que é lamentável um homem do brilho e da cultura de V. Ex^a, quando a serviço de uma posição passional na política, esqueça que o combate à inflação não se faz, somente, por medidas de ordem material; é necessário que se crie um clima de ordem psicológica, que se estabeleçam, portanto, condições de participação do povo, até porque V. Ex^a sabe que a inflação não aflige somente o Brasil, porém igualmente os Estados Unidos. Há pouco tempo, V. Ex^a assistiu à grande crise do Governo inglês, quando a estabilidade da velha Inglaterra, mestra em Política, ficou ameaçada. Pois bem, digo a V. Ex^a não ouve *mentiralhada* nenhuma, mas, realmente, estratégia política que o Governo Médici adotou, e o Governo Geisel vai continuar praticando, segundo as declarações do próprio Ministro, dentro da linha maior, que é a de construir este País conforme a opção que já fizemos — a de colocar, acima das paixões momentâneas ou das conveniências ideológicas, os interesses maximamente nacionais. Leio a V. Ex^a, para que se reponha o debate à altura daquilo que desejávamos que fosse, as palavras iniciais do Ministro Simonen, quando, depois de ouvir o reitro da orientação do Presidente, falou à imprensa. Disse S. Ex^a:

"Desde 1968, a economia brasileira vem apresentando excepcional desempenho, graças aos heróicos esforços reformistas e antiinflacionários do Governo Castello Branco e à extrema habilidade da política econômica posta em prática durante os Governos Costa e Silva e Garrastazu Médici. "Milagre Brasileiro" tem sido a expressão usada por vários observadores internacionais para sintetizar esse desempenho econômico, cujo indicador mais expressivo se encontra nas taxas de crescimento do produto real, que vêm sendo mantidas em torno de 10% anuais. A inflação cadente..." — e V. Ex^a já esqueceu os idos de 62...

O SR. NELSON CARNEIRO (Guanabara) — Não esquecemos, porque não tivemos nenhuma participação em 1962. Talvez, V. Ex^a tivesse.

O Sr. José Lindoso (Amazonas) —

"A inflação cadente..." a neutralização das suas distorções pela correção monetária e pelo sistema de minidesvalorizações cambiais, o extraordinário aumento das exportações, a acumulação de mais de 6 bilhões de dólares de reservas internacionais, o clima de confiança dos investidores nacionais e estrangeiros e a excelente cooperação entre Governo e iniciativa privada completam o quadro dos nossos êxitos econômicos.

A qualidade dos resultados até agora obtidos em grande parte devida ao trabalho e ao talento dos meus antecessores, Octávio Gouveia de Bulhões e Antônio Delfim Netto, recomenda uma linha-mestra de continuidade de política econômica, perfeitamente em sintonia com o espírito de unidade revolucionária instalado no Brasil, a partir de 1964. Na realidade, nos últimos 10 anos a imaginação brasileira conse-

guiu criar soluções novas para problemas antigos, que merecem ser conservadas como conquistas irreversíveis: a técnica gradualista no combate à inflação que concilia a moderação do ritmo de alta de preços com o crescimento econômico acelerado; a correção monetária, que neutraliza as distorções classicamente associadas às altas crônicas de preços, tornando uma inflação anual de 15% no Brasil muito menos nociva do que uma alta de 6% ao ano nos países cuja legislação presume a existência de uma moeda estável; o sistema das minidesvalorizações cambiais, hábil adaptação do princípio da correção monetária à taxa de câmbio, que evita a especulação em capitais estrangeiros, e compensa os exportadores pela alta interna dos cursos.

O SR. PRESIDENTE (Faz soar a campainha)

O Sr. José Lindoso (Amazonas) — Sr. Presidente, já termino a citação.

O SR. NELSON CARNEIRO (Guanabara) — Não é mais uma citação, mas um discurso. . . .

O SR. PRESIDENTE (Antônio Carlos) — Sr. Senador José Lindoso, o nobre Senador Nelson Carneiro está falando como Líder. De acordo com o art. 16, do Regimento Interno, item I, S. Ex^a teria a oportunidade de ocupar a atenção da Casa pelo prazo de vinte minutos. Face aos numerosos apartes, esta Presidência entendeu de seu dever permitir que S. Ex^a desenvolvesse suas considerações por mais algum tempo.

Neste momento, estamos quase na hora do encerramento do período do Expediente. Pediria, portanto, a V. Ex^a, Senador José Lindoso, que apressasse seu longo e brilhante aparte, e solicitaria ainda ao nobre Sr. Senador Nelson Carneiro que, depois dele, concluísse suas considerações.

O Sr. José Lindoso (Amazonas) — Acato a palavra de V. Ex^a, Sr. Presidente, concluindo, rapidamente, a leitura, que é uma contribuição ao debate.

A fórmula da política salarial, que pacificou as negociações coletivas de reajustes de salários tornando-as compatíveis com as metas antiinflacionárias, e resolvendo, pela aritmética, o que muitos países tentam resolver pelas greves e pelas pressões político-sindicais; o princípio dos incentivos fiscais, graças ao qual se torna possível conciliar a liberdade da iniciativa privada com as opções do planejamento governamental.

Eis, Sr. Presidente, as linhas gerais da estratégia do desenvolvimento dessa política econômica, que deveria ser o objeto da discussão deste Plenário, e não o isolamento de fatores para a distorção do conceito de inflação, a fim de causar impactos inteiramente eleitorais perante a massa de eleitores no ano político. Nós retiramos, de fato, dessas palavras do Ministro Simonsen, aquilo que deveríamos dizer no discurso que iríamos pronunciar como resposta, para fulminar esta palavra injusta perante a História, pois protestamos, com a consciência tranqüila, que o Governo que passou, como o que, agora, está iniciando um novo período, cumpriu os deveres sagrados de respeitar o povo e de trabalhar para construir o Brasil. Não se fez mentirinha nenhuma. Erros, todos nós os cometemos, e cumpre realmente fazer a avaliação sensata, para retificá-los, porque, acima de tudo isso, só temos uma meta, a Maioria e o Governo da República: a construção deste País. Retire-se, portanto, dos Anais, essa palavra, porque ela fere realmente aquilo que há de mais nobre, que é o intuito superior de toda esta Nação, de vê-la grande, próspera e feliz.

O SR. NELSON CARNEIRO (Guanabara) — Se alguém, nesta Casa, tem propósito eleitoral, não há de ser o modesto Senador pela Guanabara. Quem é candidato ao Governo do Amazonas é o nobre Senador José Lindoso! . . .

S. Ex^a leu quase todo o discurso do Sr. Simonsen, mas teve o cuidado de não repetir aquele trecho em que o titular da Fazenda dava os índices de inflação, do aumento do custo de vida, retificando os famosos 12% da propaganda oficial. Foi uma habilidade de S. Ex^a, que merece ser louvada.

Sr. Presidente, voltarei a esta tribuna para tratar de outro assunto grave, que é a tão anunciada fusão do Estado da Guanabara com o Estado do Rio, para perguntar porque a mesma preocupação não tem o Governo com outros Territórios e Estados deste País? Para perguntar, também, porque, depois que o nobre Senador José Guimard fez tanto esforço para converter a sua terra de Território em Estado, afinal voltará ela a ser Território e o seu governador fica um mês em Brasília, a espera do seu substituto?

Ora, Sr. Presidente, voltarei a esta tribuna para dizer que — e aí quero voltar ao ponto inicial — o Sr. José Lindoso lembrou o nome do Sr. Delfim Netto. Afinal, Sr. Presidente, dois meses depois de findo o Governo a que serviu, alguém se lembra do Sr. Delfim Netto; do Sr. Delfim Netto, que foi escorraçado, do Sr. Delfim Netto, que acaba de receber a homenagem do Governo de São Paulo, através do seu Governador e de todo o seu Secretariado ao ensejo do seu aniversário; do Sr. Delfim Netto, contra quem se espalhou até que havia sido preso, Sr. Presidente. Até isso se espalhou! Isto sim, é uma mentiralhada. (Muito bem!)

É uma mentiralhada como o outro também. (Risos.)

O Sr. Virgílio Távora (Ceará) — V. Ex^a se traiu, agora!

O SR. NELSON CARNEIRO (Guanabara) — Ainda bem que me trai e não trai a ninguém; há os que traem os outros.

Sr. Presidente, esta mentiralhada também se espalhou.

O Sr. José Lindoso (Amazonas) — Nossa Bancada apóia o protesto do Senado lançado pela voz do Senador Jarbas Passarinho.

O SR. PRESIDENTE (Antônio Carlos) — Lembro ao nobre orador e aos Srs. Senadores que a Hora do Expediente está finda.

O SR. NELSON CARNEIRO (Guanabara) — A memória dos políticos é breve, é frágil. Já ninguém se lembra do "milagre brasileiro." O milagre brasileiro antigamente se chamava Antônio Delfim Netto. Hoje, já não tem esse nome.

O Sr. Eurico Rezende (Espírito Santo) — Não apoiado! V. Ex^a está equivocado; ele foi preso e continuará preso na gratidão e no coração do povo. (Muito bem!)

O SR. NELSON CARNEIRO (Guanabara) — A frase é bonita, mas deve ser de algum aluno do primeiro ano ginasial. Não honra o Reitor da Universidade do Distrito Federal.

Concluo, Sr. Presidente, perguntando, como no início: por que vamos eleger cabos eleitorais, por que vamos nomear cabos eleitorais? Se para São Paulo se nomeia quem se proclama cabo eleitoral, já se vai nomear para o novo Estado da Guanabara e Rio de Janeiro um cabo eleitoral, para que, no dia 3 de outubro, possa fazer propaganda, de município em município, pregando o favor dos candidatos da ARENA contra os do MDB. Então, a fusão será um movimento contra o Movimento Democrático Brasileiro, será uma ação contra a Oposição. No momento em que Portugal liberta seus prisioneiros, no momento em que a França, emocionada pela morte de Georges Pompidou abre as urnas para eleger seus candidatos, no momento em que a Itália se divide numa grande campanha popular a favor ou contra o divórcio, neste momento, Sr. Presidente, é que nós vamos continuar essa malsinada prática de nomear interventores aqui, chamando-os de Governadores e sacrificando valores reais dos Estados?!

Onde estão os valores políticos dos Estados, que estão sendo aproveitados?

Por que o Sr. Tarso Dutra foi proscrito?

Por que o Sr. Laudo Natel divulgou nota em que atribuiu ao Senhor Presidente da República a responsabilidade pela nomeação do Sr. Paulo Egídio?

Por que essa ansiedade em todo País?

Por que, Sr. Presidente?

Porque nós ferimos a Constituição, até mesmo aquela Carta constitucional outorgada pelos militares em 1969. Não para caminhar, abrir horizontes, mas para fechar clareiras, para anunciar trevas, para prenunciar tempestades! (Muito bem!)

O Sr. Virgílio Távora (Ceará) — Sr. Presidente, peço a palavra.

O SR. PRESIDENTE (Antônio Carlos) — Concedo a palavra ao nobre Sr. Senador Virgílio Távora, pela ordem.

O SR. VIRGÍLIO TÁVORA (Ceará) (Pela ordem. Sem revisão do orador) — Sr. Presidente, Srs. Senadores:

Citado nominalmente, seja pelo Sr. Vice-Líder Eurico Rezende, seja pelo nobre representante pela Guanabara, Senador Nelson Carneiro, queremos informar à Casa que, sem paixão, com números, recebemos a honrosa tarefa, em continuação daquela que já havíamos procurado desempenhar quanto à defesa da política econômica-financeira do Governo da Revolução, que se nos afigura absoçutamente justa e certa, de vir a este Plenário tão logo regressemos de nossa terra, nesta semana, para percutir os seis pontos objetos das "Conclusões" desse Relatório que hoje enche as páginas dos jornais e que é tão aplaudido pela nobre Oposição. Deter-nos-emos nos itens Inflação; Endividamento externo; Desequilíbrios regionais; Desequilíbrios setoriais; Redistribuição de Rendas; Dívida pública interna e externa e Considerações a respeito do IPI, IR e IPT.

Procuraremos não deixar sem resposta nenhuma das increpações neles contidas.

Esta declaração se fazia necessária, Sr. Presidente, Srs. Senadores, após as palavras aqui ouvidas.

O SR. PRESIDENTE (Antônio Carlos) — O nobre Senador Virgílio Távora pediu a palavra; a Mesa entendeu que fosse pela ordem. S. Ex.^a não levantou nenhuma questão de ordem. Assim, considero que S. Ex.^a tenha solicitado a palavra de acordo com a letra a, nº V, do art. 16 do Regimento Interno, que reza:

"em qualquer fase da sessão, para esclarecimento de fato em que haja sido nominalmente citado na ocasião, em discurso ou aparte, não sendo a palavra dada, com essa finalidade, a mais de 2 (dois) oradores durante a Ordem do Dia;"

O SR. PRESIDENTE (Antônio Carlos) — A Mesa tem a seguinte comunicação a fazer: esta Presidência, em sessão de 5 de abril próximo passado, encaminhou consulta à Comissão de Constituição e Justiça sobre a viabilidade de realização concomitante de sessão do Congresso Nacional e extraordinária do Senado Federal.

Examinada a matéria, aquela Comissão entendeu ser vedada a realização concomitante de sessões do Congresso e do Senado.

Publicado o parecer, no Diário do Congresso Nacional do dia 3 do corrente, página 1225, o processado vai ao arquivo.

O SR. PRESIDENTE (Antônio Carlos) — Sobre a mesa, projeto de lei que vai ser lido pelo Sr. 1º-Secretário.

E lido o seguinte:

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 37, DE 1974

Altera a redação do art. 96 do Código Penal.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º O artigo 96 do Código Penal (Lei nº 6.016, de 31 de dezembro de 1973) passa a vigor com a seguinte redação:

Art. 96 Ao condenado por crime cometido na direção ou que se relacione com a direção de veículos motorizados, deve ser cassada a licença para dirigir pelo prazo mínimo de seis meses, se as circunstâncias do caso ou os antecedentes do condenado revelam sua inaptidão para essa atividade".

Art. 2º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Justificativa

A redação atual do dispositivo é a seguinte:

"Art. 96. Ao condenado por crime cometido na direção ou relacionadamente à direção de veículos motorizados,

deve ser cassada a licença para dirigir veículo, pelo prazo mínimo de um ano, se as circunstâncias do caso ou os antecedentes do condenado revelam a sua inaptidão para essa atividade".

O projeto resultou de sugestão do Dr. Jorge Alberto Romeiro, ilustre juiz do Tribunal de Alçada do Estado da Guanabara, que assim a justifica:

"Como já tive oportunidade de esclarecer, através de várias entrevistas a jornais, com a minha experiência de julgador de delitos de trânsito no Tribunal de Alçada, os juízes só têm aplicado a motoristas reincidentes a atual cassação de licença, para dirigir veículos, em virtude do elevado mínimo de dois anos dessa pena no vigente Código Penal (arts. 67, II, e 69, IV, e seu parágrafo único, IV combinados), a qual deixa sem pão por muito tempo o motorista profissional e sua família. Ora, um ano, como prevê o projeto é ainda muito, daí a minha proposta para seis meses, no mínimo. A outra alteração, a mudança da conjuntiva e para a adversativa ou, destina-se a impedir o que já referi e se vem fazendo até agora, mas exclusivamente pelo relevante motivo social apontado, de evitar o desemprego, ou seja, só se aplicar pena que tal a motoristas reincidentes, raros aliás. Com a diminuição para seis meses no mínimo da pena, pode esta se estender também a motoristas não reincidentes e só com a alteração que proponho (ou por e) isso será possível".

Quando o eminente magistrado formulou sua sugestão, estava em tramitação no Congresso o projeto que se converteu na Lei nº 6.016, de 1973,

A nova redação dada ao artigo incluiu uma parte da sugestão do juiz carioca, aceitando a substituição do e pela disjuntiva ou.

Portanto, sob tal aspecto, nada há mais a modificar.

O que o projeto inova é o seguinte:

a) diminui o prazo de um ano para seis meses;
b) acrescenta, no final do artigo, a expressão: "e conseqüente perigo para a incolumidade alheia".

Aceitamos a diminuição do mínimo do prazo para seis meses, dadas as razões de relevante motivo social em que a proposta se baseia, isto é, o fato de deixar sem o seu ganha-pão chefe de família. Isto representa grave punição contras pessoas inocentes (a esposa e filhos menores), fato que não deixa de ser violação do mandamento constitucional de que "nenhuma pena passará da pessoa do delinqüente" (art. 153 § 13).

No caso de cassação de licença por período tão longo, principalmente quando o réu é primário ou os seus antecedentes não revelam inaptidão para o exercício da profissão, cria-se um problema social porque se atira a família do réu na miséria. Então, crianças inocentes vão pagar por ato que não praticaram, sofrendo necessidades e passando fome, fatos que podem ter consequências funestas, marginalizando os menores e encaminhando-os para o crime.

Portanto, a alteração é humana e atende perfeitamente aos objetivos sociais da lei.

No que se refere à parte final da sugestão, isto é, nas palavras "e conseqüente perigo para a incolumidade alheia", data venia, não a aceitamos. E vamos dizer porque.

Se as circunstâncias do caso ou os antecedentes do condenado revelam sua inaptidão para o exercício da profissão de motorista, é evidente e meridianamente claro que esse fato, por si só, já representa perigo para a incolumidade alheia. Esta ideia já está contida na inaptidão do motorista, na sua imperícia. Portanto, a expressão é redundante e desnecessária.

Por isso, o projeto a suprime, como, aliás, está redigido o art. 96 da Lei nº 6.016, que é incontestavelmente, neste passo, mais técnica. Por isso, preferimo-la.

Finalmente, fizemos outra modificação na redação proposta. Substituímos a expressão.

"Ao condenado por crime cometido na direção ou relacionadamente à direção de veículos motorizados" por esta outra

"Ao condenado por crime cometido na direção ou que se relacione com a direção de veículos motorizados..."

A alteração evidentemente não modifica o conteúdo da norma. Dá-lhe, tão-somente, redação mais fluente e mais clara.

Não queremos finalizar esta justificativa sem pedir a atenção dos nossos ilustres pares para os motivos de ordem social que inspiraram o projeto, razões estas testemunhadas por ilustres magistrados e que, pessoalmente, também confirmamos, pois conhecemos casos de motoristas privados do exercício de sua profissão pelo prazo de dois anos, cujas famílias foram injustamente atiradas na miséria, com graves consequências para a própria subsistência e educação dos filhos e ameaça maior ainda para o seu futuro, riscos esses tão grandes que a sociedade não pode permitir que eles ocorram.

Sala das Sessões, 6 de maio de 1974. — Nelson Carneiro.

LEGISLAÇÃO CITADA

LEI Nº 6.016, DE 31 DE DEZEMBRO DE 1973
(Código Penal)

.....
**Transgressão das obrigações resultantes da liberdade vi-
giada**

Art. 96. No caso de transgressão das obrigações resultantes de liberdade vigiada, o juiz pode, ressalvado o disposto no art. 64, parágrafo único, determinar a internação, até seis meses, em um dos estabelecimentos referidos no art. 88, § 1º, nº II e III.

.....
(À Comissão de Constituição e Justiça.)

O SR. PRESIDENTE (Antônio Carlos) — O projeto lido será publicado e remetido às Comissões competentes.

Sobre a mesa, requerimento que vai ser lido pelo Sr. 1º-Secretário.

É lido o seguinte:

REQUERIMENTO Nº 63, DE 1974

Requeremos urgência, nos termos do art. 374, alínea b, do Regimento, para o Projeto de Lei da Câmara nº 37/74 — Complementar, que estabelece prazo de desincompatibilização para as eleições fixadas na Emenda Constitucional nº 2 e altera dispositivos da Lei Complementar nº 5.

Sala das Sessões, em 6 de maio de 1974. — **Virgílio Távora.**

O SR. PRESIDENTE (Antônio Carlos) — O requerimento de urgência, que acaba de ser lido pelo Sr. 1º-Secretário, será votado após a Ordem do Dia, na forma do art. 378, nº II, do Regimento Interno.

COMPARECEM MAIS OS SRS. SENADORES:

José Esteves — Helvídio Nunes — Luís de Barros — Jessé Freire — Milton Cabral — João Cleofas — Wilson Campos — Arnon de Mello — Carlos Lindenberg — Paulo Torres — José Augusto — Magalhães Pinto — Benedito Ferreira — Fernando Corrêa — Lenoir Vargas.

O SR. PRESIDENTE (Antônio Carlos) — Está finda a Hora do Expediente.

Passa-se à

ORDEM DO DIA

Item 1:

Votação, em turno único, do Projeto de Resolução nº 15, de 1974, (apresentado pela Comissão de Finanças como conclusão de seu Parecer nº 112, de 1974), que autoriza o Governo do Estado do Amazonas a realizar operação financeira externa no valor de US\$ 5.000.000,00 (cinco milhões de dólares norte-americanos) para atender compromissos com construção de rodovia, tendo

PARECER, sob nº 113, de 1974, da Comissão — de Constituição e Justiça, pela constitucionalidade e juridicidade.

A discussão da matéria foi encerrada na sessão anterior, tendo a sua votação adiada por falta de número.

Passa-se, pois, à votação do projeto.

Os Srs. Senadores que o aprovam, queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Está aprovado.

O projeto irá à Comissão de Redação.

É o seguinte o projeto aprovado:

PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 15, DE 1974

Autoriza o Governo do Estado do Amazonas a realizar operação financeira externa no valor de US\$ 5.000.000,00 (cinco milhões de dólares norte-americanos) para atender compromissos com construção de rodovia.

Art. 1º É o Governo do Estado do Amazonas autorizado a realizar, através do Banco do Estado do Amazonas S.A. — BEA, como agente financeiro do Estado, empréstimo externo no valor equivalente a US\$ 5.000.000,00 (cinco milhões de dólares norte-americanos) de principal, com financiador estrangeiro a ser indicado, desde que aceite pelas autoridades monetárias do Governo Federal, para pagamento de compromisso externo, relacionado com a contrapartida estadual na construção da rodovia BR-319/AM-060 (Manaus-Porto Velho), constante do Programa de Integração Nacional.

Art. 2º A operação de empréstimo realizar-se-á nos moldes e termos aprovados pelo Poder Executivo Federal, à taxa de juros, despesas operacionais, prazos, acréscimos e condições admitidas pelo Banco Central do Brasil para registro de empréstimo da espécie, obtidos no exterior, obedecidas as demais exigências normais dos órgãos encarregados da política econômico-financeira do Governo Federal, e as disposições da Lei Estadual nº 1.105, de 17 de dezembro de 1973.

Art. 3º Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

O SR. PRESIDENTE (Antônio Carlos) —

Item 2:

Votação, em turno único, do Requerimento nº 53, de 1974, de autoria do Sr. Senador Luís de Barros, solicitando a transcrição, nos Anais do Senado Federal, da conferência proferida pelo então Ministro da Marinha, Almirante-de-Esquadra (RRm) Adalberto de Barros Nunes, na Escola de Guerra Naval, em 26 de outubro de 1973, sob o título "A Marinha no Governo Médici", publicado no jornal O Poti, de 14-4-74.

A matéria constou da Ordem do Dia da sessão anterior, tendo sido adiada a sua votação por falta de quorum.

Passa-se à votação.

Em votação o requerimento.

Os Srs. Senadores que o aprovam, queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

Será feita a transcrição solicitada.

O SR. PRESIDENTE (Antônio Carlos) —

Item 3:

Votação, em turno único, do Requerimento nº 52, de 1974, de autoria do Sr. Ruy Carneiro, solicitando a transcrição, nos Anais do Senado Federal, dos discursos pronunciados pelo Dr. Camilo Calazans de Magalhães, na solenidade de despedida como Diretor da 2ª Região do Banco do Brasil e na solenidade de sua posse como Presidente do Instituto Brasileiro do Café.

Em votação.

O Sr. Ruy Carneiro (Paraíba) — Sr. Presidente, peço a palavra para encaminhar a votação.

O SR. PRESIDENTE (Antônio Carlos) — Concedo a palavra ao nobre Sr. Senador Ruy Carneiro, para encaminhar a votação.

O SR. RUY CARNEIRO (Paraíba) — (Para encaminhar a votação.) — Sr. Presidente:

Seria dispensável, acredito, justificar a apresentação do presente requerimento, em que solicito a transcrição nos Anais do Senado, de dois discursos pronunciados pelo Dr. Camilo Calazans de Magalhães. O primeiro deles, feito quando deixava a direção da 2ª Região do Banco do Brasil, e o segundo, ao tomar posse como Presidente do Instituto Brasileiro do Café.

Não quero, porém, perder a oportunidade de voltar a fazer justiça a essa grande figura de administrador, a quem o Nordeste tanto deve.

É preciso, Sr. Presidente e Srs. Senadores, que se reconheça a dedicação e a eficiência com que o Dr. Camilo Calazans de Magalhães se envolveu na solução dos problemas de nossa castigada região. Em numerosas oportunidades, em que o Banco do Brasil inaugurava novas agências, quer na Paraíba, quer em outros estados nordestinos, pude verificar o quanto esse reconhecimento já foi concretizado por aquelas plagas, pois o Dr. Camilo Calazans era recebido, por elementos de todas as camadas sociais, com um carinho e um entusiasmo dedicados a poucos.

O crescimento vertiginoso da economia nordestina muito deve aos esforços desse grande sergipano, que soube ajustá-las atividades do nosso principal estabelecimento de crédito às realidades locais.

Através de medidas sempre oportunas, e orientadas pelo desejo de impulsionar o máximo nossa economia, o Dr. Camilo Calazans, tornou-se merecedor da admiração e do respeito de todos nós.

Já havia seu nome sido cogitado para a presidência do Banco do Nordeste quando o Ministro Severo Gomes, titular da pasta da Indústria e do Comércio, convocou sua colaboração na presidência do IBC.

Apesar de não continuarmos a contar com sua atuação na área de crédito nordestina, sentimos, os filhos daquela região, o justo orgulho por vê-lo chamado a por sua grande capacidade ao serviço de um dos setores mestres da economia sulina e nacional.

Estamos absolutamente certos, Sr. Presidente e Srs. Senadores, de que o Dr. Camilo Calazans fará uma administração brilhante, correta, honesta e patriótica no Instituto Brasileiro do Café. (Muito bem! Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Antônio Carlos) — Em votação o requerimento.

O Sr. Lourival Baptista (Sergipe) — Sr. Presidente, peço a palavra para encaminhar a votação.

O SR. PRESIDENTE (Antônio Carlos) — Concedo a palavra ao nobre Sr. Senador Lourival Baptista.

O SR. LOURIVAL BAPTISTA (Sergipe) — (Para encaminhar a votação. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente:

Associo-me, em nome da Maioria, por delegação do nobre Senador Virgílio Távora, à idéia do nobre Senador Ruy Carneiro, solicitando a transcrição, em nossos Anais, dos discursos pronunciados pelo Dr. Camilo Calazans de Magalhães, na solenidade de despedida como Diretor da 2ª Região do Banco do Brasil e na solenidade de sua posse como Presidente do Instituto Brasileiro do Café.

Camilo Calazans de Magalhães, ilustre brasileiro, à frente da Carteira do Banco do Brasil, muito fez pelo Nordeste, muito realizou por aquela zona sofrida. Portanto, a idéia do nobre Senador Ruy Carneiro merece o aplauso de todos nós. E aqui, Sr. Presidente, nesta hora, em nome da Maioria desta Casa, em nome da ARENA, nos solidarizamos com o gesto do nobre Senador Ruy Carneiro. (Muito bem!)

O SR. PRESIDENTE (Antônio Carlos) — Em votação o requerimento.

Os Srs. Senadores que o aprovam, queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

Será feita a transcrição solicitada.

O SR. PRESIDENTE (Antônio Carlos)

Item 4:

Discussão, em primeiro turno, do Projeto de Lei do Senado nº 3, de 1974, de autoria do Sr. Senador Nelson Carneiro, que altera a proporção estabelecida no artigo 132 da Consolidação das Leis do Trabalho, reconhecendo ao trabalhador o direito a férias de trinta dias, e dá outras providências, tendo

PARECERES: sob nºs. 94 e 95, de 1974, das Comissões:

— de **Constituição e Justiça**, pela constitucionalidade e juridicidade; e

— de **Legislação Social**, favorável.

Sobre a mesa, requerimento que será lido pelo Sr. 1º-Secretário.

É lido e aprovado o seguinte:

REQUERIMENTO Nº 64, DE 1974

Nos termos do art. 311, alínea c, do Regimento Interno, requeiro adiamento da discussão do Projeto de Lei do Senado nº 03, de 1974, que altera a proporção estabelecida no art. 132 da Consolidação das Leis do Trabalho, reconhecendo ao trabalhador o direito a férias de trinta dias, e dá outras providências, a fim de ser feita na sessão de 5 de junho de 1974.

Sala das Sessões, em 6 de maio de 1974. — José Lindoso.

O SR. PRESIDENTE (Antônio Carlos) — De acordo com a deliberação do Plenário, a matéria figurará na Ordem do Dia da sessão de 5 de junho próximo.

O SR. PRESIDENTE (Antônio Carlos) — Esgotada a matéria constante da Ordem do Dia.

Vai-se passar à votação do Requerimento nº 63, lido no Expediente, de urgência para o Projeto de Lei da Câmara nº 37, de 1974.

Em votação. Os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.) Aprovado.

Aprovado o requerimento, passa-se à apreciação da matéria.

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 37, de 1974 — Complementar (nº 39-C/74, na Casa de origem), que estabelece prazo de desincompatibilização para as eleições fixadas na Emenda Constitucional nº 2 e altera dispositivos da Lei Complementar nº 5 (dependendo de parecer da Comissão de Constituição e Justiça).

Solicito ao nobre Senador Eurico Rezende o parecer da Comissão de Constituição e Justiça.

O SR. EURICO REZENDE (Espírito Santo) (Para emitir parecer.) — Sr. Presidente, Srs. Senadores:

Visa o Projeto de Lei Complementar nº 37, de 1974, procedente da Câmara dos Deputados, a ampliar, de quatro para seis meses, o prazo de desincompatibilização prevista na letra a, do item V, do art. 1º, da Lei Complementar nº 5, de 29 de abril de 1970, que regulamentou o art. 151 e seu parágrafo único da Constituição.

Refere-se o dispositivo, cuja alteração se propõe, à inelegibilidade, para o Senado Federal e a Câmara dos Deputados, dos inelegíveis para os cargos de Presidente e Vice-Presidente da República — enumerados nas alíneas a e b do item II bem como, no que tange às demais alíneas, de quantos hajam exercido atividades diretivas em "repartição pública, associação ou empresa que opere no território do Estado".

2. Se tanto o citado texto constitucional como a Lei Complementar que o regulamenta se revestem de alto conteúdo ético — fundamental à democracia representativa — a Emenda em aprecia-

ção não somente revela plena fidelidade ao espírito da Lei Maior e à melhor prática do constitucionalismo brasileiro, senão também guarda maior coerência à disciplina prevista nas letras c e l, do item II, do precitado art. 1º, prescrevendo, para os candidatos ao Congresso, o mesmo prazo de desincompatibilização atualmente previsto para os candidatos ao Poder Executivo, isto é, 6 (seis) meses.

3. Parece-nos, assim, salutar providência, da melhor inspiração isonômica, muito mais pertinente àquela harmonia dos Poderes, não apenas funcional, que deflui, da exegese do art. 6º da Constituição.

Assim, porque vazado nos cânones da técnica legislativa, pertinente à sistemática constitucional, e, no mérito, emprestando maior harmonia à disciplina das inelegibilidades, somos pela aprovação do projeto.

É o parecer da Comissão de Constituição e Justiça.

O SR. PRESIDENTE (Antônio Carlos) — A Casa acaba de ouvir o parecer da Comissão de Constituição e Justiça, favorável à proposição.

Terminada a instrução da matéria, vai-se passar à sua apreciação.

Em discussão o projeto de lei complementar.

Se nenhum dos Srs. Senadores quiser fazer uso da palavra para discutir a matéria, vou encerrar a discussão. (Pausa.)

Está encerrada.

Passa-se à votação.

O Sr. Eurico Rezende (Espírito Santo) — Sr. Presidente, peço a palavra, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Antônio Carlos) — Com a palavra o nobre Sr. Senador Eurico Rezende, pela ordem.

O SR. EURICO REZENDE (Espírito Santo) (Pela ordem. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Srs. Senadores:

Trata-se de projeto de lei complementar, e a sua aprovação só poderá ser consentida quando ocorrer a maioria absoluta.

A pergunta é no sentido de que a Mesa, obsequiosamente, nos esclareça: se não se alcançar, por falta de *quorum*, a maioria absoluta necessária àquela aprovação, se a matéria ficará adiada, ou será considerada rejeitada.

O SR. PRESIDENTE (Antônio Carlos) — A Mesa, acolhendo a questão de ordem do nobre Sr. Senador Eurico Rezende, passa a resolvê-la.

S. Exª indagou sobre a hipótese de, no caso de não se verificar *quorum*, qual seria o destino da proposição submetida à deliberação do Plenário.

Repito a questão de ordem, para que S. Exª confirme se a Mesa bem entendeu.

Trata-se de lei complementar. Verificada a falta de *quorum*, o Presidente suspenderá a sessão, fazendo acionar as campanhas durante dez minutos, após o que esta será reaberta e proceder-se-á à nova votação. É o que dispõe o inciso VI do art. 328 do Regimento Interno, isto é, se, porventura, não responderem à chamada, ou nos quadros de votação eletrônica, não se registrarem 34 presenças, a Mesa observando a falta de *quorum*, suspenderá a sessão por dez minutos, e, após este prazo, procederá à nova votação.

Confirmada a falta de *quorum*, isto é, confirmada a presença de menos de 34 nobres Srs. Senadores, ficará adiada a votação, que será reiniciada ao voltar a matéria à deliberação do Plenário, inciso VI, nº 6, *in fine*, do art. 328 do Regimento Interno.

Esta é a primeira hipótese.

Acolhendo a questão de ordem do nobre Sr. Senador Eurico Rezende, a Mesa deve acrescentar, contudo, que se porventura verificar-se o *quorum* de 34 Srs. Senadores, isto é, a maioria absoluta, e o projeto de lei complementar não alcançar os 34 votos, ainda que tenha sido aprovado por maioria simples, ele será considerado rejeitado.

É a decisão da Mesa, de acordo com a questão de ordem levantada pelo nobre Sr. Senador Eurico Rezende.

Nos termos do art. 329 do Regimento Interno, por se tratar de projeto de lei complementar, que exige *quorum* especial para a sua aprovação, isto é, maioria absoluta, a votação deverá proceder-se nominalmente.

O Sr. Secretário-Geral comunicou à Mesa que o sistema eletrônico não está em funcionamento. Desse modo, vai-se proceder à chamada nominal.

Os nobres Srs. Senadores que aprovam o projeto de lei complementar devem declarar "sim", os que se manifestarem contrários devem declarar "não".

Solicito ao nobre 1º-Secretário, face ao não funcionamento do sistema eletrônico, que proceda à chamada nominal.

Procede-se à chamada.

O Sr. Eurico Rezende (Espírito Santo) — Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Antônio Carlos) — Concedo a palavra pela ordem ao nobre Senador Eurico Rezende.

Esclareço a S. Exª que a questão de ordem, de acordo com o Regimento, deve versar sobre a votação que se está processando.

O SR. EURICO REZENDE (Espírito Santo) (Para uma questão de ordem. Sem revisão do orador.) — Tentarei atingir, Sr. Presidente — e parece que o conseguirei — o objetivo e as exigências regimentais.

Trata-se, agora, de um esclarecimento complementar, mesmo porque estamos votando um projeto de lei complementar.

Ao anunciar V. Exª que se iria proceder à votação da matéria, indaguei à Mesa, porque uma dúvida me assaltava, o seguinte: na hipótese de, realizado o escrutínio, constatar-se a inexistência de *quorum*, se a proposição teria sua votação adiada ou se a matéria seria dada como irreversivelmente rejeitada.

V. Exª, com solicitude e precisão e escudado em dispositivo regimental, respondeu à questão de ordem, prestando esclarecimento no sentido de que, inoquerendo aquele *quorum*, V. Exª suspenderia a sessão por 10 minutos, para a possibilidade de, nesse interstício, ocorrer o *quorum* necessário para deliberação da matéria.

Citou V. Exª o art. 328, III, *in verbis*:

III — se algum Senador requerer verificação, repetir-se-á a votação pelo processo nominal;

V. Exª não citou isto explicitamente, mas o fez implicitamente, segundo compreendi.

IV — não será admitido requerimento de verificação se:

a) algum Senador já houver usado da palavra para declaração de voto; b) a Presidência já houver anunciado a matéria seguinte;

VI — verificada a falta de *quorum*, o Presidente suspenderá a sessão, fazendo acionar as campanhas durante dez minutos, após o que esta será reaberta, procedendo-se à nova votação;

VII — confirmada a falta de número, ficará adiada a votação, que será reiniciada ao voltar a matéria à deliberação do Plenário;

VIII — se, ao processar-se a verificação, o requerente não estiver presente ou deixar de votar, considerar-se-á como tendo dela desistido;

IX — considerar-se-á como requerida verificação, qualquer dúvida levantada, durante a votação, sobre a existência de *quorum*, ressalvado o disposto no art. 181, § 3º."

O art. 329, Sr. Presidente, não deixa dúvida quanto ao assunto, porque reza, *in verbis*:

"O processo nominal, que se utilizará nos casos em que seja exigido **quorum** especial de votação ou por deliberação do Plenário, a requerimento de qualquer Senador, ou, ainda, quando houver pedido de verificação, far-se-á pelo registro eletrônico de votos, obedecidas as seguintes normas..."

Ora, Sr. Presidente, não há dúvida nenhuma que o **quorum** especial, a que se refere o art. 329 do Regimento Interno, é exigido para projeto de lei complementar.

É como que uma vizinhança do **quorum** necessário para a elaboração constitucional. Se a elaboração constitucional exige maioria absoluta, as leis complementares que da superlei, obviamente, emergem, só podem ter o beneplácito parlamentar quando alcançado o **quorum** especial.

Verificamos, Sr. Presidente, que, ao reproduzir o texto constante do Regimento, não encontramos, para esse caso específico, o prazo de suspensão dos trabalhos. Não encontramos a exigência de suspender os trabalhos pelo prazo máximo de 10 minutos.

Fica, então, a solução, o desate da questão ao prudente arbítrio da Mesa.

O art. 328 diz:

"VI — verificada a falta de **quorum**, o Presidente suspenderá a sessão, fazendo acionar as campainhas durante dez minutos, após o que esta será reaberta, procedendo-se à nova votação."

"VII — confirmada a falta de número, ficará adiada a votação, que será reiniciada ao voltar a matéria à deliberação do Plenário."

Assim, Sr. Presidente, eu pediria a V. Ex^a que esclarecesse a este humilde arguinte, se o prazo de 10 minutos é pertinente à votação simbólica ou à votação nominal.

Era esse o pedido de esclarecimento que desejava fazer à lucidez, à solicitude e ao talento sempre aplaudido de V. Ex^a.

O SR. PRESIDENTE (Antônio Carlos) — Antes de responder à questão de Ordem levantada pelo nobre Sr. Senador Eurico Rezende, solicito ao Sr. 1^o Secretário que colha os votos dos Srs. José Sarney e Waldemar Alcântara, que se encontram no plenário. (Pausa.)

O Sr. Eurico Rezende (Espírito Santo) — Sr. Presidente, peço a palavra para desistir da questão de ordem.

O SR. PRESIDENTE (Antônio Carlos) — A Casa acabou de ouvir a declaração do nobre Sr. Senador Eurico Rezende, de que desiste da questão de ordem.

A Mesa iria resolvê-la com a preliminar de que não foi necessária a suspensão da sessão, por 10 minutos, porque o Sr. Senador Eurico Rezende, exatamente, levantou a questão de ordem durante o processo de votação.

Declaro encerrada a votação.

RESPONDEM À CHAMADA E VOTAM "SIM", OS SRS. SENADORES:

Petrônio Portella — Líder da ARENA

Amaral Peixoto — Líder do MDB

Adalberto Sena — José Guimard — Geraldo Mesquita —

Flávio Britto — José Lindoso — Cattete Pinheiro — Jarbas Passarinho — Renato Franco — Alexandre Costa — José Sarney — Virgílio Távora — Valdemar Alcântara — Wilson Gonçalves — Dinarte Mariz — Milton Cabral — Ruy Carneiro — Arnon de Mello — Luiz Cavalcante — Augusto Franco — Leandro Maciel — Lourival Baptista — Antônio Fernandes — Heitor Dias — Ruy Santos — Eurico Rezende — Nelson Carneiro — Gustavo Capanema — Magalhães Pinto — Benedito Ferreira — Emival Caiado — Osires Teixeira — Fernando Corrêa — Guido Mondin.

O SR. PRESIDENTE (Antônio Carlos) — Votaram **sim**, pelo processo nominal, 35 Srs. Senadores:

De acordo com o Regimento Interno o Presidente não vota, mas nas votações em que se exige **quorum** especial, a sua presença é computada para efeito de completar esse **quorum**.

Votaram **SIM** 35 Srs. Senadores.

Não houve voto contra.

O projeto de lei complementar nº 37/1974 que exigia maioria absoluta para ser aprovado, está, pois, aprovado e irá à sanção.

É o seguinte o projeto aprovado:

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 37, DE 1974 COMPLEMENTAR

(Nº 39/C/74, na Casa de origem)

Estabelece prazo de desincompatibilização para as eleições fixadas na Emenda Constitucional nº 2 e altera dispositivo da Lei Complementar nº 5.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1^o O prazo de desincompatibilização para as eleições de que trata a Emenda Constitucional nº 2, de 9 de maio de 1972, é de três meses.

Art. 2^o A alínea **a**, do item V, do Art. 1^o da Lei Complementar nº 5, de 29 de abril de 1970, passa a vigorar com a seguinte redação:

"**a**) Os inelegíveis para os cargos de Presidente e Vice-Presidente da República, especificiados nas alíneas **a** e **b** do item II, e, no tocante às demais alíneas, se se tratar de repartição pública, associação ou empresa que opere no território do Estado, observado o prazo de seis meses para a desincompatibilização;"

Art. 3^o Esta Lei Complementar entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

O SR. PRESIDENTE (Antônio Carlos) — Concluído o exame da matéria constante da Ordem do Dia e aquela outra, objeto de requerimento de urgência, há oradores inscritos.

Concedo a palavra ao nobre Sr. Senador Adalberto Sena, por cessão do nobre Sr. Senador Ruy Carneiro.

O SR. ADALBERTO SENA (Acre) (Pronuncia o seguinte discurso) — Sr. Presidente, Srs. Senadores:

O Distrito Federal, pela Constituição, não tem Câmara Municipal nem Assembléia legislativa, não contando igualmente com bancada própria no Congresso Nacional.

E a Lei Maior determina que ao Senado incumbe legislar e zelar pela situação político-administrativa da Capital da República.

Em decorrência desta situação, temos — como Senadores — dois mandatos, duas representações: a primeira emana do nosso Estado de origem, do povo que nos honrou com seus votos e sua confiança; — e a segunda é de ordem legal e patriótica: falar em nome dos cidadãos e dos interesses de Brasília.

Brasília tem nova administração e, evidentemente, ainda é muito cedo para qualquer juízo sobre o trabalho desenvolvido pelo Engenheiro Elmo Serejo Farias, em Aratu, ficando indústrias e progresso no sertão baiano. Vemos com alegria homens como Wladimir Murtinho, homens que amam Brasília, ocupando posições executivas que permitem realizar trabalho profícuo e significativo.

Nosso enfoque de Brasília e seus problemas é inteiramente peculiar, dadas as circunstâncias da capital — transcende mesmo os partidarismos e a defesa de posições eleitorais, porque sentimos a necessidade primordial de sua consolidação efetiva e, perdoem-me a redundância, em bases definitivas.

Dentro desse espírito, relego a plano secundário meu status de homem de oposição, sempre e exclusivamente quando se tratar do progresso e do desenvolvimento de Brasília.

E é justamente de espírito aberto o otimista que enviei, na data de hoje, ao Governador Elmo Serejo Farias, a carta que passo a ler para conhecimento da Casa — uma tomada de posição que reflete a boa vontade e o desejo de ver sempre acelerado o processo de integração e conagração do Brasil:

“Brasília, em 6 de maio de 1974

Excelentíssimo Senhor Governador,

Venho acompanhando com atenção e entusiasmo as primeiras decisões de Vossa Excelência ao assumir o Governo do Distrito Federal, principalmente quanto à revitalização do Plano Piloto de Lúcio Costa e ao convite a Oscar Niemeyer para que volte a colaborar com a nossa Capital.

2. Abrem-se, assim, perspectivas de correção e eliminação de distorções que afetaram a consolidação humana e social de Brasília, trazendo medidas estranhas aos princípios e normas de sua concepção básica.

3. Vivendo em Brasília desde seus primeiros dias, quando tudo era incerteza sobre sua consolidação, quando campanhas mesquinhas e malévolas se avolumavam, acompanhei sua evolução — sofrendo com as críticas e aplaudindo os gestos positivos e otimistas — fazendo mesmo abstração de minha condição de oposicionista sempre que se falava com honestidade e franqueza no desenvolvimento e na consolidação real da nova Capital.

4. Nos últimos dias, ouvimos e lemos a descrição das metas prioritárias da administração que Vossa Excelência se propõe realizar no Distrito Federal. A rigor, nenhum reparo pode ser formulado: até mesmo a conclusão da ponte, cujas obras estão em ponto morto, no lago sul, merece estudo acurado, embora possa parecer um trabalho redundante após a inauguração, há alguns meses, de uma outra ponte vizinha.

5. Um ponto, entretanto, me parece digno de maior atenção e cuidado oficial: o Setor Norte do Plano Piloto, principalmente a península onde já se encontram alguns pioneiros e até mesmo representantes diplomáticos.

6. Nestes 14 anos Brasília sempre voltou seu interesse administrativo para a Asa Sul, que, recebeu todas as benesses, todos os privilégios urbanísticos e administrativos, a ponto do povo afirmar jocosamente que temos duas Asas no Plano Piloto: a Sul e a “Norte”. Blocos em condições mais do que perigosas, comunicação precárias, tanto por telefone como por transporte urbano, deficiência de obras de infra-estrutura — tudo isso foi-se acumulando ao longo dos anos, fazendo com que a balança pendesse sensivelmente para o setor sul. Agora, para culminar esta situação de desequilíbrio, os moradores do Lago Sul terão duas pontes para facilitar seu acesso, enquanto a Península Norte ficará completamente isolada do coração do centro da cidade.

7. Creio ter chegado a hora, Senhor Governador, de uma atenção mais completa para o Setor Norte de Brasília — Superquadras, Quadras e Península — porque lá ainda há condições de planejar e realizar com eficiência um modo digno de viver em comunidade. E a prioridade real está na construção de uma ponte ligando a Península ao Setor de Clubes, fazendo a união entre uma quadra intermediária, um ponto central da Península, com a Asa Norte.

8. Esta ponte seria o trabalho fundamental de expansão da Capital para setores até então abandonados — sua construção seria o incentivo para milhares de brasilienses abrirem nova frente de construções e de habitação, descongestionando setores hoje saturados, regulando a mercado imobiliário alucinado pela especulação que independe da vontade e de pressões da oferta e procura.

Esta a sugestão que faço a Vossa Excelência, reatribuindo com a boa vontade de legislador e brasiliense e

entusiasmo patriótico que empolgou, com a nova administração, o Governo do Distrito Federal. Conte Vossa Excelência com o apoio e a colaboração nossa e a minha pessoal, sempre que estive em questão a cidade-síntese do novo Brasil: Brasília, a capital de todos os brasileiros.

Atenciosamente, Senador **Adalberto Senna**, 2º Vice-Presidente.

Era o que tinha a dizer. (Muito bem! Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Antônio Carlos) — Concedo a palavra ao nobre Senador Lourival Baptista.

O SR. LOURIVAL BAPTISTA (Sergipe) (Pronuncia o seguinte discurso) — Sr. Presidente, Srs. Senadores:

Correspondendo a honroso convite que me fora feito pelo Ministro Arnaldo Prieto, tive a satisfação de acompanhá-lo à capital do meu Estado, de onde se dirigiu aos trabalhadores de todo o Brasil, no dia que lhes é universalmente dedicado.

Já manifestei, desta tribuna, meu regozijo pela escolha de Aracaju para que o ilustre Ministro do Trabalho falasse aos trabalhadores, no último dia 1º. Na mesma ocasião, afirmei que Sua Excelência teria, por parte do ordeiro e trabalhador povo sergipano, recepção calorosa, à altura de seu histórico gesto, ao escolher Sergipe para ponto alto das comemorações do Dia do Trabalho.

E assim foi.

Apesar da chuva, cerca de trinta mil pessoas se reuniram no Estádio Lourival Baptista, dando vazão ao seu entusiasmo e patriotismo. Discursando na ocasião, o Ministro Arnaldo Prieto, em nome do Governo Geisel, declarou desejar maior participação das entidades de trabalhadores, no estabelecimento de um diálogo construtivo e que há, se bem conduzido de ambas as partes, de ser positivo para a execução da política social a que se dispõe o governo do eminente Presidente Ernesto Geisel.

Num ambiente de extrema cordialidade e muita alegria, tivemos, no Estádio, uma demonstração de acrobacia aérea, realizada pela Esquadrilha da Fumaça, saltos de pára-quedistas da Brigada Aerotransportada do Exército e um excelente show artístico.

Mais tarde, no Iate Clube de Sergipe, foi oferecido um almoço ao Ministro Prieto pelas entidades patronais e dos trabalhadores, durante a qual o Governador Paulo Barreto de Menezes proferiu brilhante discurso, expressando seus agradecimentos pelo brilho das comemorações.

As solenidades de 1º de maio, foram iniciadas com uma missa solene, na Catedral Metropolitana de Aracaju, celebrada pelo Excelentíssimo Senhor arcebispo Dom Luciano José Cabral Duarte e oito sacerdotes.

Durante a prédica, Dom Luciano enalteceu o significado da data para os trabalhadores que lotavam o principal templo da capital sergipana.

Em Aracaju, o Ministro do Trabalho ouviu, ainda, reivindicações de representações de trabalhadores de Sergipe, Bahia, e Pernambuco. Do Estado da Bahia, mais de 500 trabalhadores se deslocaram para Aracaju, a fim de ali participarem das solenidades a que esteve presente o Ministro Arnaldo Prieto, que presidiu, também, a inauguração do Centro de Formação Profissional, Professor Carlos Alberto Sampaio, grande obra ali realizada pelo SESC-SENAC e para cuja efetivação é de se ressaltar o empenho e o interesse do Senhor José Ramos de Moraes, presidente da Federação do Comércio de Sergipe e o apoio a ele dado pelo prezado colega Senador Gessé Freire, presidente da Federação Nacional do Comércio. O nome dado a esse Centro de Formação Profissional constitui merecida homenagem a um grande educador, que muito contribuiu para a implantação do ensino profissional no meu Estado e que teve a honra de ter como Secretário da Educação, quando à frente do governo sergipano.

Sr. Presidente, feito este rápido registro do ocorrido em Aracaju a 1º de Maio, requeiro, nos termos regimentais, sejam incorporados como parte integrante desta minha fala os discursos proferidos em Aracaju pelo Ministro Arnaldo Prieto e pelo Governador Paulo Barreto de Menezes, ambos de real importância e que devem constar de nossos Anais. (Muito bem! Palmas.)

DOCUMENTOS A QUE SE REFERE O SR. LOURIVAL BAPTISTA, EM SEU DISCURSO:

INTEGRA DO DISCURSO FEITO PELO MINISTRO ARNALDO PRIETO, NO ESTÁDIO LOURIVAL BAPTISTA, ANUNCIANDO AS NOVAS BASES DO SALÁRIO-MÍNIMO, ÀS 10 HORAS DO DIA 1º DE MAIO:

"A nossa presença em Aracaju, nesse Dia Universal do Trabalho, tem o sentido de uma dupla homenagem: comparece, oficialmente, o Ministro do Trabalho a uma das festividades que neste 1º de maio se realizam em todo o País, trazendo, por intermédio do valoroso trabalhador sergipano, uma saudação a todos os trabalhadores brasileiros.

"No coração da Pátria não há pendores ou preferências: todos os seus filhos são igualmente importantes. Não existe distinção entre trabalhadores onde quer que eles estejam, no Norte, ou no Sul, no pequeno ou no grande Estado, no desenvolvido centro econômico político e social ou no recanto anônimo de uma fronteira indevassada. É pelo trabalho que os homens se igualam em sua dignidade.

"Nossa presença nesta cidade é uma afirmação de fé em todo trabalhador brasileiro. Escolhemos esta terra, Sergipe, para levar nossa homenagem aos homens e mulheres que, diuturnamente, no interior ou nas metrópoles, nos extremos mais remotos desta grande Pátria, do Rio Grande do Sul ao Amazonas, ajudam a construção do Brasil.

"Vemos no trabalho mais do que um esforço físico ou mental que assegure a sobrevivência da família brasileira. Nele vemos a realização de um mandamento do Criador, que nos fez sócio de sua obra, entregando-nos a tarefa de aperfeiçoamento do mundo em que vivemos. Deu-nos, o Criador de todas as coisas, os instrumentos necessários à complementação de sua própria criação. Cabe-nos, assim, utilizar os imensos recursos naturais de que dispomos, mobilizar nossos inesgotáveis recursos humanos, para construirmos a grandeza deste País através de uma sociedade desenvolvida, justa e humana.

"Sentimos, em todos os contatos que mantivemos com os trabalhadores brasileiros, o desejo de colaborar para o desenvolvimento da Pátria comum, atitude que merece o apreço do Governo, atento ao sadio anseio de progresso que se expande por todos os recantos do País. Na saudação e no agradecimento ao trabalhador sergipano, saudamos e agradecemos o esforço construtivo de todos os trabalhadores brasileiros.

"Nossa Constituição é clara quando considera o trabalho como um dever social e, ainda, quando garante e protege o livre exercício de atividades profissionais em benefício da comunidade.

"Queremos uma Nação rica e poderosa, mas essa riqueza e esse poder só tem sentido quando seu objetivo é a felicidade e o bem-estar de todos os homens que nela vivem.

"Recebemos das gerações passadas um legado que haveremos de aumentar pelo nosso trabalho, transferindo às gerações futuras possibilidades maiores de realização e bem-estar.

"Vimos a Sergipe para dizer ao trabalhador da nossa confiança num futuro melhor.

"Muito já fez a Revolução de março pelo povo brasileiro. Muito ainda, entretanto, resta por fazer. Vivemos um processo dinâmico de desenvolvimento, com profundas transformações econômicas e sociais. O Governo estará sempre atento às aspirações legítimas dos trabalhadores, buscando, por todos os meios a seu alcance, o aumento da riqueza nacional e sua justa e gradativa distribuição. O desenvolvimento o harmônico é sinônimo da paz social.

"Uma palavra especial à mulher sergipana. Nos lares e nas fábricas, no campo e na cidade, ao lado do esposo e dos filhos, empreende um esforço inconstante no sentido de sua promoção. Deseja e tem o direito de participar da construção do mundo. A ela a nossa homenagem e a nossa admiração neste Dia do Trabalho.

"Nesta festa de 1º de maio queremos, finalmente, ao darmos as mãos ao trabalhador sergipano, dizer que desejamos estar na linha de frente dos trabalhadores brasileiros na construção de um futuro melhor para nossa grande Pátria.

"Com fé cristã esperamos que os operários e os empregados do País, unidos pelo trabalho fecundo de cada dia, neste ambiente de segurança e estabilidade política, prossigam nessa caminhada, sem esmorecimento, em busca da justiça social que há de ser sempre o alicerce sólido do desenvolvimento e da grandeza de nosso querido Brasil".

DISCURSO PROFERIDO PELO GOVERNADOR PAULO BARRETO DE MENEZES, NO ALMOÇO OFERECIDO NO IATE CLUBE DE ARACAJU, PELAS ENTIDADES PATRONAIS E DOS TRABALHADORES, NO DIA 1º DE MAIO, AO MINISTRO ARNALDO PRIETO.

"Com harmonia social, pleno entendimento e paz, comemoramos a data do Trabalho. Todos os que se irmanaram pelo mesmo esforço de construir se dão as mãos e, solidários, demonstram que, no Brasil de hoje, se corporifica uma nova consciência social, onde a responsabilidade de todos e de cada um se manifesta coerente com os objetivos mais amplos da nacionalidade e do bem comum.

Comemorado como um dia de exaltação ao Trabalho, Primeiro de Maio, no Brasil, é hoje, felizmente, uma data na qual não mais se encontram motivos para a propagação do ódio, para o estímulo à violência, para a pregação insana do acirramento das lutas de classe. Agora, o senso do dever, a busca constante de formas mais aperfeiçoadas de convivência social, de relações de produção que se assegurem a justa remuneração do capital, sem que a sofreguidão do lucro possa minimizar os objetivos do bem-estar comum, são características fundamentais do que se convencionar chamar Modelo Brasileiro do Desenvolvimento. Em um mundo que se transforma, no qual mais do que nunca a criatividade política e técnica é reclamada para uma constante reelaboração e atualização de conceitos, de sistemas e de procedimentos, os malsinados antagonistas que separavam as integrantes do processo de produção, devem ser definitivamente desfeitos, não através de fórmulas simplistas, que podem garantir uma ilusória estabilidade, mas por meio de uma ação consequente, como a que, iniciada depois de março de 1964, vem construindo um complexo equipamento social, apto a promover, dentro dos atuais níveis de desenvolvimento, uma gradativa e contínua redistribuição de riquezas. Quis o Excelentíssimo Senhor Presidente da República, General Ernesto Geisel que as festividades do Dia do Trabalho tivessem como centro o nosso Estado e, para aqui, veio o eminente ministro Arnaldo Prieto, cuja presença, bem como a dos ilustres membros da sua comitiva, é para nós sumamente honrosa. A escolha de Sergipe significa não só uma homenagem ao Estado que tenho a honra de governar, mas, sobretudo, uma deferência ao Nordeste. Nesse gesto, vemos não somente o sentido de uma simples escolha, mas a significação maior que expressa definições, que traduz mesmo a confirmação de que a valorização desta sofrida região brasileira se concretiza como o fulcro central das preocupações do governo que se inicia. Na verdade, o Nordeste mudou, as condições de hoje não mais podem ser comparadas às que subsistiam há dez anos passados. Os governos da Revolução, promovendo o desdobramento linear de uma política voltada para a integração nacional, trouxeram um novo alento a regiões como esta, onde a desesperança e o pessimismo nasciam gerados por uma estrutura social iníqua e desumana. Mas

ainda existe muito o que fazer. Ainda permanecem vestígios bastante evidentes de um sistema que busca disfarçada e desesperadamente resistir aos impactos da mudança às transformações políticas que vieram abrir novas perspectivas ao Brasil porque sonhamos. Um pequeno setor de privilegiados, bafejados pela sorte de manipular os instrumentos de domínio, que circunstâncias especiais lhes colocavam nas mãos, podia efetuar as manobras que, dentro de um sistema eleitoral inautêntico, lhes possibilitavam uma formal sagração do Poder, que era ostentado como se fosse prerrogativa exclusiva de grupos que confundiam o bem público com a vaidade, a prepotência nascida dos seus desígnios exclusivistas. A Revolução, mudando procedimentos impondo mesmo novas formas de ação política, tornou exequível a realização dos ideais de autênticos líderes políticos no Nordeste, nordestinos que sintonizados com a realidade e as características do seu tempo, empreenderam sempre uma luta desigual em prol da renovação e do desenvolvimento, tornados possíveis hoje somente através da eliminação de resistências, que algumas vezes procuram manifestar-se até mesmo à sombra das adesões precipitadas ou das repetidas confissões de fé revolucionária, ditas com a inconsequência das palavras que não definem procedimento.

Senhor Ministro Arnaldo Prieto:

Vossa Excelência, como político sensível, como uma das grandes expressões da vida parlamentar brasileira, como homem que se credenciou para o exercício do alto cargo de Ministro do Trabalho, formando uma liderança incontestável dentro dos embates quase sempre acirrados da política gaúcha, bem pode, fazendo as devidas adaptações a conjunturas distintas, imaginar as dificuldades que se antepõem a quem, no Nordeste, tenha assumido o compromisso de participar das mudanças exigidas pelo processo modernizador que a Revolução iniciou em nosso País.

Em Sergipe, assumimos este compromisso e, sem hostilizar, sem perseguir, mas, pelo contrário, tendo sempre o desejo de ampliar o diálogo, de ouvir a todas as correntes, de fazer com que todos também participem, temos conseguido resultados que reputamos sumamente válidos. A valorização do trabalho tem sido, em consequência da posição que assumimos, uma preponderante meta da nossa administração. Em um Estado pobre onde as oportunidades de emprego eram escassas, forçando a um contínuo êxodo rumo aos núcleos urbanos do Centro-Sul, mister se tornou que fosse traçada uma política capaz de, a curto e a médio prazos, proporcionar ocupação para todos. Fazendo uma seleção de opções e de prioridades, encontramos, nos planos habitacional, rodoviário, cooperativista e na industrialização, os grandes fatores de absorção da mão-de-obra. O mercado de trabalho foi consideravelmente ampliado, inclusive no campo, onde a implantação de um sistema de cooperativas agrícolas, abrangendo quase todas as regiões do Estado, proporcionou uma elevação dos padrões de vida a todos os cooperados, enquanto que as novas indústrias que se instalam no Estado abrem perspectivas para a utilização cada vez maior do contingente operário. Não conseguimos fazer milagres, contudo, no campo do possível, com o apoio constante que recebemos do eminente ex-Presidente da República, General Emílio Garrastazu Médici, e com o apoio que nos está sendo prestado pelo eminente Presidente Ernesto Geisel, além do que anteriormente já havia sido concretizado em Sergipe pelos Governos da Revolução, acreditamos estar dando a nossa parcela na continuidade de uma ação, cujo objetivo único é o desenvolvimento de Sergipe. Manifestando minha especial e profunda gratidão pela deferência da realização, em Sergipe, do Dia Primeiro de Maio, neste momento em que o Estado se encontra coeso, numa união expressiva Governo, Empresários e Trabalhadores, eu quero, transmitindo os agradecimentos do Povo Sergipano ao Excelentíssimo Senhor Ministro do Trabalho, Deputado Arnaldo Prieto, estendê-los também aos componentes da sua ilustre Comitativa, aos Senhores Parlamentares e a todos que nos honraram com a presença, ou que contribuíram para o êxito das

comemorações a que assistimos, ao tempo em que rogo ao ilustre Ministro leve ao Excelentíssimo Senhor Presidente Ernesto Geisel a manifestação do carinho e do apreço de todos os sergipanos que, reconhecendo suas elevadas qualidades de Estadista, confiam em seu governo, do qual resultarão, estamos certos, os maiores benefícios para nossa Pátria.

O SR. PRESIDENTE (Antônio Carlos) — Concedo a palavra ao nobre Senador Flávio Britto.

O SR. FLÁVIO BRITTO (Amazonas) (Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Srs. Senadores:

Volto a esta Tribuna, mais uma vez, para posicionar a classe empresarial rural brasileira diante da conjuntura nacional, que nos últimos dias vem sendo posta em evidência face às colocações da exposição de motivos conjunta, subscrita pelos ilustres Ministros Mário Henrique Simonsen, da Fazenda, e João Paulo dos Reis Velloso, então do Planejamento e Coordenação Geral.

Em nossa vida pública, Senhor Presidente, fomos distinguidos com o honroso mandato de senador, que nos conferiu o povo do Amazonas. Essa distinção, também, abrangeu o homem de empresa, que tira da terra o seu sustento e faz da terra o sustento da Nação. É pela confiança desses últimos que alcançamos a Presidência da Confederação Nacional da Agricultura, entidade superior de assessoramento do Governo federal, para assuntos ligados à problemática da agropecuária.

Mas, Sr. Presidente, Srs. Senadores, dizíamos que a exposição conjunta dos ministérios mais importantes do setor econômico-financeiro do Governo enfoca a agricultura e também, como um todo, os principais aspectos da economia nacional, identificando, ponto por ponto, as razões de um provável estrangulamento e as rotas indispensáveis para deles nos desviarmos.

Os doutos ministros se houveram tão bem que o Excelentíssimo Senhor Presidente da República baixou normas e instruções, fazendo do espírito da exposição conjunta um roteiro de intenções do Governo para comandar o processo econômico do País.

Nem mais cedo, nem mais tarde que o necessário. Veio na hora certa, no momento em que a curva de inflexão dos preços ganhava alturas imprevisíveis, sustentando-se o processo de alta, dentro de premissas que ninguém poderia sequer imaginar, sobretudo as decorrentes da subida de cotação dos preços internacionais dos combustíveis e lubrificantes.

Reagindo a um processo de contensão, oposto no final do exercício de 1973, dentro de intenções definidas do Governo do Presidente Médici, através do professor Antônio Delfim Netto, os preços aceleraram-se fora dos limites previstos e o resultado foi a necessidade da revisão, dentro de uma conjuntura perfeitamente identificada pelos órgãos oficiais, nas suas tendências altistas, num processo totalmente controlado.

A seletividade do crédito, o remanejamento da expansão dos meios de pagamento mediante um orçamento monetário mais rígido, por mais crítico; uma definição mais clara dos objetivos do conselho interministerial de preços, uma eficiência mais realista para as finalidades operacionais da SUNAB e o que nos conforta e nos garante mais tranquilidade. Uma visão abrangente do problema da produção, tanto no setor primário, quanto no de transformação e no de serviços, verificando-se, sem muito esforço, que há um domínio da técnica, sem a prevalência do tecnocrata, existe uma visada prática da vivência do universo econômico brasileiro, sem o pragmatismo excessivo e obsessivo.

Entendemos mesmo, Senhor Presidente, Senhores Senadores, que o País deveria aplaudir, de pé, a notável contribuição conceitual que as determinações do Excelentíssimo Senhor Presidente Ernesto Geisel trouxeram para os problemas normativos e técnicos da nossa vida econômica, além de uma inegável validade na interpretação dos fenômenos da atualidade, sob o ponto de vista prático.

E o homem do campo, o empresário rural, o setor onde labuto e dei-tei raízes há mais de 35 anos, tiveram da parte não só dos ilustres ministros a que me referi, mas igualmente do próprio Senhor Presidente Ernesto Geisel, um chamamento para contribuir, uma margem para trabalhar, um horizonte para se definir, que de há muito não tínhamos notícias, nem tomáramos conhecimento. Uma visão correta e adequada, uma divisão de responsabilidade sem frações, uma divisão para quem quer que seja. Quem pode fazer e como pode fazer. Quem pode determinar e quem fará as determinações. Quem será punido e quem punirá.

Definiu-se o Governo, dentro do seu campo de atendimento, tornando viva e muito bem demarcada a linha que a fronteira com o campo das necessidades a ser provido pelo cidadão prestante e pelas pessoas físicas, na multiplicidade dos setores dos bens perecíveis, dos bens de consumo duráveis, dos bens de serviço — o capital e o trabalho — numa visada larga, de traços fortes.

A minha presença, pois, nesta Tribuna, é para fazer o registro desse fato auspicioso no domínio conjuntural de nossa economia, onde a capacidade de contribuir do setor primário, pelos seus agentes de produção legítimos, os empresários rurais, foi avaliada em conjunto, recebendo o roteiro a ser seguido, o caminho a ser palmilhado para dar a contribuição que não pode faltar, proveniente do campo.

O Sr. José Lindoso (Amazonas) — V. Exª me permite um aparte?

O SR. FLÁVIO BRITTO (Amazonas) — Com muito prazer.

O Sr. José Lindoso (Amazonas) — V. Exª, com a autoridade não só de Senador da República, mas na sua experiência de Presidente da Confederação Nacional da Agricultura, o órgão Sindical superior que congrega os homens da produção, está a assinalar as perspectivas da ação do Governo Geisel no setor da produção agrícola, da produção rural, da produção do campo. Efetivamente, não podíamos esperar que a Revolução, que se desdobra nestes dez anos como que através de uma vara mágica, solucionasse todos os problemas, de um só momento. O crescimento do setor industrial foi válido e extraordinário nestes últimos anos, e se justifica pela concentração urbana e a necessidade de se realizar o pleno emprego na área urbana brasileira. A perspectiva traçada pelo Presidente Geisel, através dos Ministros que coordenam o setor da produção e que V. Exª, com tanta felicidade, coloca em euforia, é oportuníssima. Nos Estados Unidos, o setor agrícola é o que está tendo maior crescimento. No Brasil, com a racionalização, baseando-se na pesquisa, no planejamento e no crédito, vamos ingressar, com mais intensidade, no setor agrícola. Vamos acelerar, portanto, no Governo Geisel, o setor agrícola, numa compensação perfeita das necessidades do consumo interno e externo, num mundo faminto de alimentos. V. Exª, ao ressaltar esses aspectos, faz justiça e abre para a sua classe as perspectivas de trabalho, ao lado das perspectivas de responsabilidade, num engajamento total, onde não haverá apenas euforia, porque toda mudança e toda racionalização exigem do homem sacrifícios e novos comportamentos na condução dos negócios. Será uma afirmação positiva, como V. Exª está dizendo, num esforço de fazer o Brasil crescer harmonicamente e de dar ao campo aquilo que merece: justiça através do crédito, da pesquisa, da racionalização e do prestígio da classe rural, que sustentou este País e que merece, efetivamente, crescer com o Brasil moderno que estamos construindo.

O Sr. Fernando Corrêa (Mato Grosso) — Permite V. Exª um aparte?

O SR. FLÁVIO BRITTO (Amazonas) — Com muito prazer.

O Sr. Fernando Corrêa (Mato Grosso) — V. Exª fala com a autoridade de Presidente da Confederação Nacional da Agricultura. Quero falar como humilde pecuarista e laborista em Mato Grosso. Realmente, desde o Governo do Presidente Médici se vem cuidando da melhoria do homem do campo. Mas, agora, com o Governo Geisel, parece-me que esse objetivo está tendo especial ênfase,

porquanto no Governo passado quase nada pôde ser feito. O Governo Médici fez coisas extraordinárias lá no meu longínquo Mato Grosso, dotando-o de estradas asfaltadas, melhorando o financiamento através do Banco do Brasil. Mas ainda há muito a realizar. Quero, justificando o que digo, afirmar que este ano foi mau para a pecuária e a lavoura, mercê das chuvas enormes que caíram no meu Estado. Nunca a Bacia do Rio Paraguai — a espinha dorsal do pantanal mato-grossense —, que tem cerca de 12 milhões de cabeças de gado, encheu tanto. Calculamos que perderemos, em todo o Estado, cerca de 1 milhão de cabeças de gado, entre vacas, bois e bezerros, que não podem pastar e estão morrendo afogados. É preciso que o Governo atente bem para este fato, levando a ajuda necessária, a fim de não tirar o estímulo daqueles homens que trabalham sem conforto naquelas longínquas paragens. Louvo o esforço, a inteligência e a capacidade de trabalho do meu colega Flávio Britto, que aqui sempre se tem ocupado deste assunto, que tanto interessa à classe tão bem representada por S. Exª na Confederação Nacional da Agricultura.

O SR. FLÁVIO BRITTO (Amazonas) — Quero agradecer ao ilustre colega, o meu prezado amigo e companheiro de bancada, Senador José Lindoso, que ainda há poucos minutos defendia, perante a Liderança da honrada Oposição, o desenvolvimento em todos os setores, principalmente no de alimentação e assistência social, ao qual o Governo Médici imprimiu e o atual Governo Geisel continua imprimindo confiança em todos os homens que produzem na agropecuária brasileira. Igualmente agradeço ao meu ilustre colega — companheiro de profissão também, criador como eu — Senador Fernando Corrêa, dizendo que, quando me refiro a essas medidas do Ministro Mário Henrique Simonsen e do Ministro João Paulo dos Reis Velloso, é para resaltar-lhes a coragem com que, nesses meses difíceis, dos fenômenos das enchentes naqueles Estados, enfrentando a própria popularidade, concederam, comandados pelo Presidente Geisel, aumento, o valor real do preço, aos homens que produzem, coragem essa, muitas vezes, não compreendida pela honrada Oposição. Não fosse a coragem do Senhor Presidente da República em dar a verdade ao preço da carne, em dar a verdade ao preço do leite e a todos os outros produtos que são alimentos básicos para os brasileiros, a situação seria muito pior.

Continuando, Sr. Presidente, Srs. Senadores são imensas as responsabilidades do Setor Primário para produzir o necessário para a subsistência alimentar de mais de cem milhões de pessoas. Esse é o grande trabalho que a nós homens que respondemos pelos frutos da terra, incumbe realizar sem tergiversações ou falsas posições, desde que à mesa de cada um pode faltar o supérfluo, porém nunca o essencial. Esse essencial que renova energia, repõe em estado de normalidade o organismo humano, pesa sobre nossas responsabilidades e delas temos nos desincumbidos a contento, marchando, entusiasmados com as perspectivas que nos acena o Governo do esperar um crescimento de mais de 6% no PIB para garantir os compromissos de nosso mercado interno e das nossas pautas de exportação.

Por isso acreditamos e deferimos um crédito sem limites de confiança ao Governo do General Ernesto Geisel e aos seus Ministros, configurada que foi a sua abordagem em relação à agricultura.

O Sr. Antônio Fernandes (Bahia) — Permite V. Exª um aparte?

O SR. FLÁVIO BRITTO (Amazonas) — Com todo prazer.

O Sr. Antônio Fernandes (Bahia) — O nobre colega, com a autoridade máxima que tem relativamente à economia dos campos, define as diretrizes básicas para que em nossa agropecuária as áreas dos campos onde existe grande aglomerado bovino tenham prioridade absoluta de transporte, de assistência técnica e saneamento básico. Para os campos pecuários, é oportuno lembrar que o Ministério da Agricultura dedicará especial atenção, fortalecendo os projetos de desenvolvimento e estimulando o seu progresso, conforme se verifica através dos pronunciamentos e medidas tomadas pelo Ministro Pau-

linelli. E aproveite a oportunidade para congratular-me com o pronunciamento de V. Ex^a em favor da nossa economia agropecuária, dando-lhe inteira solidariedade e apoio.

O SR. FLÁVIO BRITTO (Amazonas) — Agradeço ao colega Antônio Fernandes e quero reafirmar a preocupação desse jovem técnico titular do Ministério da Agricultura. Nos três últimos dias, ou seja, neste fim de semana, percorreu com entusiasmo a grande Feira de Uberaba, de Barretos e ainda foi assistir, no Município de São Paulo, à Festa da Soja.

A sua presença, a sua palavra de fiador do grande Presidente Geisel fez com que confiássemos e continuássemos a produzir, cada vez mais, para o bem deste País.

O Sr. Antônio Fernandes (Bahia) — São notícias alvissareiras que V. Ex^a transmite a todos nós.

O SR. FLÁVIO BRITTO (Amazonas) — Quero também dizer ao companheiro que esse jovem Ministro da Fazenda com que, hoje, tive, praticamente, uma hora de audiência, me garantiu estar tomando providências para que aos setores da Pecuária e da Agricultura não falem os necessários financiamentos para o primeiro e segundo estágios.

Vou concluir, Sr. Presidente:

Esse, o registro que julgamos de nosso dever inscrever nos Anais do Senado e que tem a solidariedade da classe rural e o aplauso geral do País, que muito espera de nós, homens do campo e de nós depende para sustentar-se.

Esse aplauso oferecemos sem nenhuma subalternidade às autoridades que tão bem interpretam neste instante um momento de graves responsabilidades, mas, igualmente, uma tomada de posição que há de nos levar a destinos certos, pelos melhores caminhos, ao engrandecimento deste País. (Muito bem! Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Antônio Carlos) — Não há mais oradores inscritos.

Se nenhum outro Sr. Senador quiser fazer uso da palavra, vou encerrar a sessão. (Pausa.)

Lembro aos Srs. Senadores que o Congresso Nacional está convocado para uma sessão a realizar-se hoje, às 19 horas, para apreciação do Projeto de Decreto Legislativo nº 33/74.

Nada mais havendo que tratar, designo para a sessão ordinária de amanhã, a seguinte

ORDEM DO DIA

1

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 7, de 1974 (nº 1.095-B/72, na Casa de origem), que altera a redação do item III do artigo 6º da Lei nº 5.081, de 24 de agosto de 1966, que "Regula o exercício da Odontologia", tendo

PARECER FAVORÁVEL, sob nº 68, de 1974, da Comissão de Saúde.

2

Discussão, em turno único, do Parecer nº 119, de 1974, da Comissão de Assuntos Regionais, sobre o Aviso nº 004/74, do Ministro do Interior, que encaminha, ao Senado Federal, os Relatórios Preliminares de Desenvolvimento Integrado, relativos aos Municípios de Angico, São Bento do Norte e São José do Campestre, no Rio Grande do Norte, e Cuité, na Paraíba, e o Plano de Ação Imediata de Barbacena, elaborados pelo Serviço Federal de Habitação e Urbanismo (SERFHAU).

O SR. PRESIDENTE (Antônio Carlos) — Está encerrada a sessão.

(Levanta-se a sessão às 17 horas.)

CONFERÊNCIA PROFERIDA PELO ENTÃO MINISTRO DA MARINHA, ALMIRANTE-DE-ESQUADRA (RRm) ADALBERTO DE BARROS NUNES, NA ESCOLA DE GUERRA NAVAL, EM 26 DE OUTUBRO DE 1973, SOB O TÍTULO "A MARINHA NO GOVERNO MÉDICI", PUBLICADO NO JORNAL "O POTA", DE 14-4-74, QUE SE PUBLICA NOS TERMOS DO REQUERIMENTO Nº 53, DE 1974, DE AUTORIA DO SR. SENADOR LUIS DE BARROS, APROVADO NA SESSÃO DE 6-5-74:

"A convite da direção desta Escola, aqui compareço pela segunda vez no corrente ano, agora, para participar do ciclo de conferências proferidas pelos Ministros de Estado.

O tema que selecionel para esta palestra traz-me a lembrança algumas palavras que dirigí ao Excelentíssimo Senhor Presidente por ocasião da aula inaugural de 1970, no início do atual período governamental.

"Vossa Excelência pode estar certo, Senhor Presidente, de que a Marinha não poupará esforços para, dentro do programa integrado de Governo, desenvolver o Poder Naval que a nação está a merecer.

Temos sido encorajados nesse propósito pela atenção que Vossa Excelência tem procurado dispensar aos assuntos ligados ao mar".

Hoje, decorridos quatro anos de Governo, podemos constatar, se fizermos uma análise criteriosa, que durante todo este período esteve a política governamental realmente voltada para o mar, procurando incrementar e desenvolver quase todas as componentes do Poder Marítimo.

Grandes investimentos foram feitos na frota mercante que atualmente, já com razoável tonelagem, participa de cerca de 45 por cento dos fretes demandados.

A Indústria de Construção Naval, graças aos incentivos proporcionados, se aprimorou e nossos estaleiros já produzem modernas e sofisticadas unidades cujo preço e qualidade permitem concorrer no mercado mundial.

A infra-estrutura portuária e a integração dos sistemas de transportes marítimo, fluvial, ferroviário e aéreo foram otimizadas, com a construção de inúmeros terminais especializados para a carga em granel e com a adaptação dos principais portos brasileiros, para a operação de mercadorias em cofres de carga, o que em breve possibilitará o surgimento do transporte porta a porta. Dentro deste contexto, cito o projeto conhecido como "Corredores de Exportação" que propiciará a harmonização dos meios viários brasileiros.

A pesca, antes realizada em caráter quase artesanal, com baixa produtividade e inexpressiva participação na economia nacional, recebeu inúmeras facilidades e isenções sobre a forma de incentivos fiscais. Isto está possibilitando o surgimento de frotas pesqueiras, organizada em termos industriais, que começam a explorar racionalmente esta imensurável fonte de riqueza.

O mar territorial teve sua extensão ampliada para 200 milhas, num ato corajoso e patriótico do Governo, que já começa a ser internacionalmente aceito, através dos tratados de pesca celebrados com os Estados Unidos, Trinidad-Tobago, Suriname e Barbados, prosseguindo as negociações com outros países, interessados na pesca ao largo do nosso litoral.

A ampliação do mar territorial reservou-nos, também, os recursos minerais da plataforma continental, e, recentemente, foi noticiada a descoberta de manancial, que se crê

considerável, de petróleo de base parafínica a cerca de 60 milhas do litoral de Campos.

O incremento dado a estas componentes do Poder Marítimo fez crescer nossas tarefas, no sentido de desenvolver um Poder Naval adequado ao cumprimento das inúmeras responsabilidades decorrentes.

Procurarei, observada a limitação de tempo, dar-lhes uma visão, tão completa quanto possível, do que durante este Governo foi executado na pasta da Marinha, para acompanhar e mesmo se antecipar ao desenvolvimento do País.

REEQUIPAMENTO DA MARINHA — NOVOS MEIOS FLUTUANTES

Ao proferir a aula inaugural do corrente ano, fiz referência ao Plano de Renovação e Ampliação dos Meios Flutuantes, mostrando-lhes o desenvolvimento da Marinha ao longo do tempo.

Hoje, focalizarei especificamente o que já foi concretizado deste planejamento no período de 1969 até os dias atuais e projetarei o que será realidade em futuro próximo.

Início, pois, com o Programa de Construção Naval, que como já afirmei aos senhores, precisa ter continuidade ao longo do tempo.

Nascido do Programa Decenal — renovação de meios flutuantes — datado de 1967, logo incorporado ao Plano Diretor, o programa de construção proporcionou a contratação de quatro varredores, seis fragatas, dois submarinos e dois patrulhas fluviais.

Em 1971, para confirmação do caráter contínuo e permanente do programa, determinei a construção do terceiro submarino, de mais dois navios varredores, do faroleiro e de três patrulhas fluviais de 45 metros.

Ainda dentro do mesmo espírito, com perspectivas amplas e dentro das limitações orçamentárias do Ministério da Marinha, determinei, em junho deste ano que fossem tomadas medidas para, oportunamente, se efetivar a construção dos navios e embarcações constantes do quadro seguinte, bem como para que fossem procedidos os estudos de viabilidade de obtenção de um submarino nuclear.

I — PROGRAMA — CONTRATAÇÃO DE NAVIOS (1973-1974)

| TIPO DE NAVIO | QUANTIDADE | CONSTRUÇÃO | OBSERVAÇÕES |
|-----------------------------|--|------------------------------------|---|
| Fragata AA tipo Niterói | 2/3 | Inglaterra-Brasil | Já editadas as negociações para obtenção dos recursos financeiros |
| Navio-tanque de esquadra | 1 | No Brasil, AMRJ ou est. particular | Em estudo no Estado-Maior da Armada |
| Submarino de 6.000 H.P. | 3 | No Brasil, AMRJ ou est. particular | Em estudo no Estado-Maior da Armada |
| NaPaFlu (45 metros) | 4 | No Brasil, AMRJ ou est. particular | Construção após os testes e que serão submetidos as unidades desta classe em fase de projeto |
| Embarcação de pequeno porte | LCU 4 a 6 LCM 10 LCVP 4 a 6 Avio de Porto 4 | No Brasil, AMRJ ou est. particular | Iniciada construção em setembro Aguardando planos de construção que já foram adquiridos Concorrência em outubro de 1973 |

II — DEMARCHES PARA CONTRATAÇÃO APÓS 1974

| TIPO DE NAVIO | QUANTIDADE | OBSERVAÇÕES |
|-------------------|------------|-------------|
| Porta-Helicóptero | 1 | Em estudo |
| Submarino Nuclear | 1 | |

* AMRJ: Arsenal de Marinha do Rio de Janeiro.

O projeto do submarino nuclear foi lançado como intenção para que se consolidem idéias, sejam levantados dados técnicos e sejam obtidas posições políticas que o tornem exequível. Até lá, deverão ser buscados recursos financeiros capazes de suportá-lo.

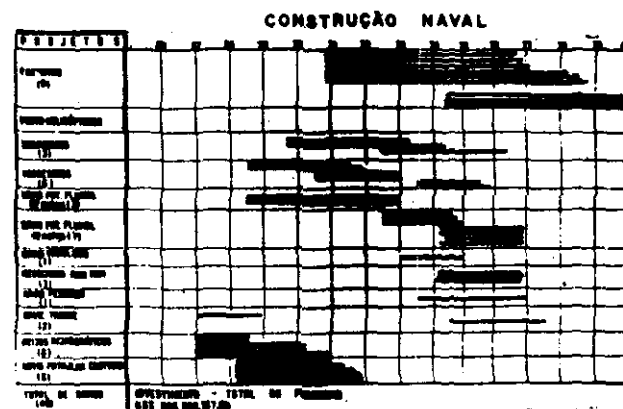
No que concerne ao porta-helicópteros, de que também já falei na palestra anterior, as gestões junto à Marinha Americana no sentido de possibilitar a sua compra estão indicando não ser possível tal aquisição a curto prazo, por não existirem navios deste tipo disponíveis.

Não sendo possível tal aquisição, foram abertos entendimentos com aquela Marinha, visando ao levantamento de custos para a construção de uma unidade nova, no Brasil ou no estrangeiro, para o que determinei a realização de estudos e trabalhos para a definição de características básicas.

O quadro acima dá uma visão conjunta do Programa de Construção Naval.

Podemos através deste quadro, constatar que, graças a este programa, quarenta e seis novas unidades serão incorporadas.

Desejo ressaltar alguns comentários inseridos na Intro-



dução da última edição do "Jane's Fighting Ship", (73/74), todos eles coincidentes com a política de construção e renovação de meios, adotada pela Marinha Brasileira.

É ali citado que as fragatas e os modernos submarinos constituem a espinha dorsal das Marinhas modernas.

Referindo-se especificamente às fragatas classe "Niterói", da Marinha Brasileira, é dito que "estas fragatas representam a mais moderna e possivelmente a mais poderosa classe de navios nas águas da América do Sul. São navios excepcionalmente econômicos em pessoal, com cerca de 50 por cento de redução nos gastos de manutenção, em relação aos navios de guerra de mesmo tamanho e complexidade. Este dado assume maior importância, quando vemos que as despesas com pessoal representam a metade do preço de construção de um navio, mais os custos correntes ao longo de sua vida".

Liz ainda que todas as Marinhas, quer pequenas quer grandes, somam as fragatas aos submarinos na composição de uma Marinha equilibrada, acrescentando que os modernos submarinos, devem ser necessariamente movidos a propulsão nuclear.

É taxativo na sua declaração acerca da obsolescência dos cruzadores, considerando-os como um tipo de navio totalmente ultrapassado.

O programa de construção demanda tempo relativamente grande, para a incorporação de novas unidades e nesse período é necessário substituir os navios velhos e obsoletos por outros mais atualizados, embora não novos, mas que estejam em condições materiais capazes de recomendar a

modernização de seus sistemas de armas, a curto prazo, inclusive com a instalação de mísseis. Esta alternativa apresenta ainda a vantagem decorrente da padronização de meios, que simplifica e barateia o apoio logístico e o adestramento das tripulações.

Desejo ressaltar alguns aspectos, procurando mostrá-los o que já foi concretizado e atualizá-los no que diz respeito à política que estamos adotando no recebimento de unidades da Marinha Americana.

Inicialmente, a maioria dos reparos necessários estava sendo realizada em estaleiros americanos, onerando consideravelmente as operações de recebimento, em virtude do alto percentual relativo à mão de obra, já extremamente cara. A adoção deste procedimento deixava a desejar no aspecto de transferência de conhecimentos, uma vez que sendo as obras realizadas nos Estados Unidos, faltava ao nosso pessoal o incentivo ao aprendizado de técnicas destinadas a resolver os problemas, quando apresentados no Brasil.

Tal procedimento foi alterado e, atualmente, estamos realizando na América somente os reparos imprescindíveis à viagem de regresso com segurança, deixando os restantes para serem feitos no País, após a chegada do navio.

Para execução deste processo, sentiu-se a necessidade de enviar uma pequena equipe do AMRJ, para juntamente com técnicos americanos, realizar o delineamento, o levantamento dos sobressalentes ou equipamentos necessários aos futuros reparos, bem como para permitir o planejamento de sua execução após a chegada. Estes equipamentos e sobressalentes são transportados, sempre que possível, pelo próprio navio ao qual se destinam.

Para a execução dos reparos no Brasil, reservamos para contra-torpedeiro uma verba de seis milhões de cruzéis, verba esta mais do que suficiente, especialmente se atentarmos para o fato de que atualmente estamos investindo no PNR (Período Normal de Reparos) de cada C.T. (contra-torpedeiro), realizado no AMRJ, cerca de oitocentos mil cruzéis.

Este volume de recursos permitirá, ao AMRJ, contratar serviços em estaleiros e firmas particulares, estimulando-as a se adequarem às necessidades militares.

Complementarmente, estamos programando a vinda de equipes americanas de especialistas, que permitirão a transferência de conhecimentos e técnica ao nosso pessoal, melhorando a qualidade dos reparos aqui executados.

O quadro que se segue mostra as aquisições de unidades americanas feitas no período de 1969 a 1973 e a previsão do que será incorporado em 1974. Foram adquiridos 6 submarinos, o que possibilitou a baixa das antigas unidades, já obsoletas. Com a incorporação dos três classe "Oberon" e com a compra de mais um americano no próximo ano, ficaremos com um total de dez. Foi também adquirido em virtude do número de navios desta classe, um navio de socorro especializado, o "Gastão Moutinho".

No que concerne a contra-torpedeiros, já foram incorporadas seis unidades, estando prevista a aquisição de mais dois no corrente ano e quatro ou mais no próximo ano.

Os CTs que agora serão adquiridos pertencerão à classe "Gearing", dotados do sistema ASROC, o que possibilita sua adaptação para lançamento combinado de mísseis superfície-superfície e superfície-ar. Até início de 1974, estaremos atingindo a meta de dezotto contra-torpedeiros.

Para operações de desembarque anfibio foram incorporados os navios de desembarque "Garça d'Ávila" e "Duque de Caxias".

Os investimentos feitos para adquirir as 21 unidades constantes deste quadro não atingem a 1/30 do total despendido no Programa de Construção Naval.

Esta renovação e ampliação dos meios flutuantes trará à Marinha, um desenvolvimento compatível com as exigências da conjuntura marítima brasileira e dentro das disponibilidades financeiras da Nação.

| UNIDADES ADQUIRIDAS NA MARINHA AMERICANA | | | | |
|--|------------|--------------------|-----------------------|-------------------|
| ANO | Submarinos | Contra-torpedeiros | Navios de desembarque | Navios de socorro |
| 1971 | | | Caraíba | |
| 1972 | | | | |
| 1973 | | | | |
| início de 1974 (previsto) | | | | |

A NECESSIDADE DE MEIOS AÉREOS

Uma Força Naval bem equilibrada precisa dispor de meios aéreos adequados.

No moderno conceito de guerra naval, tornou-se o helicóptero uma arma versátil e eficaz não só para a ação anti-submarino como também para a ação de superfície, envolvendo vertical nas operações anfíbias, reconhecimento e emprego geral.

Para atender a este propósito, tem a Marinha procurado dotar seus Esquadrões de Helicópteros de meios para operar a bordo das diferentes classes de navios existentes e em construção. Assim, foram adquiridos helicópteros anti-submarino SH-34, considerados como os mais atualizados para este tipo de guerra e no biênio 74/75 deverão ser adquiridos mais três aeronaves deste tipo. Está em estudo o problema dos WG13 para as fragatas, e no próximo ano deverá ser adquirido o "Link Trainer", para instrução de voo a ser instalado no CIAAN (Centro de Instrução "Almirante Adalberto Nunes").

O aumento dos meios aéreos exigirá a formação de maiores contingentes de especialistas em aviação, para o que está sendo negociada a compra de dezotto helicópteros médios "Bell Jet Ranger" para instrução básica, como parte do programa de 36 unidades. Paralelamente, sentiu-se necessidade de ampliar e reaparelhar a Base Aeronaval de São Pedro da Aldeia, para adequá-la às necessidades de apoio dessas novas unidades.

A fim de melhor preparar e adestrar o pessoal dos meios da Marinha, o Comando da Força Aeronaval foi transferido para São Pedro da Aldeia em 1971. Neste mesmo ano foram ampliadas as instalações desta Base com a construção de um novo hangar, para abrigar o Primeiro Esquadrão de Helicóptero de Emprego Geral; aumentou-se a área de estacionamento de aeronaves; construíram-se novos prédios para o Centro de Adestramento Aeronaval com ampliação do número de salas de aula e de laboratórios; aumentou-se a capacidade de estocar combustível de aviação com a construção de um novo depósito pela PETROBRAS; construiu-se um número de residências e de alojamentos necessários a alojar todo o pessoal ali utilizado, e foram asfaltadas todas as vias de acesso e ruas interiores da área da Base.

MEIOS ANFÍBIOS — O CORPO DE FUZILEIROS NAVAIS

O Corpo de Fuzileiros Navais teve aprovado o seu novo regulamento, em janeiro de 1972, e foi reorganizado de forma a atualizar sua estrutura orgânica, de acordo com os meios materiais e humanos disponíveis na Marinha. Obteve-se com isso a manutenção de adequada parcela do Corpo em condições de pronto emprego, para o cumprimento de sua missão principal.

Foram ativados o Batalhão de Operações Especiais e a Companhia de Viaturas Anfíbias para a qual adquirimos caminhões anfíbios "Dukw", na Alemanha e as viaturas anfíbias "Urutu" de fabricação nacional, prosseguindo o programa para aquisição futura de novas viaturas deste tipo.

Visando ao reaparelhamento desta Força, já foi atori-
zada, em 1972, a compra de material de engenharia, comuni-
cações e armamento, de procedência americana.

Estão também sendo processados estudos para aquisi-
ção de CLANFs e o LARKs, o que virá a possibilitar que o
CFN venha a dispor de um GDB equipado. Este material, os
Navics de Desembarque "Duque de Caxias" e "Garcia d'Avi-
la" e as embarcações de desembarque LCU, LCM e LCVP,
que estão sendo construídas, permitirão um adestramento
mais efetivo e o aprimoramento da técnica de desembarque
anfíbio do Corpo de Fuzileiros Navais.

Tem sido buscada solução para o problema de aquarte-
lamento de várias de suas unidades: foi construído o Quar-
tel do Grupamento de Fuzileiros Navais de Brasília; instalado
o Batalhão de Operações Especiais em Guandu do Sapé;
a Tropa de Reforço, na Ilha das Flores; o Batalhão Palissan-
du, na Ilha do Governador; o Centro de Recrutamento, na Ilha da
Marambaia e transferido o Grupamento de Fuzileiros Navais
de Natal para as antigas instalações do Centro de Instrução
Almirante Tamandaré.

No corrente ano, recebemos gleba de terra no Município
de São Vicente, no Estado de São Paulo, destinado à insta-
lação do Quartel do Grupamento de Fuzileiros Navais de
Santos.

BASES NAVAIS

O reequipamento da Marinha, com a incorporação de
novos meios, nos leva à necessidade de atender a outro
ponto, de primordial importância, qual seja o de possuímos
uma estrutura adequada de apoio, com uma distribuição de
bases que proporcione o indispensável suporte logístico,
ao longo de nossas costas.

Através da seletividade de projetos, tornada possível pelo
Plano Diretor, tiveram as bases sensível desenvolvimento,
com mudança inclusive da filosofia de ases integras e de
múltiplos propósitos, para a ideia do apoio seletivo, tor-
nada necessária pela distribuição de Forças pelo nosso
litoral. Inicialmente, lhes mostrarei, dentro desta concepção,
as unidades já atualmente apoiadas por nossas bases bem
como as que, em futuro próximo, deverão ser para elas
deslocadas.

Através do quadro que se segue, vemos que já cresceu,
e no futuro aumentará substancialmente, o número de uni-
dades a serem apoiadas pelas bases de Aratu, Valde Cães
e Castro e Silva. A ativação do Comando Naval de Manaus
visa interiorizar o apoio e coordenar as atividades fluviais
na Amazônia Ocidental. Dentro em breve serão para lá des-
locados os cinco NaPaFlu em fase final de construção. No
que concerne às demais bases, podemos constatar que o
planejamento não prevê acréscimo no número de unidades
por elas apoiadas, exceto quanto à Base Alta. Moraes Rego
que prevê o segundo escalão aos navios da Hidrografia, au-
mento este que será suportado pelas instalações atuais.

O AMRJ deverá no futuro apoiar basicamente as fraga-
tas, submarinos, navio-aeródromo e porta-helicópteros.

Já diminuiu e deverá decrescer no futuro o número de
unidades apoiadas, o que está possibilitando o descongestio-
namento do reparo e a liberação de meios para a construção
naval. Para a desejada descentralização das Forças Navais,
torna-se necessário um planejamento cuidadoso e investi-
mentos de grandes verbas, para prover as bases de infra-
estrutura adequada, para que possam se desincumbir a
contendo de suas tarefas. Torna-se necessário que este
planejamento seja escalonado no tempo para que, à medida
que novas unidades sejam incorporadas, a estrutura de
apoio esteja disponível.

Fleto a estas ideias, temos canalizado recursos para
Aratu, nossa principal base, de modo que, no final desta
década, venha a contar com cerca de 2.000 metros de cais,
possa abrigar uma população militar de cerca de 10.000
homens e venha a apoiar integralmente contra-torpedeiros,
navios-varredores, rebocadores de alto mar e parcialmente
a todos os navios que aportarem a Salvador.

| BASE | UNIDADES APOIADAS (x) | | |
|-------------|--|---|--|
| | ATÉ 1968 | ATUAL | FUTURO |
| ARATU | | 8 CV 200 2 CV 300 1 DE 2000 1 UT 30 | 10 CV 10 CV 100 1 DE 200 2 DE 100 |
| VAL DE CÃES | 4 CV 100 | 4 CV 100 2 DE 200 2 DE 100 | 4 CV 200 3 DE 100 3 DE 100 5 DE 100 |
| CASTRO | 2 CV | 2 CV 2 DE 200 | 2 CV 3 DE 100 |
| AMRJ | 1 DE 200 5 P 40 1 DE 400 1 UT 30 2 CV 500 5 DE 40 1 DE 200 1 DE | 1 DE 100 5 P 20 3 DE 20 1 DE 100 1 DE 100 1 DE 100 1 DE 100 1 DE 100 | 1 DE 100 1 DE 100 1 DE 100 1 DE 100 1 DE 100 1 DE 100 1 DE 100 1 DE 100 |
| MANAUS | | EN CONSTRUÇÃO | 5 DE 100 |
| MORAES REGO | 1 DE 200 4 DE 100 2 DE | 1 DE 200 4 DE 100 72 DE | 1 DE 200 3 DE 100 2 DE 100 2 DE 100 |
| ALTA | 1 UT 1 DE 100 1 DE 100 | 1 UT 1 DE 100 2 DE 100 1 DE 100 | 1 UT 1 DE 100 4 DE 100 1 DE 100 |
| AMRJ | 2 CV | 2 CV 2 DE 200 | 2 CV 2 DE 200 |

Para atingir a esta meta, nos últimos quatro anos temos
investido nesta Base o que está possibilitando que, gradual-
mente, aumente a quantidade de cais disponível, novas ofi-
cinas sejam prontificadas, seja urbanizada a área da base,
dotando-a de recursos de energia, comunicações, prédios
de administração e facilidades. O Plano Habitacional tem
permitido a construção de grande número de residências
que está atendendo suficientemente às necessidades atuais.

A Base Almirante Castro e Silva vem sendo reaparelhada
de modo a poder com eficiência, manter operativos os sub-
marinos. Neste sentido, estamos ampliando o cais lá exis-
tente, construíram-se prédios para apoio aos submarinos,
tanto de salvamento para adestramento do pessoal embarca-
do, subestação de energia, e instalaram-se retificadores e
compressores.

Nas demais bases, corretamente dimensionadas para a
execução do apoio que se pretende, temos investido na
recuperação de instalações e equipamentos, de modo a
mantê-las nas melhores condições operativas possíveis.
Como exemplo, cito a recuperação do cais da Base Naval
de Natal, ora em fins de conclusão.

SEGURANÇA À NAVEGAÇÃO

Para garantir a segurança da navegação em nossas cos-
tas, sem a qual os fretes seriam onerados por pesadas taxas
de seguro de carga, é necessário dispor de perfeitas e
atualizadas cartas do litoral e dos portos brasileiros, de
um sistema de sinalização e de auxílios à navegação de
inteira confiabilidade, de informações meteorológicas e de
um serviço de socorro e salvamento pronto a ser acionado
e eficaz em suas ações.

A Diretoria de Hidrografia e Navegação, nos últimos quatro anos, vem executando um programa de levantamentos hidrográficos, tendo publicado novas cartas da costa norte do Cabo Orange à Baía de São Marcos, e da calha principal do Rio Amazonas.

No momento, atualiza a cartografia das entradas marítimas da Amazônia e dos principais portos brasileiros, em apoio ao programa de corredores de exportação. Este programa, que introduzirá radicais transformações na hidrografia dos portos, exige também a reformulação do sistema de sinalização náutica e do balizamento dos canais de acesso.

Até o final deste ano deverão estar publicadas duas cartas do Rio Paraguai, cujo levantamento está sendo realizado no trecho de Corumbá a Assunção.

Foi ainda executado o balizamento necessário à ampliação do terminal de minério de Tubarão e ao estabelecimento do terminal de Guilba, a ser inaugurado no fim deste ano.

No setor de meteorologia, iniciou-se este ano a operação de transmissão "fac-símile" de informações meteorológicas aos navios no mar.

Em convênio com o Instituto de Pesquisas Espaciais, foi também iniciada a operação de um sistema de recepção de fotografias de satélites meteorológicos, com uma estação da DHN e outra a bordo do Navio Oceanográfico "Almirante Saldanha".

A DHN formulou e coordenou um programa internacional de Geologia e Geofísica Marítima com a participação de Universidades, da PETROBRÁS, do Departamento Nacional de Produção Mineral e outros órgãos interessados no levantamento da margem continental brasileira. Na execução deste programa já foram realizadas cinco operações, conhecidas como "Geomar", pelo Navio Oceanográfico da "Almirante Saldanha".

A partir de 1969, vem sendo também elaboradas cartas de sonar e de pesca das áreas de maior interesse.

A PESQUISA NA MARINHA — CONTRIBUIÇÃO DIRETA AO DESENVOLVIMENTO

Tem também a Marinha procurado desenvolver projetos adequados às nossas necessidades específicas e às condições ambientais, concorrendo assim para a complementação da pesquisa fundamental.

Procuramos incentivar, através de contratos firmados com empresas nacionais e estrangeiras, o desenvolvimento industrial, no País, de tecnologia de circuitos digitais, para uso em computadores eletrônicos, tendo em vista a grande importância para a Marinha, do processamento de dados.

Após demorados entendimentos com o Ministério do Planejamento, decidiu-se implantar uma indústria para a fabricação de computadores nacionais através de empresas em que entram: Uma componente estrangeira com comprovada capacidade tecnológica, uma componente nacional privada com uma perspectiva de engajamento e uma componente Governo. Procura-se assim garantir a máxima transferência e fixação de tecnologia.

Temos adotado a política de motivar a indústria particular para a fabricação de equipamentos e instrumentos de interesse naval, evitando as importações e garantindo melhor apoio. É o caso do radar de navegação e busca de superfície em fase de montagem na INBELSA, dos radiogoniômetros e ecobatímetros de navegação, e dos transmissores e receptores de UHF.

A própria Marinha está desenvolvendo um receptor simplificado para navegação por satélite que permitirá a produção de equipamentos a preços bem acessíveis. Desejo fazer referência a outro projeto, de grande importância para o País, que é o de Cabo Frio que visa a criar uma sólida infra-estrutura material para um novo complexo pesqueiro, bem como realizar uma experiência inédita em nosso País, qual seja a fertilização do mar.

FORMAÇÃO E PREPARO DE PESSOAL

A ampliação e renovação dos meios flutuantes gerou, como não podia deixar de acontecer, demanda de pessoal familiarizado com as modernas e cada vez mais complexas técnicas inerentes ao material que começamos a operar.

Estão sendo sentidas as decorrências da persistente falta de oficiais nos primeiros postos da carreira. A solução deste problema a curto prazo, unicamente com pessoal oriundo da Escola Naval, é bastante difícil.

As providências para ampliação da Escola Naval nos permitirão formar oficiais de acordo com o quadro projetado.

| OFICIAIS EM JAN/74 | OFICIAIS EM JAN/75 | OFICIAIS EM JAN/76 | OFICIAIS EM JAN/77 | ADMISSÃO EM 74 OPS. EM JAN/76 |
|-----------------------|-----------------------|-----------------------|-----------------------|----------------------------------|
| 140 | 167 | 140 | 160 | 280 |

No ano de 1974 deverão ser admitidos na Escola Naval cerca de 280 aspirantes o que se tornou possível pelas recentes obras de ampliação das instalações dessa Escola.

A solução do problema através deste processo será lenta, tornando-se necessário utilizar outros recursos de admissão capazes de, a curto prazo, atenuar a falta.

Procuramos revitalizar os Quadros Complementares admitindo candidatos diplomados em nível superior por institutos, faculdades ou escolas oficialmente reconhecidas pelo Governo Federal, em profissões consideradas de interesse para o Serviço Naval. Esta solução foi adotada após o entendimento de uma campanha de divulgação no meio universitário, ocasião em que foram feitas palestras e entrevistas com mais de mil e quinhentos universitários, sentindo-se que a receptividade do programa entre os jovens foi a melhor possível e, realmente, os resultados que temos colhido nos demonstraram o acerto da medida.

A partir de 1971 foram admitidos 345 oficiais do Quadro Complementar devendo este número atingir a 560 no próximo ano, os quais estão distribuídos pelos diversos Corpos conforme mostra no quadro seguinte. Interessante ressaltar que no ano de 1973 inscreveram-se em todo o Brasil cerca de 800 candidatos para o preenchimento de 125 va-

| Quadro Complementar | 1971 | 1972 | 1973 | 1974 PREVISÃO | TOTAL |
|---|------|------|------|------------------|-------|
| Corpo da Armada | 16 | 41 | 64 | 185 | 276 |
| Corpo de Engenheiros e Técnicos Navais | 2 | 26 | 0 | 10 | 48 |
| Corpo de Fuzileiros Navais | 18 | 55 | 31 | 10 | 114 |
| Corpo de Intendentes da Marinha | 7 | 46 | 29 | 40 | 132 |
| TOTAL | 40 | 181 | 124 | 215 | 560 |

gas e para admissão em 1974 já estão inscritos 1.029 candidatos para 215 vagas.

Através destes instrumentos: Quadro Complementar ampliação da capacidade da atual Escola Naval e construção de nova Escola acredito que, em futuro próximo veremos a lei, se não resolvida, pelo menos bastante reduzida a falta, em relação às necessidades atuais, de cerca de 530 oficiais nos Corpos da Armada, Intendentes, Fuzileiros e Engenheiros e de 160 oficiais em relação aos efetivos autorizados por Lei.

No que concerne a oficiais, aprovei no corrente mês o Plano de Carreira que visa a um melhor emprego dos oficiais de acordo com as qualificações necessárias para bem exercer os diversos cargos, bem como permitirá o planejamento de cursos, de acordo com a regularização do fluxo de carreira e para o estabelecimento do equilíbrio entre os diversos Corpos e Quadros.

Quanto à obtenção de pessoal subalterno, tem-se observado o maior aproveitamento do pessoal convocado pela Lei do Serviço Militar, procurando-se elevar o nível do recrutamento para tornar mais econômica a formação do marinheiro não especializado.

Necessário se torna, também, dar ao pessoal um nível de aperfeiçoamento adequado, que permita a correta condução dos novos meios, bem como prover as estruturas de apoio com pessoal dotado de uma técnica apurada de reparo ainda não existente no País.

Isto acarretou a reformulação do Regulamento para o Pessoal Subalterno, dos currículos dos Cursos de Aperfeiçoamento e Adestramento dados no Brasil, bem como o envio de oficiais, praças e civis à Europa e aos Estados Unidos, para adquirirem os conhecimentos necessários junto às fontes de produção, portadores da tecnologia de manutenção e de emprego dos novos meios.

Este quadro nos mostra a utilização nos últimos anos dos cursos do MAP e dos realizados na área europeia.

| | 1970 | | 1971 | | 1972 | | 1973 | |
|----------|------|--------|------|--------|-------|--------|------|--------|
| | MAP | EUROPA | MAP | EUROPA | MAP | EUROPA | MAP | EUROPA |
| Oficiais | 28 | 4 | 36 | 30 | 44 | 21 | 37 | 16 |
| Praças | 23 | — | 38 | 18 | 10 | 18 | 23 | 17 |
| Civis | 34 | — | 0 | — | 4 | 48 | 7 | 16 |
| TOTAL | 75 | 4 | 74 | 38 | 58 | 84 | 67 | 49 |
| | | 79 | | 109 | | 142 | | 115 |
| | | | | | TOTAL | | | 445 |

Os conhecimentos adquiridos pelo pessoal enviado ao estrangeiro e que após o seu regresso fica ligado à área em que se especializou, estão permitindo que sejam reformulados os currículos dos cursos de especialização e aperfeiçoamento para neles incluir os novos sistemas de armas, de propulsão e de detecção dos navios que serão em breve recebidos. Através deste programa, conseguimos a partir de 1970 habilitar 445 homens o que atende parcialmente às necessidades imediatas.

Por outro lado, para possibilitar uma maior difusão de conhecimentos com menor dispêndio de recursos, estamos utilizando o Programa PEP "Personel Exchange Program" e o MTT "Mobil Training Team".

COMISSÕES NO ESTRANGEIRO

| COMISSÕES | 1970 | 1971 | 1972 | 1973 | TOTAL |
|-----------------------|------|------|-------|-------|-------|
| Permanente | 39 | 22 | 35 | 27 | 123 |
| Transitória | 104 | 101 | 119 | 81 | 405 |
| Recobimento de navios | 54 | 214 | 1 053 | 1 106 | 2 427 |
| C. de Meio | 262 | 278 | 288 | 263 | 1 091 |
| TOTAL | 459 | 615 | 1 495 | 1 477 | 4 046 |

Através deste quadro podemos constatar que 4.046 homens foram enviados ao estrangeiro no período de 70 a 73, possibilitando a aquisição de conhecimentos que serão de utilidade em todos os setores da administração naval. Neste quadro não foram incluídos os 13.000 homens que participaram, neste período, das operações Veritas e Springboard.

A par destes cursos estamos procurando dotar os centros de adestramento com simuladores capazes de reduzir os custos de formação de pessoal de aviação, de submarinos e fragatas.

É o caso específico de "Link Trainer" do Centro de Instrução e Adestramento Aeronaval, de que já lhes falei, e do "Tactical Trainer" para as fragatas que, em futuro próximo, será incorporado às instalações do Centro de Adestramento Almirante Marques Leão.

Estes programas implicam investimentos iniciais elevados que entretanto serão compensados, no futuro, pela decorrente economia de meios necessários para que o pessoal embarcado opere com eficiência os novos meios.

A formação de praças vem passando por um processo de atualização. Especial atenção foi dada aos currículos das Escolas de Aprendizes Marinheiros e à seleção de pessoal para os cursos de especialização, buscando-se obter o nível mínimo de 1º grau indispensável para a formação do especialista, sem sobrecarregar os currículos da Escola de Assuntos Básicos.

Os cursos de especialização estão sendo dimensionados em grau crescente de dificuldades, iniciados, com base em conhecimentos de 1º grau completo, e visam a capacitar o homem para operar e manter, em nível compatível com sua graduação, o material a ele confiado.

A par de todas as providências para obtenção e formação de pessoal, algo teria de ser feito, de imediato, para equacionar o problema da distribuição, até alcançarmos o equilíbrio desejado entre a necessidade e a disponibilidade de pessoal. As tentativas anteriores de rever lotações para adaptá-las às disponibilidades terminaram sempre na inequação: necessidade maior que disponibilidade.

Logicamente, em se tratando de distribuição de pessoal, devemos tomar como ponto de partida o existente atual, que é inelástico a curto prazo, ou, do contrário, estaremos incorrendo no erro de distribuir faltas. Este foi o espírito que norteou a elaboração das tabelas de distribuição de efetivos (TDE) que, sem pretender substituir as tabelas de lotação aprovadas, buscam racionalizar a distribuição do pessoal existente, além de descentralizar pelos grandes comandos a função logística de pessoal.

Grande parte da estrutura de apoio da Marinha é constituída de servidores civis, mestres, operários e burocratas do Arsenal bases e repartições da Marinha. A administração deste pessoal sofreu profundas modificações, consoante a política do Governo Federal de dignificar a função pública, obtendo maior profissionalização do servidor, para prover a administração de pessoal realmente capacitado para o desempenho de tarefas específicas. As diretrizes básicas para uma nova classificação de cargos, o plano para execução da política salarial e outras medidas complementares desencadearam este processo na Marinha, alicerçado no sistema do mérito funcional que associado ao permanente treinamento, aperfeiçoamento e atualização de conhecimentos trará novas perspectivas à administração.

| READAPTAÇÕES | PROMOÇÕES NO PERÍODO 1973 | COMISSÕES DE ACESSO |
|--------------|---------------------------|---|
| 577 | 9.797 | Provas feitas: 9 Provas a fazer: 90 Já beneficiados: 876 funcionários |

Procurou a Marinha se preparar convenientemente para dar integral cumprimento à nova sistemática, atualizando e promovendo trabalhos de capital importância que trouxeram expressivas melhoras aos funcionários integrantes do quadro do pessoal civil. Todos os processos de readaptação, ainda pendentes de solução foram examinados, promovendo-se a readaptação de 577 funcionários nas diversas classes e série de classes. Concluída esta tarefa procurou-se, de imediato, restabelecer a proporcionalidade de cargos na forma prevista na Lei de Classificação de Cargos, o que possibilitou a promoção de cerca de 3.000 funcionários que há longos anos não eram contemplados com estes benefícios. Cado este primeiro passo, acelerou-se o processo,

o que permitiu a promoção de 9.797 funcionários dos 14.700 existentes. Foram ao mesmo tempo ativadas as comissões de acesso que já realizaram nove provas, beneficiando 576 funcionários, esperando-se a conclusão de todo

o trabalho até o final do corrente ano uma vez que vinte provas estão em fase de elaboração.

Promoveu-se ainda a pesquisa, in-loco, em todas as Organizações de Marinha, para levantamento de força de trabalho em seus aspectos qualitativos e quantitativos, o que veio possibilitar a elaboração das lotações ideais do pessoal civil, que servirão de base para a estruturação definitiva das categorias funcionais que integrarão o novo plano de classificação de cargos e a integração das lotações de civis e militares.

No setor de pessoal chamo também atenção para o que tem sido executado no sentido de formar e adestrar o homem para as lides do trabalho marítimo, colaborando para que a Marinha Mercante disponha de pessoal qualificado para a condução de suas unidades. Nesse sentido, procurando substituir o empirismo por dados estatísticos confiáveis, foi realizado em 1970 um censo para avaliar a disponibilidade de mão de obra e comparar esta disponibilidade com o programa de expansão da Marinha Mercante. Levantadas as necessidades a curto e a longo prazo, foram elaboradas programações de ensino, utilizando-se para a sua execução os órgãos subordinados à Diretoria de Portos e Costas.

Para atender às necessidades de um ensino altamente especializado, foi construído no Rio de Janeiro o CIAGA — Centro de Instrução Almirante Graça Aranha — para marítimos de todas as categorias e hierarquias. Atende ainda a bolsistas estrangeiros e conta com a assistência técnica do PNUD e da IMCO.

É uma obra pioneira, não somente no Brasil, mas, também no âmbito mundial e dispõe dos melhores recursos atualmente existentes, para o treinamento do pessoal da Marinha Mercante. Sua construção foi iniciada em 1969 e possui atualmente capacidade para, em funcionamento normal, atender a cerca de mil alunos.

Estamos construindo em Belém o CIABA — Centro de Instrução Almirante Brás de Aguiar — com os mesmos padrões técnico-pedagógicos do CIAGA. Estes Centros juntamente com o Centro de Instrução de Fluvialários do Rio São Francisco, em Pirapora, e a rede de Capitânias dos Portos, Delegacias e Agências, localizadas em todos os portos do Brasil, estão permitindo que a Marinha execute a tarefa de formar guarnições eficientes para os navios mercantes nacionais e, ao mesmo tempo, colaborar no preparo de marítimos de nações amigas.

No que concerne ao homem, não podemos nos prender apenas aos aspectos de sua formação. Sua utilização no serviço naval exige especial atenção à assistência médica, educacional e social que deve ser prestada a ele e a sua família. Exige que nos preocupemos com seu problema habitacional, procurando, através destes campos, dar-lhe a tranquilidade necessária, para que seu trabalho tenha o rendimento desejado. Em palestra anterior já lhes falei sobre o plano residencial que nos permitiu, em quatro anos, praticamente, dobrar o número de residências existentes.

Hoje abordarei os aspectos referentes à assistência médica e destaco como de significação principal a centralização do Serviço de Saúde na área do Primeiro Distrito Naval, pela construção do Centro Médico Naval "Marcílio Dias" e a criação do Fundo de Saúde da Marinha — FUSMA.

Da centralização, prevista em três etapas, já foi concluída a primeira, de integração de militares e dependentes, com o remanejamento das clínicas, concentrando-as especificamente nos hospitais existentes, o que veio permitir um melhor aproveitamento das equipes médicas e um aumento de eficiência no atendimento pela concentração de recursos materiais especializados. As outras duas etapas, em evolução, dependem de obras de ampliação do Centro Médico Naval Marcílio Dias que, depois de totalmente concluídas, permitirão dispensar, em parte ou no todo, as demais instalações hospitalares e para-hospitalares.

A criação do FUSMA, imposta pela Lei de Remuneração dos Militares, veio, juntamente com a integração do Serviço

de Saúde, substituir a antiga Assistência Médico Social da Armada — AMSA, cuja estrutura semi-oficosa, colocada à margem do Plano Diretor, fugia ao controle geral. Pelo FUSMA, entre outras vantagens, foi estabelecida a gratuidade da maioria dos exames de laboratório, bem como do fornecimento de medicamentos produzidos pelo Laboratório Farmacêutico da Marinha ou distribuídos pela Central de Medicamentos.

O Laboratório Farmacêutico da Marinha, antes localizado em pequeno prédio no Arsenal de Marinha do Rio de Janeiro — AMRJ, graças ao convênio com o INPS, com intervenção da CEME, ocupa, no momento, amplas instalações na Avenida Suburbana, produzindo uma linha de produtos de 85 especialidades farmacêuticas, capaz de atender aos atuais padrões científicos, com barateamento progressivo da unidade produzida.

No setor de assistência ao pessoal, desejo fazer ainda referência ao Centro de Educação Física, cuja construção está sendo ultimada em terreno localizado na Avenida Brasil e virá a ser o maior estabelecimento de prática esportiva da América Latina.

Está sendo construído numa área de 236.000 metros quadrados e sua conclusão está prevista para 1975. No ano de 1972 foi concluída a primeira fase de seu complexo esportivo com a entrega de dois campos de futebol, seis quadras de basquete e volei, três de tênis, parque de recreação infantil, além de grande área urbanizada. Em 1973 foi iniciada a segunda fase que abrange o conjunto aquático, com piscina olímpica, piscina para saltos, dependências de Departamento de Saúde do Centro, alojamentos de atletas e prédios para a Administração.

A possibilidade da construção deste Centro nasceu com a assinatura do convênio, entre Marinha e o Ministério da Educação e Cultura e contribui também para a formação de juventude sadia pelo atendimento às escolas da rede Federal e Estadual.

Temos também nos preocupado em melhorar as condições dos locais de trabalho das OM instaladas em prédios antigos e inadequados.

No Primeiro Distrito Naval foi adquirido, no corrente ano, o imóvel situado na praça Barão de Ladário que, com uma área de vinte mil metros quadrados, proverá excelentes instalações a praticamente todas as unidades localizadas nesta área.

Nesta compra, feita por convênio com o Ministério dos Transportes, a Marinha investiu um total de dezotto milhões, um terço do valor do imóvel, sendo os restantes dois terços pagos pelo citado Ministério como indenização das demolições que serão necessárias, para possibilitar a construção da perimetral.

Prosseguem as obras no auditório desta Escola, cuja prontificação dará maior flexibilidade ao ensino e mais conforto aos futuros alunos.

EFICIÊNCIA DAS FORÇAS NAVAIS

Para o eficiente desempenho das Forças Navais não basta o preparo individual do homem.

Há que prepará-lo para o trabalho de equipe visando ao emprego, quer isolado, quer em conjunto das diversas unidades.

É, pois, necessário que as forças navais possuam o adestramento que lhes confira o grau de prontidão desejado para o seu correto emprego em situação de paz, realizando as operações de patrulha ou em situações de guerra, protegendo o tráfego marítimo.

É necessário dispormos de forças distribuídas ao longo de nossas costas, para o pronto atendimento das missões que lhe forem atribuídas.

É necessário dispor de elementos informativos que permitam a localização no mar dos eventuais inimigos, bem como da munição necessária a dar-lhe combate.

Levando em conta a necessidade de adestramento, a Administração Naval tem incrementado operações com Marinhas de países amigos, ora em águas nacionais, ora levando nossa bandeira a mares e portos estrangeiros, o que nos proporciona a oportunidade de um intercâmbio de experiências e conhecimentos altamente proveitoso.

Dentre as operações de maior vulto e cujas realizações já assumiram caráter anual, permanente e sistemático, destaca a "Unitas" a "Springboard" e a "Veritas".

Cabe ressaltar que estas operações vem sendo ultimamente aprimoradas, e tem-se procurado introduzir um grau de complexidade crescente nos exercícios, o que é fruto dos entendimentos processados com o Comandante de Operações Navais da Marinha Americana, durante minha viagem a América. Nessa ocasião foi também ressaltada a necessidade de realização de operações bilaterais com unidades daquela Marinha.

Desejo também fazer referência à Operação "Ninfa" que vem sendo realizada a partir de 1970, tendo como participantes as Marinhas Brasileira e Paraguaia e envolvendo atividades antiguerrilha e desembarque de tropas nas margens do Rio Paraguai e finalmente às já citadas operações bilaterais, com os Estados Unidos, que começaram a ser regularmente feitas com os navios que passam indo para o Índico ou dele vindo, bem como às realizadas com a Marinha Francesa, Inglesa, Italiana e outras que possibilitam um maior intercâmbio de informações e técnicas operativas com unidades que operam, segundo as doutrinas da OTAN.

Os resultados que temos obtido nestas operações nos permitem concluir que tal adestramento tem contribuído para o aprimoramento técnico-profissional de nossas tripulações e forças de fuzileiros navais.

Para determinação de elementos informativos que permitam a localização de unidades no mar, ativamos em junho do corrente ano a quarta ERGAF, localizada em Rio Grande e pretendemos que em 1974 esteja a quinta instalada em Fortaleza e, em futuro próximo, possamos contar com a sexta estação localizada em Fernando Noronha, o que nos permitirá realizar uma cobertura completa da área marítima do Atlântico Sul.

Não basta entretanto dispor de novos meios convenientemente adestrados e bem distribuídos pelas nossas costas.

É indispensável que ao serem localizados os eventuais inimigos, os navios disponham da munição necessária para dar-lhes combate. Não podemos depender totalmente do exterior para adquiri-la, pois sabemos ser certo que, em caso de emergência, as dificuldades de suprimento aumentarão.

Temos pois de assegurar a produção no País de nossas necessidades; é o que estamos fazendo desde 1967 com um programa a cargo da Diretoria do Armamento.

No período de 67 a 70, buscou-se organizar a infra-estrutura, para o fabrico de munição, utilizando a indústria civil, as instalações da Marinha e das demais Forças Armadas de forma a possibilitar a produção dos diversos tipos de munição de emprego corrente. Neste setor já estamos com o problema resolvido, no que concerne a 127 milímetros 38 calibres, 40 mm 60 calibres e estamos excluindo para a produção de munição de 4.5 polegadas e de 40mm 70 calibres para as fragatas.

MODERNIZADA A ADMINISTRAÇÃO — PLANO DIRETOR

Atualmente a administração é tida como um dos princípios da guerra.

Isto porque a experiência da guerra naval mostra que a organização administrativa de uma força deve ser bem estruturada, para dar ao comando o máximo de liberdade de ação, quando da execução das operações. Os comandos operativos devem ter um grau de controle, sobre o planejamento administrativo correspondente a seu grau de responsabilidade no plano operativo. Este é o máximo reconhecimento da importância da administração para as operações militares. Torna as atividades administrativas intrínsecas e

inerentes às atividades operativas. Realiza e eleva a logística, sem perguntar os limites entre ambas.

É a sagração do binômio Comandante-Administrador que tem sido ao longo dos tempos o segredo dos grandes chefes militares.

Na paz a logística é administração; na guerra administração é logística.

O otimização deste aspecto não poderia destoar de um contexto, em que todas as forças vivas estão empenhadas. Fago ressaltar apenas alguns pontos para que os senhores percebam a importância da ação administrativa.

A produtividade e a economia são dados que conduziriam ao fechamento de algumas unidades e à baixa de navios obsoletos, conforme nos mostra o quadro abaixo:

| BAIXAS | FUSÕES | EXTINÇÕES |
|--|---|--|
| NP. Pirajá NP. Piracoba NP. Pirajá M. Paraguassu SB. R. G. Sul SB. Bahia AvoC Bracui AvoC Bapendi CT Maria e Barros CT Amazonas CL Barroco | EMNEJ — CIAGA EMMFA — CIABA FTM — CAM LPQM — Lok. Andara | CCNMB CERNAC CIAT ETAR ETASPA EAM-AL EAM-BA Estalero Florianópolis BN Salvador Pete Sotelo 1.º DN |

A partir de 1969 deram baixa onze unidades, cuja obsolescência não recomendava investimentos necessários para mantê-las operativas. Prosseguindo este programa, em futuro próximo, darão baixa o CL Tamandaré e os CTs de Apolo de Fogo. Neste período ocorreram também as fusões das Escolas de Marinha Mercante do Rio de Janeiro e do Pará respectivamente com o CIAGA e CIABA e da Fábrica de Torpedos e Centro de Armamento e foram extintas dez OM's.

Tem sido enfatizada a utilização de técnicas gerenciais de uso frequente, nos centros avançados e a máquina administrativa está mais leve.

Tem sido bastante usada a delegação de competência e o processamento automático de dados. Estes dois instrumentos têm possibilitado o descongestionamento burocrático e o comportamento dos atos e fatos administrativos com maior proximidade.

O sistema de planejamento administrativo — Plano Diretor — tem sido fortalecido como meio de otimizar as decisões.

Como documento fundamental para o Plano Diretor tem sido publicadas, anualmente, revisões das Politizas, desde 1970, com o propósito de manter uma orientação atualizada para a Marinha.

Na parte de administração financeira, resultados importantes já são rotina na Marinha como, por exemplo, a integração de receitas, a execução financeira padronizada, o fechamento financeiro a prazo de 30 dias, a sequência de exercícios financeiros sem solução de continuidade.

O planejamento administrativo tem possibilitado que o Plano de Ação de um ano seja publicado em dezembro do ano anterior: isto já ocorreu com os Planos de Ação de 1971, 1972 e 1973 e ocorrerá com o PA-74. Os recursos, igualmente, tem estado disponíveis aos ordenadores de despesa no primeiro dia do ano.

O EMA-120 — Fixação de Forças e Efetivos — documento publicado em 1972 sob uma concepção bastante nova já foi devidamente revisto e atualizado em 1973.

A prontificação dos PRAI de todos os distritos e comandos, em sua primeira edição, já foi atingida e espera-se que a visão de área corrija algum desnível do enfoque setorial e que assim se obtenha uma otimização global harmônica.

Grandes esforços estão sendo empregados no acompanhamento. O acompanhamento financeiro já é feito, desde 1971, de modo bastante acurado e atualmente de forma já automatizada por processamento de dados. O acompanha-

mento físico tem sido otimizado e confio em que, dentro em breve assumirá, como convém, predominância sobre o acompanhamento financeiro.

Na parte orçamentária tem sido exercido adequado controle não só na execução como nas projeções futuras, de modo que todos os projetos na Marinha estejam com a cobertura financeira devidamente provida até sua total liquidação.

Este aspecto é muito importante pois o programa de construção naval tem de ser permanente, não devendo nunca se constituir em mero episódio na História Naval. Para tanto é fundamental que além da cobertura para os projetos já desfechos, estejam previstas folgas suficientes para que novas contratações venham a ser feitas, tornando dinâmica a renovação do meio flutuantes.

Os projetos que são de maior significação para a Marinha — particularmente os de construção naval — tem sido objeto de trabalho de comissões interministeriais, com a participação do Ministério da Fazenda e do Ministério do Planejamento e Coordenação Geral.

A prática de comissões interministeriais têm revelado excelentes resultados, pois possibilita que a Marinha enquadre seus problemas e necessidades fundamentais dentro da ótica prioritária da ação do Governo Federal.

Os representantes dos demais Ministérios, por sua vez, aprofundam-se no conhecimento de tais problemas e há verdadeira troca de calor, buscando uma condução harmônica e segura dos vários aspectos envolvidos. Ficam desta forma aplanadas as dificuldades, contornados os impasses, coordenada a ação.

Se necessária, a apreciação presidencial se faz sobre exposição que já engloba o ponto de vista técnico-naval e a viabilidade econômico-financeira dos empreendimentos.

Esta condução coordenada dos grandes projetos visa, sobretudo, a dar um caráter de continuidade à ação administrativa, que deve correr como fluxo e não por esforços descontinuos.

Os problemas são analisados na decorrência de sua lógica e prioridade e vão obtendo soluções adequadas a tempo de atenderem às necessidades navais.

Enfim, no campo administrativo, a otimização dos meios e das técnicas tem sido buscada, como resposta da Marinha à reforma administrativa proposta e propugnada pelo Governo Federal.

A REVOLUÇÃO E O PODER MARÍTIMO

Em seu pronunciamento feito na Escola Superior de Guerra, em março de 1970, o Excelentíssimo Senhor Presidente Médici definiu, sinteticamente, os objetivos prioritários de seu Governo:

"Conquistar e manter o desenvolvimento com segurança, liberdade, independência e respeito ao homem".

E prosseguiu ao definir, no campo militar, os caminhos para atingir a estes objetivos:

"Buscarei atender às necessidades prioritárias de reequipamento das Forças Armadas, visando ao cumprimento dos deveres constitucionais e aos compromissos revolucionários, assim como de colaboração com outros setores, na medida de suas possibilidades e sem prejuízo de suas tarefas profissionais".

Na pasta da Marinha, temos a consciência tranquila de termos dado o melhor dos nossos esforços para participar desta política lúida e objetiva, procurando desenvolver a componente militar do Poder Marítimo, bem como participando ativamente na formação das tripulações dos novos navios da frota mercante e estimulando o desenvolvimento da construção naval no Brasil.

Os resultados já atingidos nos dão a tranquilidade de dever cumprido e a situação de participarmos da Marinha do futuro que estamos certos, será digna deste grande País e motivo de orgulho para todos os brasileiros.

Mas é forçoso terminarmos lembrando que Mahan, ao analisar as principais condições que afetam o Poder Marí-

mo das nações, enumerou a posição geográfica, a conformação física da plataforma, a extensão territorial, a grandeza da população, a vocação marítima do povo e o caráter de seu Governo.

Por tudo que nos é dado ver e acompanhar, o Governo Médici através de suas realizações e orientação, indiscutivelmente adotou para o País uma estratégia marítima que propiciou seu desenvolvimento e vem dando ao Brasil a crescente prosperidade que beneficia a todos, humanizando nosso progresso material.

Sobre as condições enumeradas por Mahan, e que já constituem patrimônio histórico do Brasil, coube ao Presidente Médici o privilégio de ter emprestado ao Governo Brasileiro o caráter marítimo demandado por Mahan, última condição para que o Brasil atinja a grandeza que vem sendo reservada aos Países que souberam se realizar através o Poder Marítimo. "

DISCURSO PRONUNCIADO PELO DR. CAMILO CALAZANS DE MAGALHÃES, NA SOLENIDADE DE DESPEDIDA COMO DIRETOR DA 2ª REGIÃO DO BANCO DO BRASIL, QUE SE PUBLICA NOS TERMOS DO REQUERIMENTO Nº 52, DE 1974, DE AUTORIA DO SR. SENADOR RUY CARNEIRO, APROVADO NA SESSÃO DE 6-5-74.

Exmº Sr. Presidente Ângelo Calmon de Sá, Exmºs. Srs. Diretores, Autoridades presentes e representadas, meus colegas do Banco do Brasil.

Nesta significativa solenidade em que transmitimos o honroso cargo de Diretor do Banco do Brasil, após dirigir a 2ª Região Operacional por mais de quatro anos, gostaríamos de discorrer, ainda que sumariamente, sobre os pontos de maior relevância nas atividades do Banco nos sete Estados da área de atuação desta Diretoria, que compreende quase toda a região Nordeste, da Bahia ao Ceará.

Atendendo ao chamado governamental, o Banco do Brasil empenhou-se, nesse período, na realização de trabalho vigoroso em favor do desenvolvimento regional, mobilizando de forma a mais efetiva seus recursos humanos e financeiros, visando a propiciar ampla assistência às atividades produtivas no Nordeste, particularmente ao setor agropecuário, pela sua capital importância na estratégia de ação empreendida após 1970. Nesse ano, quando a área se viu castigada por inclemente seca, foram desdobrados os maiores esforços com vistas a assistir, pronta e realisticamente, o produtor rural, na luta contra os efeitos da estiagem. Foi instituído, então, o "crédito de emergência aos agropecuaristas localizados nas zonas atingidas pela estiagem", de que resultou a aplicação oportuna de apreciável soma de recursos em financiamentos de investimentos rurais e na composição das dívidas dos produtores prejudicados pela seca, com a oferta de 55 mil empregos diretos e a reabilitação financeira de perto de 40 mil agricultores.

Esse programa, de caráter emergencial, veio contudo marcar o início de uma assistência financeira mais consentânea com a realidade da agropecuária nordestina, que permanecia estacionária e em condições de baixa produtividade, ao final dos anos sessenta. Seguiram-se a criação e implementação de novos programas: o do "crédito especial de recuperação da agropecuária nordestina" e o do "crédito rural orientado para as Regiões Norte e Nordeste", que, instituídos em 1971, posteriormente deram lugar ao PROTERRA, verdadeiro marco de soerguimento da agricultura dessas Regiões, que tem sua execução prevista para o período 1972/1976. Outros planos de âmbito mais localizado foram também desenvolvidos nos últimos anos, como os destinados à agroindústria açucareira, à cacaicultura e à borracha vegetal, todos tendo no Banco do Brasil o seu principal ou exclusivo agente financeiro.

Também preocupou-se o Banco com as necessidades de maiores recursos por parte dos setores industrial e comercial, ampliando os níveis de sua assistência e instituindo ou adaptando linhas de crédito, seja para atender aos reclamos das novas indústrias instaladas com

base nos incentivos, seja para socorrer as dificuldades de natureza conjuntural ou suprir o capital-de-giro que se fazia necessário em escala sempre crescente, pela intensificação das atividades das indústrias tradicionais, das empresas comerciais e do setor serviços.

Como fruto dessa atuação, as aplicações efetuadas pela 2ª Região Operacional evoluíram de forma bastante significativa, passando de Cr\$ 1,1 bilhão, em dezembro de 1969, para Cr\$ 5,9 bilhões, em dezembro de 1973 e apresentando, em ambas as Carteiras, taxas de expansão superiores às observadas nos dados globais do Banco. A participação dos créditos da área elevou-se do percentual de 11,4% para 13,9%, ao longo desse período. No tocante aos depósitos do público, os índices de crescimento foram também expressivos, superando mesmo os apresentados pelo Banco, em seu todo.

É de se ressaltar, por sua inestimável significação, o grande aporte de recursos carreados pelo Banco do Brasil para a Região Nordeste, nos três últimos anos, o que foi possível graças à sua condição de banco integrado e de dimensão nacional, e, bem assim, aos capitais obtidos por suas agências no exterior.

Os dados relativos ao último triênio mostram que as nossas aplicações líquidas no Nordeste — aumento dos empréstimos menos aumento dos depósitos — alcançaram a expressiva soma de 4 bilhões e 200 milhões de cruzeiros, suplantando em quase 1 bilhão e meio de cruzeiros o total dos inventivos fiscais destinados a toda área jurisdicionada pela SUDENE, no mesmo período, acrescentando ver que, em 1973, o aumento de recursos líquidos do Banco do Brasil ultrapassou o montante de 2 bilhões e 200 milhões de cruzeiros, significando que, para cada cruzeiro de incentivo fiscal, foram aplicados pelo Banco mais de dois cruzeiros de novos empréstimos, nesse exercício.

Não seria, pois, sem razão reconhecer-se que a atuação deste Estabelecimento muito contribuiu para o recente impulso que se observa na economia do Nordeste, notado que, segundo estudos da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE), o Produto Regional passou a registrar expressivas taxas de crescimento, com expansão média de 9,6% ao ano, no triênio 1971/73, correspondendo a mais de duas vezes o percentual médio alcançado no decênio anterior.

Impende destacar, outrossim, a sensível melhoria observada nos índices de liquidez de nossos empréstimos, traduzindo os cuidados e o tirocínio, em todos os escalões administrativos, na aplicação dos capitais do Banco. Indicador seguro dessa liquidez, é a apuração contábil das perdas em principal e das rendas retidas e o seu confronto, em sucessivos períodos semestrais, com as somas recuperadas, de igual origem, o que dá, como resultado, o valor das perdas líquidas ou prejuízos em operações efetivamente ocorridos. Pelos balanços consolidados de todas as filiais da Região, nos cinco últimos semestres, foram inexpressivos os valores desses prejuízos, vendo-se que sua relação com os saldos dos empréstimos tem decrescido continuamente, passando de 3 por 1.000, no 2º semestre de 1971, para 1,2 por 1.000, no 1º de 1973, constatando-se, ademais, que, no balanço de 31-12-73, a soma das recuperações de juros e principal chegou a superar, na quantia de Cr\$ 4,4 milhões, o valor das perdas e retenções de rendas.

No tocante aos resultados financeiros, foi também notável o desempenho das filiais da 2ª Região, cujo lucro global se expandiu nas mesmas proporções das áreas mais desenvolvidas do País, com a taxa de crescimento de 44,3% ao ano, de 1970 a 1973, observando-se, ainda, que a elevada proporção de agências deficitárias existente no início desse período — de 38,6% do número total de 127 unidades da área — se reduziu a 3,0% no 2º semestre de 1973, ou seja, apenas 4 dependências dentre as 135 em funcionamento.

Estamos convictos, pois, Senhor Presidente Ângelo Calmon de Sá, de que muito realizou o Banco do Brasil na área jurisdicionada por esta Diretoria e de que foram compensadores os frutos colhidos. Contudo, não poderíamos deixar de reconhecer que pouco teria sido alcançado não fosse o apoio das autoridades monetárias, especial-

mente o ilustre Professor Antônio Delfim Netto, Ministro da Fazenda, sensíveis à necessidade de carreamento de novos recursos para atenuar desníveis sócio-econômicos, regionais e setoriais, assim como de nossa Diretoria colegiada, em cujos integrantes encontramos sempre aliados incondicionais na busca das melhores soluções de interesse do Nordeste, liderados pela figura do insigne Presidente do Banco do Brasil, Professor Jost, que, pela lucidez de seu espírito desveladamente patriótico, soube imprimir à ação do Banco do Brasil sentido altamente produtivo em favor da grande obra de integração nacional que se realiza no País.

Tivemos, ainda, a felicidade de poder contar com valorosa equipe de assessores, em nosso Gabinete e na Gerência Regional, sob a profícua liderança de Amílcar de Souza Martins e Fernando Baptista Martins, dois grandes expoentes do seleto quadro de funcionários deste Banco, prestando-nos, com sua abnegação, inteligência e capacidade de trabalho, inestimável colaboração, de que tanto nos valem para o desempenho de nossa missão à frente desta Diretoria.

Impende-nos ressaltar, também, a louvável colaboração recebida dos diversos Setores desta Direção Geral, consagrando o elevado espírito de equipe que sempre existiu no seio do funcionalismo do Banco, bem como a meritória atuação dos administradores e demais servidores de nossas Agências, a cujo trabalho diuturno, sem medir sacrifícios, em muito se devem as realizações deste grande Estabelecimento, a que muito nos orgulhamos pertencer.

Essa a Carteira que tivemos a honra de dirigir por mais de quatro anos e que ora temos a grata satisfação de transmitir ao nosso brilhante sucessor, Dr. José Aristóphanes Pereira, também funcionário desta Casa, administrador de larga experiência e sólida cultura técnica, qualidades atestadas por sua meritória folha de serviços prestados ao País, quer no setor público, quer em importantes empresas do setor privado.

Formulamos-lhe melhores votos de fecunda administração, sob a liderança do preclaro Presidente Ângelo Calmon de Sá, rogando a Deus que os ajude a alcançar os maiores êxitos em sua complexa missão de auxiliares diretos das Autoridades Monetárias, colaborando para maior grandeza desta conceituada Instituição, que exerce papel de relevo no processo irreversível do desenvolvimento brasileiro.

Muito obrigado.

DISCURSO PRONUNCIADO PELO DR. CAMILO CALAZANS DE MAGALHÃES, NA SOLENIDADE DE SUA POSSE COMO PRESIDENTE DO INSTITUTO BRASILEIRO DO CAFÉ, QUE SE PUBLICA NOS TERMOS DO REQUERIMENTO Nº 52, DE 1974, DE AUTORIA DO SR. SENADOR RUY CARNEIRO, APROVADO NA SESSÃO DE 6-5-74.

As nossas palavras primeiras são de agradecimento ao Exmo. Sr. Presidente da República, General Ernesto Geisel, e ao Exmo. Sr. Ministro da Indústria e do Comércio, dr. Severo Fagundes Gomes, pela confiança demonstrada ao nos conduzirem à Presidência do Instituto Brasileiro do Café. Recebemos essa missão, de indiscutível complexidade, com justo orgulho e efetiva humildade, esperando não desmerecer, em tempo algum, a confiança de que nos tornamos depositários.

O café foi, e continua a ser, um dos instrumentos de maior importância no processo de desenvolvimento brasileiro, como gerador de divisas, divisas que transformaram a fisionomia deste Brasil imenso que, de nação pobre, envolve à cordição de país desenvolvido, onde o futuro já respondeu presente. Certa vez, ao receber homenagens na cidade de Ilhéus, em solenidade programada por produtores de cacau, dizia àqueles agricultores, e com mais justeza o digo aos plantadores de café, que eles podiam ter orgulho de sua atividade ao contemplarem os grandes complexos industriais, as imponentes hidrelétricas, o surgimento e o crescimento dos centros urbanos, as extensas estradas asfaltadas, os armazéns, os portos, por saberem

que, do suor de seu esforço no amanho da terra generosa, deriva parcela considerável dos recursos determinantes desse progresso.

Ligado à agricultura por minha formação de economista especializado na área do crédito rural, estou vinculado, também por laços sentimentais às atividades do campo, por isso que filho de um modesto plantador de canas do meu Estado natal de Sergipe, donde, ainda na infância, fui forçado, por motivos de ordem econômica, a emigrar para o Sul do País.

Mantendo aberto o diálogo com os produtores na busca de soluções justas e equitativas para seus problemas, procuraremos, como uma de nossas metas primárias, colaborar decisivamente para a racionalização das lavouras cafeeiras, por entendermos que essa racionalização possibilitará melhores rendas para os que produzem o café. Buscaremos equacionar a problemática da aquisição e utilização dos defensivos e adubos — cujos preços têm apresentado uma elevação imoderada — eis que indispensáveis no combate às moléstias e no aumento da fertilidade dos solos. Pretendemos fomentar o cooperativismo, por conhecermos, pela observação pessoal trazida de outras áreas, a importância fundamental desse sistema de associação para a melhor distribuição aos agricultores dos ganhos auferidos na sua atividade produtora. Impõe-se, de outra parte, a melhoria dos padrões de qualidade, como fórmula capaz para a conquista e manutenção de novos mercados consumidores. Com esse objetivo, voltaremos também nossa especial atenção para a indústria do solúvel.

No campo da comercialização, pretendemos fortalecer a solidariedade e a colaboração com os países africanos e latino-americanos também produtores, inclusive pela ação efetiva de associações multinacionais, para conciliar nossos interesses na busca de benefícios comuns. Dos clientes consumidores, forcejaremos por granjear a confiança indispensável nas relações comerciais, mantendo seriedade em todas as negociações, sem descuidar da salvaguarda dos superiores interesses nacionais e do esforço incessante pela maximização das rendas para o Brasil. Explorando todas as alternativas e utilizando todos os instrumentos, desde os estímulos aos exportadores até a assinatura de acordos e convênios, procuraremos consolidar uma política capaz de contribuir para a solução dos múltiplos problemas ligados à produção e comercialização do café. A otimização dos níveis de preço e de produção, e da melhoria dos pa-

drões, avulta como meta maior a conseguir, por isso que a elevação de nossa receita cambial é necessidade inadiável e imperiosa, para o oportuno atendimento de nossa crescente demanda de matérias-primas e de bens de produção; para a consecução desse objetivo não manteremos isolado o Instituto Brasileiro do Café, buscando, ao contrário, harmonizar sua atuação com a de outros órgãos da administração pública, trabalhando em estreita colaboração sobretudo com os Ministérios da Agricultura, da Fazenda e das Relações Exteriores.

Aos funcionários do IBC quero transmitir minha palavra de confiança de que receberei a colaboração de cada um, do mais modesto ao mais graduado, irmanados todos no dever único do trabalho consciente e orientado. Premiado o mérito, serei um defensor de seus direitos e de seus anseios, sem me desviar, entretanto, da linha rígida de austeridade e respeito à hierarquia que será a característica comum de todos os escalões do governo do eminente General Ernesto Geisel. Como funcionário do Banco do Brasil, tenho justo orgulho daquela secular instituição de crédito e tenho a certeza de que, quando deixar os destinos deste Instituto, poderei levar também o justo orgulho de aqui ter trabalhado um dia.

À administração que ora sucedemos quero apresentar meus cumprimentos pelo trabalho realizado, graças ao qual — e apenas para destacar os itens mais expressivos — o volume de nossas exportações envolveu de oitocentos e quarenta e seis milhões de dólares para um bilhão, trezentos e quarenta e três milhões de dólares, nos últimos cinco anos, apresentando ponderável incremento da ordem de 60%, tendo, por outro lado, sido plantados 530 milhões de novos pés de café, sem o que o Brasil não poderia garantir, no futuro, sua posição no mercado cafeeiro. A essa equipe jovem e dinâmica que foi liderada pelos ex-Ministros Pratini de Moraes e Antonio Delfim Netto, formulo votos de sucesso e crescentes realizações nas diversas áreas a que irão prestar doravante seu valioso concurso.

Renovando os agradecimentos às autoridades que em mim confiaram, peço à Providência me inspire no desempenho de minha missão, esperando que, mercê de Deus e com a ajuda de meus colaboradores, ela será cumprida, talvez sem brilho, mas sempre com dignidade.

MESA

Presidente:
Paulo Torres (ARENA — RJ)

1º-Vice-Presidente:
Antônio Carlos (ARENA — SC)

2º-Vice-Presidente:
Adalberto Sená (MDB — AC)

1º-Secretário:
Ruy Santos (ARENA — BA)

2º-Secretário:
Augusto Franco (ARENA — SE)

3º-Secretário:
Milton Cabral (ARENA — PB)

4º-Secretário:
Geraldo Mesquita (ARENA — AC)

Suplentes de Secretários:
Luís de Barros (ARENA — RN)
José Augusto (ARENA — MG)
Antônio Fernandes (ARENA — BA)
Ruy Carneiro (MDB — PB)

LIDERANÇA DA ARENA E DA MAIORIA

Líder:
Petrônio Portella (ARENA — PI)

LIDERANÇA DO MDB E DA MINORIA

Líder:
Amaral Peixoto (MDB — RJ)

Vice-Líderes:
Nelson Carneiro (MDB — GB)
Danton Jobim (MDB — GB)

COMISSÕES

Diretora: Helena Ruth Laranjal Farias Rigolon
Local: Anexo II — Térreo
Telefones: 23-6244 e 24-8105 — Ramais 193 e 257

A) SERVIÇO DE COMISSÕES MISTAS, ESPECIAIS E DE INQUÉRITO**Comissões Temporárias**

Chefe: Marcus Vinicius Goulart Gonzaga
Local: Anexo II — Térreo
Telefone: 24-8105 — Ramal 303

- 1) Comissões Temporárias para Projetos do Congresso Nacional;
 - 2) Comissões Temporárias para Apreciação de Vetos;
 - 3) Comissões Especiais e de Inquérito; e
 - 4) Comissão Mista do Projeto de Lei Orçamentária (artigo 90 do Regimento Comum).
- Assistentes de Comissões: José Washington Chaves, Ramal 314; Hugo Antônio Crepaldi, Ramal 672; e Haroldo Pereira Fernandes, Ramal 674.

B) SERVIÇO DE COMISSÕES PERMANENTES

Chefe: Cláudio Carlos Rodrigues Costa
Local: Anexo II — Térreo
Telefone: 24-8105 — Ramais 301 e 313

COMISSÃO DE AGRICULTURA — (CA)
(7 Membros)**COMPOSIÇÃO**

Presidente: Paulo Guerra
Vice-Presidente: Mattos Leão

| Titulares | ARENA | Suplentes |
|--------------------|-------|-----------------|
| Antônio Fernandes | | Tarso Dutra |
| Vasconcelos Torres | | João Cleófas |
| Paulo Guerra | | Fernando Corrêa |
| Otávio Cesário | | |
| Flávio Britto | | |
| Mattos Leão | | |
| Amaral Peixoto | MDB | Ruy Carneiro |

Assistente: Cláudio Vital Rebouças Lacerda — Ramal 307
Reuniões: Quintas-feiras, às 11:00 horas
Local: Sala Bernardo Pereira de Vasconcelos — Anexo II — Ramal 617

COMISSÃO DE ASSUNTOS REGIONAIS — (CAR)
(7 Membros)**COMPOSIÇÃO**

Presidente: Clodomir Milet
Vice-Presidente: Teotônio Vilela

| Titulares | ARENA | Suplentes |
|-----------------|-------|-------------------|
| José Guimard | | Saldanha Derzi |
| Teotônio Vilela | | Osires Teixeira |
| Dinarte Mariz | | Lourival Baptista |
| Wilson Campos | | |
| José Esteves | | |
| Clodomir Milet | | |
| Ruy Carneiro | MDB | Franco Montoro |

Assistente: Mauro Lopes de Sá — Ramal 310
Reuniões: Quartas-feiras, às 10:30 horas
Local: Sala Coelho Rodrigues — Anexo II — Ramal 613

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA — (CCJ)
(13 Membros)**COMPOSIÇÃO**

Presidente: Daniel Krieger
Vice-Presidente: Accioly Filho

| Titulares | ARENA | Suplentes |
|-------------------|-------|--------------------|
| José Lindoso | | Eurico Rezende |
| José Sarney | | Osires Teixeira |
| Carlos Lindenberg | | João Calmon |
| Helvidio Nunes | | Lenoir Vargas |
| Itálvio Coelho | | Vasconcelos Torres |
| Mattos Leão | | Carvalho Pinto |
| Heitor Dias | | |
| Gustavo Capanema | | |
| Wilson Gonçalves | | |
| José Augusto | | |
| Daniel Krieger | | |
| Accioly Filho | | |
| Nelson Carneiro | MDB | Franco Montoro |

Assistente: Maria Helena Bueno Brandão — Ramal 305
Reuniões: Quartas-feiras, às 10:00 horas
Local: Sala Clóvis Bevilacqua — Anexo II — Ramal 623

COMISSÃO DO DISTRITO FEDERAL — (CDF)

(11 Membros)

COMPOSIÇÃOPresidente: Cattete Pinheiro
Vice-Presidente: Ruy Carneiro**Titulares**

ARENA

Dinarte Mariz
Eurico Rezende
Cattete Pinheiro
Otávio Cesário
Osires Teixeira
Fernando Corrêa
Saldanha Derzi
Heitor Dias
Antônio Fernandes
José Augusto**Suplentes**Carlos Lindenberg
Luiz Cavalcante
Waldemar Alcântara
José Lindoso
Wilson Campos

Ruy Carneiro

MDB

Nelson Carneiro

Assistente: Marcus Vinicius Goulart Gonzaga — Ramal 303

Reuniões: Quartas-feiras, às 09:30 horas

Local: Sala Epitácio Pessoa — Anexo II — Ramal 615

COMISSÃO DE ECONOMIA — (CE)

(11 Membros)

COMPOSIÇÃOPresidente: Magalhães Pinto
Vice-Presidente: Vasconcelos Torres**Titulares**

ARENA

Magalhães Pinto
Vasconcelos Torres
Wilson Gonçalves
Jessé Freire
Arnon de Mello
Teotônio Vilela
Paulo Guerra
Renato Franco
Helvídio Nunes
Luiz Cavalcante**Suplentes**José Augusto
Benedito Ferreira
Flávio Britto
Leandro Maciel

Franco Montoro

MDB

Amaral Peixoto

Assistente: Daniel Reis de Souza — Ramal 675

Reuniões: Quintas-feiras, às 10:00 horas

Local: Sala Bernardo Pereira de Vasconcelos — Anexo II — Ramal 617

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO E CULTURA — (CEC)

(7 Membros)

COMPOSIÇÃOPresidente: Gustavo Capanema
Vice-Presidente: João Calmon**Titulares**

ARENA

Gustavo Capanema
João Calmon
Tarso Dutra
Benedito Ferreira
Cattete Pinheiro
Jarbas Passarinho**Suplentes**Arnon de Mello
Helvídio Nunes
José Sarney

Benjamim Farah

MDB

Franco Montoro

Assistente: Marcello Zamboni — Ramal 306

Reuniões: Quintas-feiras, às 10:30 horas

Local: Sala Epitácio Pessoa — Anexo II — Ramal 615

COMISSÃO DE FINANÇAS — (CF)

(17 Membros)

COMPOSIÇÃOPresidente: João Cleofas
Vice-Presidente: Virgílio Távora**Titulares**

ARENA

Celso Ramos
Lourival Baptista
Saldanha Derzi
Benedito Ferreira
Alexandre Costa
Fausto Castelo-Branco
Lenoir Vargas
Jessé Freire
João Cleofas
Carvalho Pinto
Virgílio Távora
Wilson Gonçalves
Mattos Leão
Tarso Dutra**Suplentes**Cattete Pinheiro
Italívio Coelho
Daniel Krieger
Jarbas Passarinho
Dinarte Mariz
Eurico Rezende
Flávio Britto
Emival Caiado

Amaral Peixoto

MDB

Ruy Carneiro
Danton Jobim

Nelson Carneiro

Assistente: Daniel Reis de Souza — Ramal 675

Reuniões: Quartas-feiras, às 11:00 horas

Local: Sala Bernardo Pereira Vasconcelos — Anexo II — Ramal 617

COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO SOCIAL — (CLS)

(7 Membros)

COMPOSIÇÃOPresidente: Franco Montoro
Vice-Presidente: Heitor Dias**Titulares**

ARENA

Heitor Dias
Domicio Gondim
Renato Franco
Guido Mondim
Otávio Cesário
Eurico Rezende**Suplentes**Wilson Campos
Accioly Filho
José Esteves

Franco Montoro

MDB

Assistente: Cândido Hipperth — Ramal 676

Reuniões: Quintas-feiras, às 11:00 horas

Local: Sala Ruy Barbosa — Anexo II — Ramal 624

COMISSÃO DE MINAS E ENERGIA — (CME)

(7 Membros)

COMPOSIÇÃOPresidente: Arnon de Mello
Vice-Presidente: Nelson Carneiro**Titulares**

ARENA

Arnon de Mello
Luiz Cavalcante
Leandro Maciel
Jarbas Passarinho
Domicio Gondim
Lenoir Vargas**Suplentes**Paulo Guerra
Antônio Fernandes
José Guimard

Nelson Carneiro

MDB

Assistente: Mauro Lopes de Sá — Ramal 310

Reuniões: Quintas-feiras, às 11:00 horas

Local: Sala Coelho Rodrigues — Anexo II — Ramal 613

COMISSÃO DE REDAÇÃO — (CR)
(5 Membros)**COMPOSIÇÃO**

Presidente: Carlos Lindenberg

Vice-Presidente: Danton Jobim

Titulares**ARENA**Carlos Lindenberg
José Lindoso
José Augusto
Cattete Pinheiro**Suplentes**Lourival Baptista
Wilson Gonçalves**MDB**

Danton Jobim

Ruy Carneiro

Assistente: Maria Carmen Castro Souza — Ramal 134
Reuniões: Quartas-feiras, às 11:00 horas
Local: Sala Coelho Rodrigues — Anexo II — Ramal 613**COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES — (CRE)**
(15 Membros)**COMPOSIÇÃO**

Presidente: Carvalho Pinto

Vice-Presidente: Wilson Gonçalves

Titulares**ARENA**Carvalho Pinto
Wilson Gonçalves
Jessé Freire
Fernando Corrêa
Dinarte Mariz
Arnon de Mello
Magalhães Pinto
Accioly Filho
Saldanha Derzi
José Sarney
Lourival Baptista
João Calmon**Suplentes**Emival Caiado
Carlos Lindenberg
José Lindoso
Guido Mondin
Cattete Pinheiro
Virgílio Távora
Otávio Cesário**MDB**Franco Montoro
Danton Jobim
Nelson Carneiro

Amaral Peixoto

Assistente: Cândido Hippertt — Ramal 676
Reuniões: Quintas-feiras, às 10:30 horas
Local: Sala Ruy Barbosa — Anexo II — Ramal 621**COMISSÃO DE SAÚDE — (CS)**
(7 Membros)**COMPOSIÇÃO**

Presidente: Fernando Corrêa

Vice-Presidente: Fausto Castelo-Branco

Titulares**ARENA**Fernando Corrêa
Fausto Castelo-Branco
Cattete Pinheiro
Lourival Baptista
Luís de Barros
Waldemar Alcântara**Suplentes**Saldanha Derzi
Wilson Campos
Clodomir Milet**MDB**

Benjamin Farah

Ruy Carneiro

Assistente: Leda Ferreira da Rocha — Ramal 312
Reuniões: Quartas-feiras, às 10:00 horas
Local: Sala Ruy Barbosa — Anexo II — Ramal 621**COMISSÃO DE SEGURANÇA NACIONAL — (CSN)**
(7 Membros)**COMPOSIÇÃO**

Presidente: Waldemar Alcântara

Vice-Presidente: José Guimard

Titulares**ARENA**Waldemar Alcântara
José Lindoso
Virgílio Távora
José Guimard
Flávio Brito
Vasconcelos Torres**Suplentes**Alexandre Costa
Celso Ramos
Jarbas Passarinho**MDB**

Benjamin Farah

Amaral Peixoto

Assistente: Marcello Zamboni — Ramal 306
Reuniões: Quintas-feiras, às 10:00 horas
Local: Sala Clóvis Bevilacqua — Anexo II — Ramal 623**COMISSÃO DE SERVIÇO PÚBLICO CIVIL — (CSPC)**
(7 Membros)**COMPOSIÇÃO**

Presidente: Benjamin Farah

Vice-Presidente: Tarso Dutra

Titulares**ARENA**Tarso Dutra
Celso Ramos
Osires Teixeira
Heitor Dias
Jessé Freire**Suplentes**Magalhães Pinto
Gustavo Capanema
Paulo Guerra**MDB**

Benjamin Farah

Amaral Peixoto

Assistente: Cláudio Vital Rebouças Lacerda — Ramal 307
Reuniões: Quintas-feiras, às 10:00 horas
Local: Sala Bernardo Pereira de Vasconcelos — Anexo II — Ramal 623**COMISSÃO DE TRANSPORTES, COMUNICAÇÕES
E OBRAS PÚBLICAS — (CT)**
(7 Membros)**COMPOSIÇÃO**

Presidente: Leandro Maciel

Vice-Presidente: Alexandre Costa

Titulares**ARENA**Leandro Maciel
Alexandre Costa
Luiz Cavalcante
Lenoir Vargas
Benedito Ferreira
José Esteves**Suplentes**Dinarte Mariz
Luís de Barros
Virgílio Távora**MDB**

Danton Jobim

Benjamin Farah

Assistente: Leda Ferreira da Rocha — Ramal 312
Reuniões: Quintas-feiras, às 11:00 horas
Local: Sala Ruy Barbosa — Anexo II — Ramal 621

O CONGRESSO NACIONAL E O PROGRAMA DE INTEGRAÇÃO SOCIAL

HISTÓRICO DA LEI COMPLEMENTAR Nº 7, DE 7-9-70

Volume com 356 páginas — Preço: Cr\$ 10,00

**TRABALHO ELABORADO E REVISADO PELA
SUBSECRETARIA DE EDIÇÕES TÉCNICAS — SENADO FEDERAL**

Os pedidos devem ser endereçados à

**SUBSECRETARIA DE EDIÇÕES TÉCNICAS — SENADO FEDERAL
ANEXO I — 11º ANDAR — 70.000 — PRAÇA DOS TRÊS PODERES — BRASÍLIA — DF**

LEGISLAÇÃO CONSTITUCIONAL E COMPLEMENTAR

EMENDAS CONSTITUCIONAIS Nºs 1 A 3

ATOS INSTITUCIONAIS Nºs 1 A 17

ATOS COMPLEMENTARES Nºs 1 A 96

LEIS COMPLEMENTARES Nºs 1 A 12

CONTENDO LEGISLAÇÃO CITADA E SINOPSE

SUPLEMENTO

ATOS COMPLEMENTARES Nºs 97 e 98

LEIS COMPLEMENTARES Nºs 13 a 15

Preço: Cr\$ 15,00

(Obra elaborada e revisada pela Subsecretaria de Edições Técnicas do Senado Federal)

Os pedidos devem ser endereçados à

SUBSECRETARIA DE EDIÇÕES TÉCNICAS — SENADO FEDERAL

ANEXO I — 11º ANDAR — 70.000 — PRAÇA DOS TRÊS PODERES

BRASÍLIA — DF

O CONGRESSO NACIONAL E O PROGRAMA DE INTEGRAÇÃO SOCIAL

HISTÓRICO DA LEI COMPLEMENTAR Nº 7, DE 7-9-70

COMISSÃO MISTA

- Designação de membros (DCN — 22-8-1970, pág. 464).
- Instalação — 1ª Reunião (DCN — S. II — 22-8-1970, pág. 3.486)
- Debates — 2ª Reunião (DCN — S. II — 12-9-1970, pág. 3.837)

DISCURSOS

(Na Câmara dos Deputados, no Senado Federal e em Sessão Conjunta do Congresso Nacional — vide índice de oradores)

DISCUSSÃO DO PROJETO

(DCN — 4-9-1970, pág. 596)

EMENDAS

- (DCN — 2-9-1970, pág. 477)
- Parecer do Relator às emendas (DCN — 3-9-1970, pág. 542)
- Debates na Comissão Mista; votação das emendas na Comissão Mista (DCN — S. II — 12-9-1970, pág. 3.837)
- Votação das emendas (DCN — 4-9-1970, pág. 613)

LEITURA DO PROJETO

(DCN — 22-8-1970, pág. 464)

MENSAGEM Nº 13/70

Do Poder Executivo, encaminhando o Projeto à consideração do Congresso Nacional (DCN — 22-8-1970, pág. 464)

PARECER DA COMISSÃO MISTA

(DCN — 3-9-1970, pág. 530)

PARECER DO RELATOR

(DCN — 3-9-1970, pág. 530)

PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR

— Mensagem do Poder Executivo, solicitando que a matéria se transforme em Projeto de Lei Complementar — (DCN — S. II — 27-8-1970, pág. 3.560)

SANÇÃO

— Lei Complementar nº 7/70 (D.O — 8-9-1970, 1ª pág.)

SUBSTITUTIVO DO RELATOR

(DCN — 3-9-1970, pág. 558)

— Votação em Sessão Conjunta, aprovação (DCN — 4-9-1970, pág. 613)

VOTAÇÃO DO PROJETO

(DCN — 4-9-1970, pág. 613)

DECLARAÇÕES DE VOTOS

(DCN — 4-6-1970, pág. 617)

Volume com 356 páginas — Preço: Cr\$ 10,00

**TRABALHO ELABORADO E REVISADO PELA
SUBSECRETARIA DE EDIÇÕES TÉCNICAS DO SENADO FEDERAL
(antiga DIRETORIA DE INFORMAÇÃO LEGISLATIVA)**

LEGISLAÇÃO ELEITORAL E PARTIDÁRIA

PUBLICAÇÃO DA SUBSECRETARIA DE EDIÇÕES TÉCNICAS DO SENADO FEDERAL

(antiga DIRETORIA DE INFORMAÇÃO LEGISLATIVA)

Volume com 326 páginas — Preço Cr\$ 20,00

ÍNDICE

I — LEI ORGÂNICA DOS PARTIDOS POLÍTICOS

- a) Lei nº 5.682, de 21 de julho de 1971 — “Lei Orgânica dos Partidos Políticos” (D. O. de 21-7-71; ret. D. O. de 23-7-71).
- b) Lei nº 5.697, de 27 de agosto de 1971 — “Dá nova redação aos artigos que mencionam da Lei nº 5.682, de 21 de julho de 1971: — Lei Orgânica dos Partidos Políticos” (D. O. de 1º-9-71).
- c) Quadro Comparativo:
 - Lei nº 5.682, de 21 de julho de 1971 — “Lei Orgânica dos Partidos Políticos” (D. O. de 21-7-71; ret. D. O. de 23-7-71);
 - Lei nº 5.697, de 27 de agosto de 1971 — “Dá nova redação aos artigos que mencionam da Lei nº 5.682, de 21 de julho de 1971 — Lei Orgânica dos Partidos Políticos” (D. O. de 1º-9-71);
 - Projeto de Lei nº 8/71 (CN); e
 - Lei nº 4.740, de 15 de julho de 1965 — “Lei Orgânica dos Partidos Políticos” (D. O. de 19-7-65; ret. D. O. de 3-7-65).
- d) Instruções para Organização, Funcionamento e Extinção dos Partidos Políticos — Resolução nº 9.058, de 3 de setembro de 1971, do Tribunal Superior Eleitoral (D. J. de 13-9-71).

II — CÓDIGO ELEITORAL

- a) Lei nº 4.737, de 15 de julho de 1965 — “Institui o Código Eleitoral” (D. O. de 19-7-65; ret. D. O. de 30-7-65).
- b) alterações:
 - Lei nº 4.961, de 4 de maio de 1966 — “Altera a redação da Lei nº 4.737, de 15 de julho de 1965 (Código Eleitoral)” (D. O. de 6-5-66) (alterações já consignadas);
 - Decreto-Lei nº 441, de 29 de janeiro de 1969 — “Altera e revoga dispositivos da Lei nº 4.961, de 4 de maio de 1966” (D.O. de 30-1-69; ret. D.O. de 4-2-69) (alterações já consignadas);
 - Decreto-Lei nº 1.064, de 24 de outubro de 1969 — “Altera a redação do art. 302 do Código Eleitoral, e dá outras providências” (D. O. de 27-10-69).

III — SUBLEGENDAS

- Lei nº 5.453, de 14 de julho de 1969 — “Institui o sistema de sublegenda, e dá outras providências” (D. O. de 18-6-68).

IV — INELEGIBILIDADES

- Lei Complementar nº 5, de 29 de abril de 1970 — “Estabelece, de acordo com a Emenda Constitucional nº 1, de 17 de outubro de 1969, art. 151 e seu parágrafo único, casos de inelegibilidades, e dá outras providências” (D. O. de 29-4-70).

Os pedidos devem ser endereçados à

SUBSECRETARIA DE EDIÇÕES TÉCNICAS — SENADO FEDERAL

ANEXO I — 11º ANDAR — 70.000 — PRAÇA DOS TRÊS PODERES — BRASÍLIA — DF

Faça sua assinatura do

DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL

SEÇÃO II

OS PEDIDOS DEVEM SER ACOMPANHADOS DE CHEQUE VISADO,
ORDEN DE PAGAMENTO OU VALE POSTAL,
PAGÁVEIS EM BRASÍLIA, A FAVOR DO

CENTRO GRÁFICO DO SENADO FEDERAL

Praça dos Três Poderes

Caixa Postal 1.203

Brasília — DF

PREÇOS DAS ASSINATURAS

Via-Superfície:

Semestre Cr\$ 100,00

Ano Cr\$ 200,00

Via-Aérea:

Semestre Cr\$ 200,00

Ano Cr\$ 400,00

O PREÇO DO EXEMPLAR ATRASADO SERÁ ACRESCIDO DE Cr\$ 0,30

Constituição da República Federativa do Brasil

QUADRO COMPARATIVO

Volume com 328 páginas — Preço: Cr\$ 8,00

Contém, comparadas em todos os artigos:

Emenda Constitucional nº 1, de 17 de outubro de 1969.

Constituição do Brasil de 24 de janeiro de 1967 (e as alterações introduzidas pelos Atos Institucionais de nºs 5 a 17 e Ato Complementar nº 40/69, ratificado pelo art. 3º do Ato Institucional nº 6/69).

Constituição dos Estados Unidos do Brasil de 18 de setembro de 1946 (com as Emendas Constitucionais e Atos Institucionais que a alteraram).

Em notas, além de outras observações, são destacadas as alterações aprovadas pelo Congresso Nacional, através de emendas, ao Projeto de Constituição remetido ao Congresso pelo Presidente Humberto de Alencar Castello Branco, em dezembro de 1966.

**Trabalho organizado e revisto pela Subsecretaria de Edições Técnicas
e impresso pelo Centro Gráfico do Senado Federal**

**Os pedidos devem ser endereçados à
SUBSECRETARIA DE EDIÇÕES TÉCNICAS — SENADO FEDERAL
ANEXO I — 11º ANDAR - 70.000 — PRAÇA DOS TRÊS PODERES — BRASÍLIA—D.F.**

**Centro Gráfico do Senado Federal
Caixa Postal 1.203
Brasília — DF**

EDIÇÃO DE HOJE: 40 PÁGINAS

PREÇO DESTA EXEMPLAR: Cr\$ 0,50